

VIVA O VERDE SP

PLANO DE GESTÃO

PARQUE LINEAR ARISTOCRATA





Produto 3.1

Estrutura de gestão e manutenção das áreas verdes construídas, incluindo o Plano de Gestão de Parques previsto no Programa de Metas 2021-2024 do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Ricardo Nunes

Prefeito

Rodrigo Ravena

Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente

Carlos Eduardo de Vasconcellos

Secretário Adjunto

EQUIPE TÉCNICA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA)

Tamires Oliveira

Chefe de Gabinete

Rodolfo Maiche

Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental

Oscar de Souza

Assessoria Jurídica (AJ)

Willian Agra

Coordenação de Fiscalização Ambiental
(CFA)

Cleide Cremonesi

Assessoria de Comunicação (ASCOM)

Liliane Arruda

Coordenação de Gestão dos Colegiados
(CGC)

Tatiana Coelho

Coordenação de Administração e
Finanças (CAF)

Juliana Summa

Coordenação de Gestão de Parques e
Biodiversidade Municipal (CGPABI)

Christiane Ferreira

Coordenação de Licenciamento
Ambiental (CLA)

Rosélia Ikeda

Coordenação de Planejamento
Ambiental (CPA)

José Carlos Paludeto

Coordenação de Educação Ambiental
(DEA) e Universidade Aberta do Meio
Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ)

Ana Lúcia de Jesus

Núcleo de Desenvolvimento de
Tecnologia da Informação e
Comunicação (NDTIC)



**PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS
(ONU-HABITAT)**

Elkin Velasquez

Representante Regional para América Latina e o Caribe

Rayne Moraes

Oficial Nacional para o Brasil e Cone Sul

Ana Elisa Larrarte

Camilla Almeida

Daphne Besen

Supervisoras de Programas

Julia Caminha

Laura Collazos

Fábio Donato

Tiago Marques

Analistas de Programas

Giselle Batista

Pedro Patrício

Vivian Alessandra da Silva

Analistas de Dados

Aléxia Saraiva

Coordenadora de Comunicação

Camila Nogueira

Designer Gráfica

Claudia de Mello

Jessica Blanco

Gerentes Financeiras

Adriana Carneiro

Carolina Oliveira

Analistas de Operações



EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO VIVA O VERDE SP

Jordi Sánchez-Cuenca

Coordenador de Programas

Mateus Santos

Bruna Leite

Maria Fernanda Godoy

Carlos Sandler

Analistas de Programas

Guilherme Justino

Analista de Comunicação

Laura Figueiredo

Júlia Rocha

Assistentes de Programas

Tiago Lourenzi

Assistente de Dados

DESENVOLVIMENTO DOS PLANOS DE GESTÃO

Fernanda Lima

Consultora em Espaços Públicos

Adriana Quedas

Consultora em Meio ambiente

Conrado Vivacqua

Consultor em Arquitetura

Bianca Brasil

Consultora em Biologia



LISTA DE SIGLAS

AI – Área de Influência
AMA – Atendimento Médico Ambulatorial
CADES - Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CCA – Centro para Crianças e Adolescentes
CCM – Cadastro de Contribuintes Mobiliários
CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CG – Conselho Gestor
CGC – Coordenação de Gestão dos Colegiados
CGPABI – Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal
CPA/SMPED – Comissão Permanente de Acessibilidade da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
CPA/SVMA – Coordenação de Planejamento Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
DIPO – Divisão de Implantação de Projetos e Obras
DGPU – Divisão de Gestão de Parques Urbanos
DFS – Divisão de Fauna Silvestre
EA – Educação Ambiental
GCM – Guarda Civil Municipal
GR – Grupo de Referência
LGBTQIAPN+ – Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-binário e o sinal de “+” é usado para incluir outras identidades de gênero.
MEA – Avaliação Ecológica do Milênio
ONU – Organização das Nações Unidas
ONU-Habitat – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
PCDs – Pessoas Com Deficiência
PDE – Plano Diretor Estratégico
PMMA – Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica
PMSA – Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais
SAPAVEL – Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres
SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados
SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação
SEMPPLA – Secretaria Municipal de Planejamento
SIG – Sistemas de Informações Geográficas
SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMUL – Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
SVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
UBS – Unidade Básica de Saúde
UMAPAZ – Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
ZEIS – Zona Especial de Interesse Social



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Elementos estruturantes de um Plano de Gestão	22
Figura 2- Localização do Parque Linear Aristocrata no município de São Paulo.....	29
Figura 3 - Ações estruturantes previstas na revisão intermediária do Plano Diretor de SP	34
Figura 4 - Área de Influência (AI) do Parque Linear Aristocrata, em vermelho.....	35
Figura 5 - Zoneamento e ZEIS da região no entorno do Parque Linear Aristocrata	36
Figura 6 - Proximidade do Parque Linear Aristocrata com a Represa Billings e Sub-áreas da APRM – Billings	37
Figura 7: Densidade Demográfica (hab/Km ²) e IPVS para a área do entorno do Parque.....	39
Figura 8 - Sistema Viário no entorno do Parque Linear Aristocrata, e a classificação viária segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET.....	40
Figura 9 - Hipsometria do Parque Linear Aristocrata e seu entorno.....	50
Figura 10 – Vista aérea do Parque Linear Aristocrata com o córrego ao lado direito da imagem.....	52
Figura 11 – Imagem da área do parque com maior presença de árvores pré-existentes	54
Figura 12 - Imagem aérea com delimitação das unidades de análise da vegetação do Parque Linear Aristocrata.....	57
Figura 13 - Carcará (<i>Caracara plancus</i>) e tuim (<i>Forpus xanthopterygius</i>), em fotografias registradas no Parque Linear Aristocrata	59
Figura 14 – Imagens alguns dos equipamentos construídos com a implantação do parque	64
Figura 15 – Sinalização interna de elementos de comunicação.....	69
Figura 16 – Registro das lixeiras existentes e da cicléia, junto ao portão principal do parque	70
Figura 17 – Registro dos bebedouros ou saídas de água do parque	71
Figura 18 – Vista da edificação dos vestiários junto ao campo de futebol e do anfiteatro	71
Figura 19 – Vista do campo de futebol, da quadra poliesportiva e de equipamento de ginástica	72
Figura 20 – Vista da área pouco sombreada reservada aos equipamentos infantis	72
Figura 21 – Principais elementos de iluminação focal do parque	73
Figura 22 – Elementos de repouso expostos ao sol	74
Figura 23 – Registro das áreas do percurso da trilha educativa junto ao córrego do parque	74
Figura 24 – Vista das vagas para automóveis e bicicletários	75
Figura 25 – Limite do parque com a área de mata preservada (a direita da imagem).....	76
Figura 26 – Tipos das oficinas	136
Figura 27 – Parte das pessoas participantes da oficina e equipe facilitadora	138
Figura 28 – Nuvem de palavras formada com as respostas para a pergunta “Qual é a importância desse parque para você?”	139
Figura 29 – Diagrama de estrela - gênero e étnico racial	140
Figura 30 – Registro da atividade “Mapeamento Afetivo”	141
Figura 31 – Imagem ilustrativa da ferramenta “Árvore dos sonhos”	142
Figura 32 – Registros da atividade “Árvore dos sonhos”	143
Figura 33 – Pessoas participantes da oficina e equipe facilitadora	143
Figura 34 – Nuvem de palavras da atividade “Roda de Sensibilização”	144
Figura 35 – Registros da atividade “Caminhada Perceptiva”	145
Figura 36 – Registros da atividade “Nuvem de necessidades e chuva de ideias”	145



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Atividades participativas nas etapas do Plano de Gestão.....	26
Tabela 2– Ficha introdutória do parque.....	28
Tabela 3: Acessos e Cercamentos.....	66
Tabela 4: Estacionamento.....	66
Tabela 5: Caminhos (3).....	66
Tabela 6 - Esporte e Ginástica (4).....	67
Tabela 7 - Infantil e Lúdico (5).....	67
Tabela 8 - Cultura e Multiuso (6).....	67
Tabela 9 - Estar e Descanso (7).....	67
Tabela 10 - Edificações (9).....	68
Tabela 11 - Distribuição dos custos de manutenção e operação do Parque Linear Aristocrata.....	82
Tabela 12 - Planos e programas ambientais e setoriais pertinentes.....	120
Tabela 13 - Planos ambientais transversais SVMA/PMSP.....	121
Tabela 14 - Distribuição anual dos períodos de coleta.....	125
Tabela 15 - Distribuição dos valores coletados em campo, normalizados pela variação e pela pontuação atribuída.....	126
Tabela 16- Pontuação dos dados coletados pela variação anual.....	126
Tabela 17 - Frequência de visitação das pessoas inscritas.....	137
Tabela 18 - Presença dos diferentes grupos de pessoas participantes registradas na lista de presença (em porcentagem).....	138



ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Limites do Parque Linear Aristocrata.....	30
Mapa 2 – Uso do Solo Predominante	32
Mapa 3 – Cortiços, favelas e loteamentos irregulares	33
Mapa 4 – Sistema viário no entorno do parque e identificação das faixas exclusivas de ônibus e pontos de ônibus	41
Mapa 5 - Mapeamento dos equipamentos públicos do Território-Parque	43
Mapa 6- Equipamentos de Assistência Social do Território-Parque.....	44
Mapa 7 - Equipamentos Culturais do Território-Parque.....	45
Mapa 8 – Equipamentos Educacionais do Território-Parque.....	46
Mapa 9 – Equipamentos de Esportes do Território-Parque	47
Mapa 10 – Equipamentos de Saúde do Território-Parque.....	48
Mapa 11 – Declividades no Parque Linear Aristocrata e entorno.....	51
Mapa 12 – Bacia Hidrográfica da Billings e a Microbacia do Córrego Reinberg/Cocaia	53
Mapa 13 – Remanescentes de Biomas no entorno do Parque Linear Aristocrata	55
Mapa 14 – Cobertura vegetal no entorno do Parque Linear Aristocrata	56
Mapa 15 - Equipamentos e espaços internos no Parque Linear Aristocrata	65
Mapa 16 – Setorização do Parque Linear Aristocrata	77



GLOSSÁRIO

Áreas de risco ambiental: regiões habitadas com pessoas expostas a desastres naturais, como deslizamentos de terra e inundações (PLANPAVEL, 2022).

Área Protegida: área com características naturais relevantes e limites geográficos definidos, regulamentada e gerida por instrumentos legais, com o objetivo de promover, de forma duradoura, a recuperação ambiental, a conservação da natureza, de seus serviços ecossistêmicos e valores culturais associados (PLANPAVEL, 2022).

Área Verde: conjunto de áreas intraurbanas e rurais, públicas ou privadas, que apresentam cobertura vegetal, arbórea, arbustiva ou rasteira e que desempenham função ecológica, paisagística e recreativa. São prestadoras de serviços ecossistêmicos e propiciam a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade (PLANPAVEL, 2022).

Biodiversidade ou diversidade biológica: consiste na variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreende ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso III).

Caminhadas perceptivas: são uma prática que envolve explorar um ambiente com foco na percepção individual. Durante essas caminhadas, as pessoas são encorajadas a prestar atenção aos detalhes ao seu redor e a refletir sobre suas respostas a esses estímulos.

Ciclofaixa: faixa de rolamento de uso exclusivo à circulação de ciclos, com segregação visual ou física do tráfego lindeiro, podendo ter piso diferenciado no mesmo patamar da pista de rolamento. (Decreto Municipal nº 56.834/2016 - Anexo único PlanMob/SP).

Ciclovía: pista de uso exclusivo de bicicletas e outros ciclos, com segregação física do tráfego lindeiro motorizado ou ativo, com sinalização viária, podendo ter piso diferenciado no mesmo patamar da pista de rolamento ou no nível da calçada. (Decreto Municipal nº 56.834/2016 - Anexo único PlanMob/SP).

Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES Regional): conselho existente no âmbito de cada Subprefeitura de São Paulo, de natureza participativa e consultiva em questões relacionadas à proteção do meio ambiente, à promoção do desenvolvimento sustentável e da cultura de paz (Lei Municipal nº 14.887/2009, Art. 51).

Conselhos Gestores dos Parques Municipais: compostos pelo Poder Executivo e sociedade civil, participam do planejamento, gestão, avaliação e controle da execução das atividades do parque e da política de meio ambiente e sustentabilidade em sua área de abrangência (Lei Municipal nº 15.910/2013, Arts. 1º e 4º).

Conservação: Este termo é amplamente utilizado em várias áreas, como meio ambiente, biologia, física e patrimônio cultural. Na biologia, a conservação refere-se à proteção das



espécies, habitats e ecossistemas para evitar a extinção e a degradação ambiental. No campo do patrimônio cultural, conservação envolve a preservação de objetos, obras de arte, edifícios históricos e outros bens culturais para assegurar que sejam transmitidos para as gerações futuras com o mínimo de alterações (SILVA, 2020).

Conservação da natureza: manejo do uso humano da natureza, compreendendo preservação, manutenção, utilização sustentável, restauração e recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, Inciso II).

Corredores ecológicos: são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais que ligam unidades de conservação, possibilitando entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso XIX).

Corredor Verde: área destinada a conexão de fragmentos da paisagem, inclusive ao longo dos cursos hídricos, para conservação e recuperação de habitats da fauna e flora e a manutenção da biodiversidade, por meio da preservação e recuperação da cobertura vegetal arbórea e não arbórea (PLANPAVEL, 2022).

Educação Ambiental: processos contínuos e permanentes de aprendizagem, participação e formação, individual e coletiva, utilizando metodologias participativas e interdisciplinares para a ação reflexiva e crítica, a construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando ao exercício da cidadania na melhoria da qualidade de vida, no controle social sobre as políticas públicas, fortalecendo uma relação respeitosa e sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra e por ela é constituído, criando a partir disso uma ética para a preservação do meio ambiente e contribuindo para uma gestão municipal integrada (Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo, Lei Municipal nº 15.967/2014, Art. 2º).

Equidade: refere-se à justa distribuição de oportunidades, recursos e benefícios, considerando as diferentes necessidades e circunstâncias das pessoas. A equidade vai além da igualdade, implica tratar todas as pessoas de maneira idêntica e busca compensar o histórico de discriminação social ou econômica que alguns grupos enfrentam (adaptado de ONU, 2022).

Espaços inclusivos: são os espaços públicos ou coletivos definidos por três eixos: espacial, social e econômico. Inclusão espacial: atendimento às necessidades básicas e acessíveis, como moradia, água e saneamento. Inclusão social: garantia de direitos iguais e participação de todos. Inclusão econômica: criação de empregos e oportunidades onde todos possam aproveitar os benefícios do crescimento econômico (adaptado de WORLD BANK, 2024).

Espaço livre: todo espaço público ou privado não ocupado por um volume edificado, que configura recinto ou ambiente coberto e fechado, independentemente do uso, podendo ou não estar associado a áreas verdes, mas não restrito a elas, e que cumpre funções



recreativas, educativas, ecológicas, estéticas, paisagísticas e de conforto ambiental associado à insolação, circulação do ar e temperatura (PLANPAVEL, 2022).

Espaço público: Locais urbanos que fornecem serviços ecossistêmicos, melhoram a saúde e o bem-estar, garantem a inclusão social e o intercâmbio econômico. Pode ser entendido, também, não apenas um lugar físico onde as pessoas se encontram, mas é também um palco para interações sociais, econômicas e políticas. Pode ser inclusivo ou excludente, de conflito ou negociação, de interação e de convivência. O espaço público é constantemente produzido e reproduzido pelas práticas sociais. Ele é moldado pelas ações das pessoas e das instituições, refletindo a dinâmica social e econômica de uma sociedade. (adaptado de ONU, 2024 e SANTOS, 1996).

Espécie exótica: espécie, subespécie ou táxon de hierarquia inferior ocorrendo fora de sua área de distribuição natural passada ou presente. Inclui qualquer parte, como gametas, sementes, ovos ou propágulos que possam sobreviver e subsequentemente reproduzir-se. (Instrução Normativa Ibama Nº 9 de 20 de março de 2020, Anexo II, Art. 2º).

Espécie nativa: espécie, subespécie ou táxon de hierarquia inferior ocorrendo dentro de sua área de distribuição natural (passada ou presente), incluindo a área que pode alcançar e ocupar através de seus sistemas naturais de dispersão (Instrução Normativa Ibama Nº 9 de 20 de março de 2020, Anexo II, Art. 2º).

Governança pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (Lei Federal nº 9.203/ 2017, Art. 2º, Inciso I).

Grupos vulnerabilizados: segmentos da população que enfrentam barreiras significativas para acessar direitos e serviços fundamentais devido a fatores institucionais, políticos, estruturais ligados de maneira interseccionada pela exclusão social, desigualdade econômica, entre outros. Trata-se de mulheres e meninas, crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIAPN +, povos indígenas e minorias étnicas, pessoas refugiadas, migrantes e deslocadas internas.

Hortas urbanas: pequenas superfícies situadas dentro de uma cidade e destinadas à produção de cultivos para consumo próprio ou venda em mercados (PLANPAVEL, 2022).

Inclusão: refere-se ao processo de garantir que todas as pessoas, independentemente de sua origem, tenham oportunidades iguais para alcançar seu potencial máximo na vida. Este conceito abrange a participação ativa em várias esferas da sociedade, incluindo política, economia e vida social, e é apoiado por políticas e ações que promovem o acesso igualitário a serviços públicos e processos decisórios (ONU, 2007).

Identidade de gênero: refere-se à experiência interna e individual de gênero de uma pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento. Esta identidade inclui a percepção pessoal de si mesmo como homem, mulher, ambos, nenhum ou outro gênero (ONU, 2020).



Interseccionalidade: é a ideia de que múltiplas formas de opressão, discriminação ou desvantagens se sobrepõem e se cruzam, especialmente nas experiências de pessoas marginalizadas. Em vez de considerar cada forma de opressão de forma isolada, a interseccionalidade reconhece que as pessoas podem ser afetadas por várias formas de opressão simultaneamente, criando experiências únicas e complexas de discriminação (CRENSHAW, 1989).

Manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso VII).

Monitoramento: atividade de examinar, acompanhar, avaliar e verificar a obediência a condições previamente estabelecidas para a perfeita execução ou operação de obra, serviço, projeto, pesquisa ou qualquer outro empreendimento (Resolução do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR nº 21 de 5 de abril de 2012, Anexo I).

Mudança do clima: direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altera a composição da atmosfera mundial, e se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis (Lei Municipal nº 14.933/2009, Art. 2º, Inciso XIV).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) municipais: parâmetros orientadores e estratégicos das atividades, intervenções governamentais e políticas públicas para segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, redução das desigualdades e erradicação da pobreza, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos ecossistemas, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação, a partir da adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (Lei Municipal nº 16.817/2018, Art.1º).

Parque de Conservação: parque dotado de atributos naturais relevantes, podendo ou não comportar estruturas e equipamentos voltados ao lazer e à fruição pública (PLANPAVEL, 2022).

Parque Linear: parque associado aos cursos d'água com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos, de proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanente, de promover a drenagem sustentável, de melhorar as condições de saneamento e de incentivar a fruição pública (PLANPAVEL, 2022).

Parque Natural Municipal (PNM): Unidade de Conservação de Proteção Integral criada pelo município, correspondente ao Parque Nacional, que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, vedado o uso direto dos recursos naturais e permitida a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Lei Municipal nº 16.050/2014, Quadro 1).



Parque de Orla: parque localizado na orla das represas Billings ou Guarapiranga com funções de preservação das margens, de controle da poluição difusa, de lazer, recreação e prática de esportes náuticos (PLANPAVEL, 2022).

Parque Urbano: parque localizado na zona urbana, com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos e de oferecer equipamentos de lazer à população (PLANPAVEL, 2022).

Pessoa não binária: Não binário é um termo guarda-chuva que abrange uma ampla variedade de experiências de gênero, incluindo pessoas que se identificam com uma identidade de gênero específica diferente de homem ou mulher, pessoas que se identificam com dois ou mais gêneros (bigênero ou pan/poligênero) e pessoas que não se identificam com nenhum gênero (agênero) (adaptado de ONU, 2005).

Zoneamento: pode ser definido como um conjunto de regras que regulamentam o uso e ocupação do solo, estabelecendo parâmetros como a altura máxima das edificações, a densidade demográfica, os recuos obrigatórios, e os usos permitidos (residencial, comercial, industrial, etc.) (SÃO PAULO, 2014).



SUMÁRIO

1. Introdução.....	16
2. Parques Urbanos Municipais.....	18
2.1. Legislação aplicável	18
3. O que são Planos de Gestão? E por que são importantes?.....	22
3.1. Metodologia.....	23
3.1.1. Base teórica do Processo Participativo.....	24
3.1.2. Base operacional do Processo Participativo.....	25
4. Parque Linear Aristocrata: Informações gerais	28
5. Contexto Urbano.....	29
5.1. Ocupação e Uso do Solo.....	31
5.2. Estrutura socioeconômica	39
5.3. Eixos viários e Mobilidade	40
6. Território-Parque	42
6.1. Caracterização.....	42
6.2. Desafios e Oportunidades	49
7. Caracterização do Parque Linear Aristocrata	49
7.1. Atributos naturais	49
7.1.1. Relevo.....	50
7.1.2. Solo	52
7.1.3. Água	52
7.1.4. Vegetação.....	54
7.1.5. Fauna.....	58
7.1.6. Serviços ecossistêmicos	60
7.2. Usos identificados.....	64
7.2.1. Equipamentos e Espaços Internos.....	64
7.2.2. Regulamento.....	68
7.2.3. Avaliação das pessoas usuárias.....	68
7.2.4. Análise dos usos atuais.....	68
8. Setorização.....	75
9. Gestão.....	78
9.1. Os Conselhos de Meio Ambiente.....	78
9.2. Custos de manutenção	81
10. Plano de Ação	82
10.1. Definição de Prazo e Prioridade.....	83
10.2. Desejos de futuro	84
10.3. Quadro de diretrizes.....	85
10.4. Quadro de ações e monitoramento	105
10.5. Planos, programas e projetos.....	119
10.6. Parcerias.....	122
11. Sistema de monitoramento e avaliação.....	123
11.1. Monitoramento geral dos principais aspectos do parque	124
12. Referências Bibliográficas.....	129
Anexo I: Processo participativo do Plano de Gestão	135



1. Introdução

De 2005 até a presente data, houve um aumento expressivo de parques urbanos no município de São Paulo passando de 34 para mais de 110 – aumento esse impulsionado entre 2007 e 2013 pelo “Programa 100 (cem) Parques para São Paulo”. O salto quantitativo, entretanto, trouxe à gestão pública uma série de responsabilidades com outras tantas necessidades, como: a) avaliar as condições e os usos dos parques; b) melhorar a qualidade dos parques implantados; c) aprimorar a gestão municipal dos parques e do sistema de áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres; d) capacitar e treinar os servidores e servidoras públicos, bem como a sociedade civil na avaliação, proposição de melhorias e gestão dos parques municipais.

A implementação de Planos de Gestão pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) não é em si uma novidade, outros documentos com a elaboração conduzida por gestores de parque foram produzidos ao longo do tempo e são diversos os documentos que, de maneira mais sintetizada ou mais aprimorada, estabeleceram diretrizes e recomendações para a gestão por parte do poder público e promoveram o ordenamento dos espaços de uso público dos parques.

Esses documentos também ganharam outros nomes como “Plano de Ocupação”, “Plano Diretor”, “Relatório Propositivo de Uso Público”, a depender do olhar traçado pela equipe técnica envolvida e com diferentes abordagens considerando mais, menos ou nenhuma participação da sociedade civil.

Assim, é possível afirmar que os planos já produzidos para os parques municipais tiveram como centralidade a perspectiva da administração e foram formulados a despeito de haver um conselho gestor ativo e qualquer demanda oficial, seja para nortear concessões privadas seja como documento necessário para atender as metas da gestão pública. Entre os documentos recentemente publicados, estão:

- 2018: Relatório propositivo de uso público do parque São José e Guarapiranga, elaborado pela SVMA/UMAPAZ;
- 2019: Planos Diretores dos parques concessionados Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Ibirapuera, Jacintho Alberto, Jardim Felicidade, Lageado, e, elaborados pela SVMA;
- 2020: Plano Diretor do Parque Burle Marx, elaborado pela Fundação Aron Birmann;
- 2021: Planos Diretores dos parques concessionados Mário Covas e Trianon, elaborados pela SVMA;
- 2024: Planos de Gestão dos Parques da Orla da Represa Guarapiranga, elaborado pela SVMA.

Em 2022, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo e o ONU-Habitat firmaram um “Acordo de Contribuição”. O acordo estabelece que diferentes equipes técnicas, interdisciplinares e especializadas, colaborem com produtos, ferramentas e documentos de gestão que tenham como foco promover a sustentabilidade urbana e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio da valorização e preservação de áreas verdes na cidade.



Esses produtos tomam corpo na iniciativa nomeada “Viva o Verde SP” e, entre si, possuem uma característica comum: encontros formativos e o diálogo frequente entre a administração pública e a sociedade civil – que constrói pontes, fomenta nexos e parcerias.

O projeto visa i) a distribuição equitativa de espaços verdes públicos na cidade; ii) a melhoria das estruturas municipais para a gestão dos parques; iii) a ampliação da visibilidade internacional das políticas de São Paulo.

A escolha dos parques se pautou na previsão destes no Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município de São Paulo (Lei 16.050/2014) e na meta 62 do Plano de Metas de governo (2021-2024), onde a prefeitura se comprometeu a implantar oito novos parques e, concomitantemente, criar seus conselhos gestores e planos de gestão. Os parques que recebem os planos de gestão através da iniciativa são: Água Podre – Ypuera, Alto da Boa Vista, Aristocrata, Augusta – Bruno Covas, Córrego do Bispo, Fazenda da Juta, Jardim Apurá – Búfalos e Paraisópolis – Lourival Clemente da Silva.

No contexto da implementação das concessões públicas em São Paulo, os planos de gestão se tornaram uma exigência do Ministério Público para os parques do município. Esses documentos, além de atenderem a uma necessidade legal, surgem como instrumentos animadores da participação social local quando esse parque está por nascer ou foi recém-inaugurado. O recado que se quer transmitir é o de que a participação social não está restrita às etapas seguintes ao parque aberto, mas pode também compor como um nutriente a mais quando inserida em um planejamento mais amplo, colaborativo e participativo.

A intenção deste produto é, portanto, garantir que todos os parques tenham instrumentos adequados de gestão que subsidiem a estrutura de governança e a) sirvam de guia para os funcionários públicos; b) sirvam como mecanismo de controle social por parte da sociedade civil; c) permitam a continuidade de políticas, programas, projetos e iniciativas para os parques.

Dessa forma, inicialmente o plano apresenta uma contextualização breve sobre a importância e a localização do parque dentro do município. Em seguida, faz uma caracterização urbano-ambiental abrangente, abordando tanto os atributos naturais do parque em seu interior quanto a relação do parque com as áreas circundantes, denominadas de “Território Parque”.

Além disso, o plano também compila e analisa as legislações relevantes, que podem ser úteis e aplicáveis para a gestão administrativa e compartilhada do parque, proporcionando um entendimento jurídico necessário para a tomada de decisões. Por fim, o documento propõe diretrizes e ações que visam a manutenção e melhoria do parque, fundamentadas em discussões coletivas, estimulando que as ações futuras estejam alinhadas com as necessidades e aspirações da sociedade civil.



2. Parques Urbanos Municipais

Os primeiros parques urbanos surgiram na segunda metade do século XVIII na Europa e Estados Unidos como resposta ao processo de expansão das cidades, visando oferecer lazer e entretenimento à população urbana. Durante a Revolução Industrial, já no século XIX, esses espaços foram concebidos com uma aura nostálgica, evocando a paisagem natural perdida durante o êxodo rural-urbano provocado pela industrialização. No Brasil, os parques urbanos surgiram na primeira metade do século XIX, seguindo o modelo europeu, inicialmente acessíveis apenas às elites, reforçando a segregação socioespacial decorrente do sistema escravista que caracterizava a época (SILVA, 2003). O primeiro parque urbano da cidade de São Paulo foi o Jardim da Luz, frente à estação da Luz, inaugurado em 1825.

O conceito do lazer, nas dinâmicas urbanas do século XX se reconfigurou, desde um lazer submetido a um controle social das concepções higienistas de cidade até processos de redemocratização e cidadania observados. Quase dois séculos depois da inauguração do parque Jardim da Luz, as políticas públicas municipais de São Paulo seguem um modelo de desenvolvimento urbano contemporâneo que prioriza o bem-estar coletivo, sem excluir as camadas mais pobres da população da cidade. Num contexto de escassez de espaços verdes públicos, os parques se tornaram espaços de reivindicação pelo direito ao lazer e à cidade (PACHECO, 2014).

Os parques urbanos da Cidade de São Paulo são diversos em tamanho, forma e função. Eles oferecem um conjunto de benefícios à população, como a preservação de fauna e flora e dos recursos hídricos, a regulação do microclima e a qualidade do ar, além de promover a recreação e a sociabilidade. Assim, o uso público dos parques difere-se de outros espaços públicos, pois integra a ele a conservação ambiental (KLIASS apud LIMA, 2021).

Em São Paulo, considerando o rápido crescimento urbano e a desigualdade social, esses espaços públicos refletem as dinâmicas e desafios da cidade e, em certos setores da cidade, representam uma das escassas áreas verdes ou espaços livres e públicos com vocação para a recreação, contemplação e valorização da urbanidade.

2.1. Legislação aplicável

A elaboração de um plano de gestão para um parque urbano precisa estar em consonância com diversas legislações de ordenamento urbano e normas administrativas para garantir sua eficácia, legalidade e sustentabilidade. Este alinhamento é crucial para que o parque não só atenda às necessidades da população, mas também respeite as diretrizes ambientais, urbanísticas e administrativas estabelecidas pelo município.

No caso do Parque Linear Aristocrata, em ordem de priorização, destaca-se as seguintes normas de incidência no parque:

- Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings (APRM-B), instituída pela lei estadual 13.579/2009. O Parque encontra-se na AOD - Área de Ocupação Dirigida, SUC – Sub-área de Urbanização



- Consolidada, e nos limites da SOE – Sub-área de Ocupação Especial;
- Plano Diretor Municipal - Revisão Intermediária (Lei Municipal nº 17.975/2023): Parque Urbano Proposto, inserido parcialmente em Zona Especial de Preservação Ambiental - ZEPAM e ZEIS 4 - Zona Especial de Interesse Social 4;
- Plano Regional da Subprefeitura de Capela do Socorro (PMSP, 2016).

Abaixo lista-se outras normas consideradas úteis para a gestão dos parques urbanos municipais:

Legislação Federal

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: é a lei fundamental e suprema do Brasil, estabelecendo os direitos e deveres dos cidadãos e as funções dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No que tange ao meio ambiente, o artigo 225 da Constituição trata de sua proteção, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) - Lei nº 6.938/1981: tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições de desenvolvimento socioeconômico, interesses da segurança nacional e proteção da dignidade da vida humana. Estabelece os princípios, objetivos e instrumentos para a política ambiental no Brasil, incluindo a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)
- Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC) - Lei nº 12.187/2009: estabelece os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para a implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil. A lei tem como foco principal a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e a adaptação do país aos impactos das mudanças climáticas, em alinhamento com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.
- Lei da Mata Atlântica - Lei nº 11.428/2006: dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, considerado um dos mais ricos em biodiversidade e um dos mais ameaçados do mundo. A lei define os tipos de vegetação que podem ser explorados, as condições para essa exploração, e estabelece normas para a recuperação de áreas degradadas. Além disso, busca a preservação de remanescentes de vegetação nativa e incentiva a recuperação e o uso sustentável dos recursos naturais.
- Código Florestal - Lei nº 12.651/2012: regula a preservação e o uso da vegetação nativa em propriedades rurais e estabelece normas sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais. Ele estabelece obrigações para os proprietários rurais no que diz respeito à proteção dos recursos hídricos, à conservação da biodiversidade, ao combate ao desmatamento ilegal e à promoção do uso sustentável das florestas.
- Lei nº 13.019/2014: estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.



Legislação Estadual

- Lei Estadual da Mata Atlântica (São Paulo) - Lei nº 14.982/2013: lei específica do Estado de São Paulo que regulamenta a proteção e a restauração da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica no estado. A lei define as regras para a supressão de vegetação, medidas de compensação ambiental, e incentiva a recuperação de áreas degradadas. Além disso, regula a exploração sustentável dos recursos naturais, buscando a preservação do bioma no âmbito estadual.

Legislação Municipal (Leis Municipais)

- Lei Municipal nº 16.703/2017: disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos no âmbito do Plano Municipal de Desestatização (PMD).
- Lei Municipal nº 15.910/2013: dispõe sobre a criação e organização de Conselhos Gestores dos Parques Municipais.
- Lei Municipal nº 14.887/2009: reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e dispõe sobre o quadro de cargos e conselhos relacionados.
- Lei Municipal nº 14.517/2007: institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, cria a Companhia São Paulo de Parcerias (SPP) e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.223/2006 - "Cidade Limpa": dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 11.509/1994: determina o uso de pisos drenantes em passeios públicos, estacionamentos e outras áreas.
- Lei Municipal nº 10.205/1986: disciplina a expedição de licença de funcionamento, alvarás de funcionamento e alvarás para eventos públicos temporários.

Decretos Municipais

- Decreto Municipal nº 61.082/022: dispõe sobre o apoio à fiscalização ambiental pela Guarda Civil Metropolitana.
- Decreto Municipal nº 58.625/2019: reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.
- Decreto Municipal nº 58.320/2018: dispõe sobre contratos para a gestão de parques municipais em parceria com particulares, conforme a Lei nº 16.703/2017.
- Decreto Municipal nº 58.262/2018: dispõe sobre competência para licitações no âmbito do Plano Municipal de Desestatização.
- Decreto Municipal nº 58.102/2018: regulamenta o recebimento de doações e comodatos de bens e serviços pela Administração Direta e Indireta do Município.
- Decreto Municipal nº 57.575/2016: dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014 no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.
- Decreto Municipal nº 54.421/2013: confere nova regulamentação ao procedimento de fiscalização ambiental no Município de São Paulo.
- Decreto Municipal nº 52.201/2011: regulamenta pedidos de aquisição, permuta, concessão administrativa e permissão de uso de imóveis municipais.
- Decreto Municipal nº 52.153/2011: regulamenta disposições da Lei nº 14.887/2009 referentes ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



(CADES).

- Decreto Municipal nº 52.062/2010: regulamenta o artigo 50 da Lei nº 14.223/2006 sobre termos de cooperação com a iniciativa privada.
- Decreto Municipal nº 42.479/2002: regulamenta a Lei Municipal nº 13.214/2001 sobre a instalação de para-raios ou sistemas de detecção.
- Decreto Municipal nº 41.685/2002: regulamenta a Lei Municipal nº 13.131/2001 sobre a criação, posse e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo.
- Decreto Municipal nº 40.384/2001: dispõe sobre a doação de bens e serviços e o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada.
- Decreto Municipal nº 39.213/2000: dispõe sobre a delegação de competência ao Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente.
- Decreto Municipal nº 34.855/1995: regulamenta a Lei Municipal nº 10.908/1990 sobre a demarcação de espaços para ciclofaixas em praças públicas.
- Decreto Municipal nº 26.535/1988: regulamenta a Lei nº 10.365/1987 sobre o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo.
- Decreto Municipal nº 49.969/2008: regulamenta a Lei Municipal nº 10.205/1986 sobre a expedição de licença de funcionamento.

Portarias e Resoluções

- Portaria Conjunta SVMA/SMSU/SIURB nº 003 de 2 de outubro de 2023: institui o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios em Áreas Florestadas do Município de São Paulo ("Operação Fogo Zero").
- Portaria SVMA nº 38 de 21 de maio de 2024: dispõe sobre procedimentos preventivos para eventos climáticos extremos nos parques municipais.
- Portaria nº 29/SVMA/2021: estabelece procedimentos administrativos internos para protocolo de parcerias junto à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA).
- Portaria nº 2/SVMA/DEPAVE/2000: regulamenta normas e procedimentos para vigias dos parques municipais.
- Resolução nº 122/SSP/1985: trata do policiamento ostensivo para espetáculos públicos.

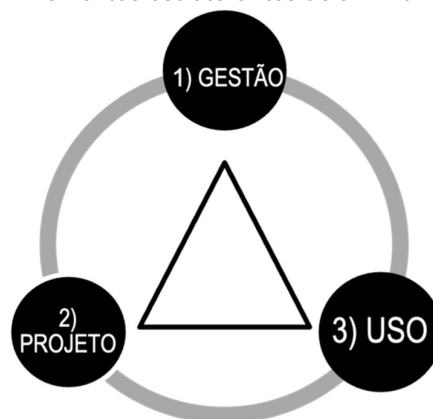
3. O que são Planos de Gestão? E por que são importantes?

Na busca por incrementar qualitativamente a condução participativa desse processo de elaboração do Plano, pretendeu-se realizar um processo democrático na formulação de um documento que incorpora, além do olhar da administração, ideias e estratégias transversais de melhorias que se apoiam na diversidade e interseccionalidade do público e na gestão compartilhada.

O Plano de Gestão é um instrumento de planejamento, um documento estratégico, abrangente e geral com diretrizes que consolidam regras, estudos, análises situacionais ou diagnósticos, visando orientar, a médio prazo, as ações de melhoria e gestão compartilhada do parque urbano.

Aqui, interessa encontrar uma sinergia entre os três elementos: gestão, uso e projeto. Aos parques implantados, como o caso do Parque Linear Aristocrata, as diretrizes foram voltadas à realidade apresentada a partir do projeto existente, que reflita percepções e pretensões da gestão, fortaleça a governança, fomente o uso e o democratize.

Figura 1 - Elementos estruturantes de um Plano de Gestão



Fonte: ONU-Habitat

Como previsto também nos Planos Diretores dos parques já elaborados, a implementação de tais diretrizes deve ser monitorada por meio de indicadores instituídos e fornecidos por este próprio Plano, de modo a avaliar o seu estágio de implementação e o sucesso das diretrizes indicadas.

Dos Planos Diretores de Parques já elaborados ao Plano de Gestão apresentado neste documento, há um processo de aprendizado, melhoria e adaptação ao contexto dos parques urbanos. O Plano Diretor fornecia um conjunto de diretrizes gerais para a gestão do parque, com foco principalmente em parâmetros de governança, com vistas a promover: (i) a proteção do seu ecossistema; (ii) melhorias ambientais; (iii) aprimoramento de sua estrutura; e (iv) maximizar a experiência dos frequentadores na fruição do equipamento. **O Plano de Gestão representa uma evolução significativa desse modelo, consolidando-se como o instrumento**



oficial para a operação diária e gestão a médio e longo prazo dos parques, incorporando três novos elementos na sua composição: v) Define procedimentos e regras para facilitar e estimular a gestão compartilhada; vi) Incentiva parcerias locais; vii) Promove sinergias entre as políticas ambientais e setoriais.

Tanto é um guia de gestão que a elaboração deste documento levou em consideração as obrigações oriundas das normas incidentes sobre parques urbanos no âmbito do Município de São Paulo, bem como das normas específicas que atravessam os usos e gestão dos parques municipais.

Ademais, prevê-se uma revisão periódica dos Planos de Gestão como medida para garantia de sua atualidade, com ideal de aprimoramento e adaptação a partir das intenções colocadas no plano precedente. Vale sublinhar: os Planos de Gestão não são documentos para atender a um processo concessório, sendo verdadeiramente um instrumento de governança e gestão do parque como um todo e a sua aplicabilidade se estende tanto ao caso de gestão pública, quanto de gestão privada.

As características que destacam o Plano de Gestão elaborado em parceria com o projeto Viva o Verde SP do ONU-Habitat contempla, ainda, algumas inovações. Entre essas, estão a coleta de contribuições transversais no processo de elaboração do conteúdo, a perspectiva de gênero e de outros grupos vulnerabilizados (identificados a partir de cada realidade territorial), bem como o estudo de instrumentos de monitoramento e controle.

Assim, as suas diretrizes devem ser observadas independentemente de sua gestão ser diretamente através do Poder Público ou outra entidade. Tem-se, portanto, uma ampla matriz de diretrizes, responsabilidades e desejos coletivos de futuro que devem ser seguidos por todos envolvidos em sua governança, conforme as suas atribuições.

3.1. Metodologia

Durante a elaboração do Plano de Gestão, foi realizada pesquisa sobre as metodologias¹ já discutidas, implementadas e publicadas por organizações, técnicos e instituições do município, bem como pelo próprio ONU-Habitat.

A partir de uma definição aliada ao ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis e ao ODS 5, Igualdade de Gênero, o Plano de Gestão aporta dois instrumentos principais para guiar o planejamento do seu processo de formulação: O *“Guía de Intervenciones en espacios*

¹ Entende-se por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (experiência, capacidade crítica e sensibilidade). [...] A metodologia é muito mais do que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade” (DESLANDES, MINAYO; GOMES, 2021).



públicos” (Guia de intervenções em espaços públicos), elaborado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe - CAF (ALEGRE, et. al, 2022) e o “*Her City*” (Cidade Dela) (ONU-HABITAT, 2022), um guia para incorporar a participação das mulheres no planejamento urbano, do ONU-Habitat.

Adotou-se uma caixa de ferramentas utilizadas pelo Guia de intervenções em espaços públicos, supracitado. Nela encontramos um processo que se define por “*Evaluación inicial*” (Avaliação inicial ou Diagnóstico), “*Planificación y Diseño*” (Planejamento e Desenho), “*Evaluación final*” (Avaliação final), “*Gestión y mantenimiento*” (Gestão e manutenção ou monitoramento) (ALEGRE, et. al, 2022). A saber e a seguir, as descrições das respectivas fases em português:

Avaliação inicial ou Diagnóstico: analisar corretamente o espaço público, para entender as suas dinâmicas e necessidades, é fundamental para o desenvolvimento de propostas condizentes com o contexto.

Planejamento e Desenho: o planejamento e o desenho da proposta devem ser uma nítida resposta aos resultados do diagnóstico, sendo coerentes com os objetivos tratados no início do projeto.

Avaliação final: tão importante como a avaliação inicial, a essa fase cabe analisar os resultados e impactos do projeto urbano e permitirá planejar e melhorar adequadamente os processos no futuro.

Gestão e Manutenção: A sustentabilidade é um elemento-chave para o planejamento do processo. Informações como aqueles que ficaram responsáveis e como operacionalizaram as suas atividades são importantes que estejam descritas para maior êxito do projeto urbano.

Como sinalizado anteriormente, este Plano carrega referências de modelos de planos anteriores e o seu fazer em si já enseja um processo pedagógico e de participação social. Com isso, para desenhar mais um caminho para a elaboração de documentos como esse, não basta expor o seu resultado, mas, em vez disso, contar, de bloco em bloco, como foi o seu processo.

3.1.1. Base teórica do Processo Participativo

O entendimento de Milton Santos (1996) sobre território, especialmente através do conceito de “território vivido”, e a visão de Paulo Freire (2011) sobre aprender no e com o mundo se entrelaçam de maneira significativa, destacando a importância da interação entre o indivíduo e seu ambiente para uma aprendizagem crítica e cidadã, que caminha com diferentes maneiras de ler o mundo.

Para Milton Santos (1996), o território vivido é mais do que uma mera delimitação geográfica; é um espaço carregado de significados e vivências humanas. Ele enfatiza a importância das experiências e práticas cotidianas das pessoas no território para compreender a sua dinâmica e complexidade. Esse conceito destaca a interconexão entre as dimensões físicas,



sociais, culturais e econômicas do espaço, reconhecendo que o território é moldado e reconfigurado pelas interações humanas ao longo do tempo.

Por outro lado, a visão de Paulo Freire (2011) defende a experiência prática e a reflexão crítica como bases para o conhecimento. Ele propõe uma pedagogia centrada na vivência da pessoa e na compreensão contextualizada da realidade em que está inserida. Freire acredita que o diálogo e a problematização das questões do cotidiano são essenciais para promover uma aprendizagem significativa e emancipadora.

Ao cruzar esses dois pensamentos, percebe-se que ambos reconhecem e valorizam as experiências, como a da elaboração dos planos municipais, que promove vivências entre diferentes sujeitos em seu contexto territorial. Trata-se de uma aprendizagem que circula não apenas através de livros e teorias, mas também por meio das interações com outras pessoas na educação não formal ou informal, em arenas públicas participativas, com o espaço físico e social ao nosso redor (LIMA, 2021).

Igualmente neste trabalho que desdobrou em um importante instrumento de gestão territorial participativa, o território vivido torna-se, assim, um espaço de aprendizado rico em possibilidades de reflexão, diálogo e ação transformadora.

Nesse sentido, a educação deve ser concebida como um processo contínuo de interação entre teoria e prática, entre conhecimento acadêmico e experiência vivida. Aprender no e com o mundo, como Paulo Freire coloca, significa estar aberto para explorar e compreender as múltiplas dimensões do território, reconhecendo suas complexidades e desafios, mas também suas potencialidades e oportunidades de transformação. É através desse encontro entre teoria e prática, entre território vivido e aprendizado contextualizado, que podemos construir uma compreensão mais profunda e significativa da realidade em que estamos inseridos para buscar incidir nela.

3.1.2. Base operacional do Processo Participativo

O processo participativo não se delimita apenas à etapa das oficinas ou de interação direta com o público, mas todo o ciclo do projeto a partir do seu desenho e concepção. Desde as primeiras interlocuções com multiplicadores, atores estratégicos ou público difuso, passando por essas contribuições conduzidas via oficinas, até a avaliação e validação ampliada das diretrizes (advindas da equipe técnica e da sociedade civil) inclusas no plano.

A depender do tempo disposto, algumas atividades podem interceptar outras mesmo estando em paradigmas diferentes de execução. Da mesma forma, a partir das premissas postas, tornou-se indispensável a tessitura da participação social de forma integrada à elaboração técnica durante todo o percurso.

Durante o processo, elencou-se cinco arenas de participação, sendo elas:

1. Metodologia geral dos Planos de Gestão com instituições científicas e acadêmicas, órgãos públicos, entidades privadas e da sociedade civil;







2. Acompanhamento do projeto e proposição de metodologias de participação social com Conselhos Gestores, CADES Regionais ou Conselhos Participativos;
3. Oficinas de elaboração dos Planos de Gestão abertas ao público e oficinas específicas com crianças e adolescentes;
4. Consulta pública para devolutiva do processo de participação social e apresentação de resultados; e
5. Grupo de Referência composto por coletivos, movimentos e entidades da sociedade civil para acompanhar os processos e resultados do Viva o Verde SP.

Compõem a metodologia deste Plano de Gestão, também, reuniões regulares com o Grupo de Referência² (GR), com atores estratégicos já envolvidos na elaboração de planos municipais em São Paulo e com munícipes que se candidataram a acompanhar mais de perto a formatação da metodologia de participação social.

Tabela 1 – Atividades participativas nas etapas do Plano de Gestão

Legenda

-  Avaliação inicial ou diagnóstico
-  Planejamento e Desenho
-  Reavaliação
-  Gestão e Manutenção



Diagnóstico preliminar

Como vetor central, buscou-se fomentar a discussão para 1) a definição de estrutura (ou sumário) do plano de gestão de maneira comparativa a outras gestões de parques de diferentes países e no estado e município de São Paulo; 2) as definições conceituais, de princípios e objetivos dos planos de gestão; 3) a coleta de informações secundárias, no diagnóstico preliminar dos oito parques abrangidos pelo Projeto Viva o Verde SP, na criação de matriz de contribuições para a transversalização da participação social.

Adicionalmente, coube os trabalhos de campo como investigação e caracterização dos parques; o mapeamento das partes interessadas e de atores estratégicos, a participação dos grupos de interesse (CADES, Conselhos Gestores de Parque, Grupo de Referência) para apresentação da equipe e do projeto.



Diretrizes e metodologia das oficinas participativas

² O Grupo de Referência é um grupo composto por integrantes representantes de articulações, movimentos, coletivos, empresas ou projetos com atuação na cidade de São Paulo e em temas que confere a discussão sobre espaços públicos, espaços de lazer, direito à cidade.



Nessa etapa (ou bloco), foram realizadas visitas mais direcionadas nos oito parques. Somado a isso, foram realizadas reuniões específicas com cada uma das áreas competentes da SVMA e Prefeitura da Cidade de São Paulo, estudo aprofundado e análise das informações levantadas sobre os parques.

Ao final, elaborou-se propostas preliminares para as diretrizes técnicas e algumas indicações metodológicas para o processo participativo com o Conselho Gestor do Parque – ou, na sua falta, o CADES ou Conselho Participativo da região que abrange o parque.

O resultado desse bloco é, portanto, a delimitação e divulgação das oficinas participativas, além da definição das diretrizes de cada parque.



Oficinas participativas

A partir de uma ampla discussão sobre os métodos, técnicas e ferramentas, estabelecemos uma agenda de oficinas territorializadas, distribuímos a equipe e coletamos contribuições da sociedade civil. Para conhecer melhor a metodologia aplicada nas oficinas, ver o ³anexo do processo participativo que acompanha este documento.



Pós oficinas

As atividades dessa etapa envolveram o estudo de viabilidade das propostas elencadas e sua sistematização, a organização e divulgação das consultas públicas através da plataforma "Participe +", a realização de reuniões devolutivas sobre as oficinas participativas para os Conselhos e CADES, além da sistematização e compilação dos planos. Também foram realizadas consultas públicas presenciais e online.



4. Parque Linear Aristocrata: Informações gerais

O Parque Linear Aristocrata, com 39.862 m², origina-se de parte da área do antigo clube de campo do Aristocrata Clube, importante associação da comunidade negra paulistana, organizada nos anos 1960 (PMSP, 2023). Após o fechamento do clube, atividades sociais e esportivas continuaram acontecendo em seu campo de futebol, ativadas pelos moradores da região. A área relaciona-se com córrego sem denominação oficial que deságua junto a um dos principais braços urbanos da represa Billings, vinculado ao córrego Reimberg Cocaia, estando situado, por isso, em área de proteção de mananciais. O Parque foi inaugurado em setembro de 2023.

Considerando a vulnerabilidade social da localidade em que está inserido, a inserção na APRM Billings e a história de sua área e território, o Parque está vocacionado às atividades de Lazer e Atividades Esportivas, Educação Histórica, Ambiental e Patrimonial e Preservação dos Recursos Hídricos.

As palavras levantadas na oficina de participação social como resposta à questão “Qual é a importância desse parque para você?” ajudaram a destacar e reforçar a vocação proposta para o parque. Termos como “trilha educativa”, “conquista”, “conservação”, “lazer”, “sustentabilidade”, “espaços sombreados”, “espaços sombreados” foram citados com frequência, evidenciando a importância de alinhar as atividades do parque com essas aspirações e valores.

Tabela 2– Ficha introdutória do parque

Nome do parque	Parque Linear Aristocrata
Área total	39.862 m ²
Inauguração	2023
Classificação junto à SVMA	Linear
Endereço	R. Cultura Popular - Grajaú, São Paulo - SP, 04846-040
Horário de funcionamento	Todos os dias, das 6:00 às 18:00
Distrito	Grajaú
Zona	Sul
Subprefeitura	Capela do Socorro

5. Contexto Urbano

O Parque Linear Aristocrata está localizado na Subprefeitura de Capela do Socorro, distrito do Grajaú, Zona Sul de São Paulo. A seguir, para fins de análise do contexto urbano em que está inserido, utilizou-se o raio de 1km³ a partir de um dos principais portões do parque. Tal caracterização envolve os usos do solo e do espaço urbano, bem como os tipos de zoneamentos correspondentes, os aspectos físicos e socioeconômicos do território, a disposição dos equipamentos públicos na área e o acesso ao parque por transporte público.

O objetivo final é o de construir um diagnóstico do entorno do parque, a fim de pensá-lo como equipamento urbano, vislumbrando, portanto, suas relações reais e potenciais com a área da cidade em que está inserido.

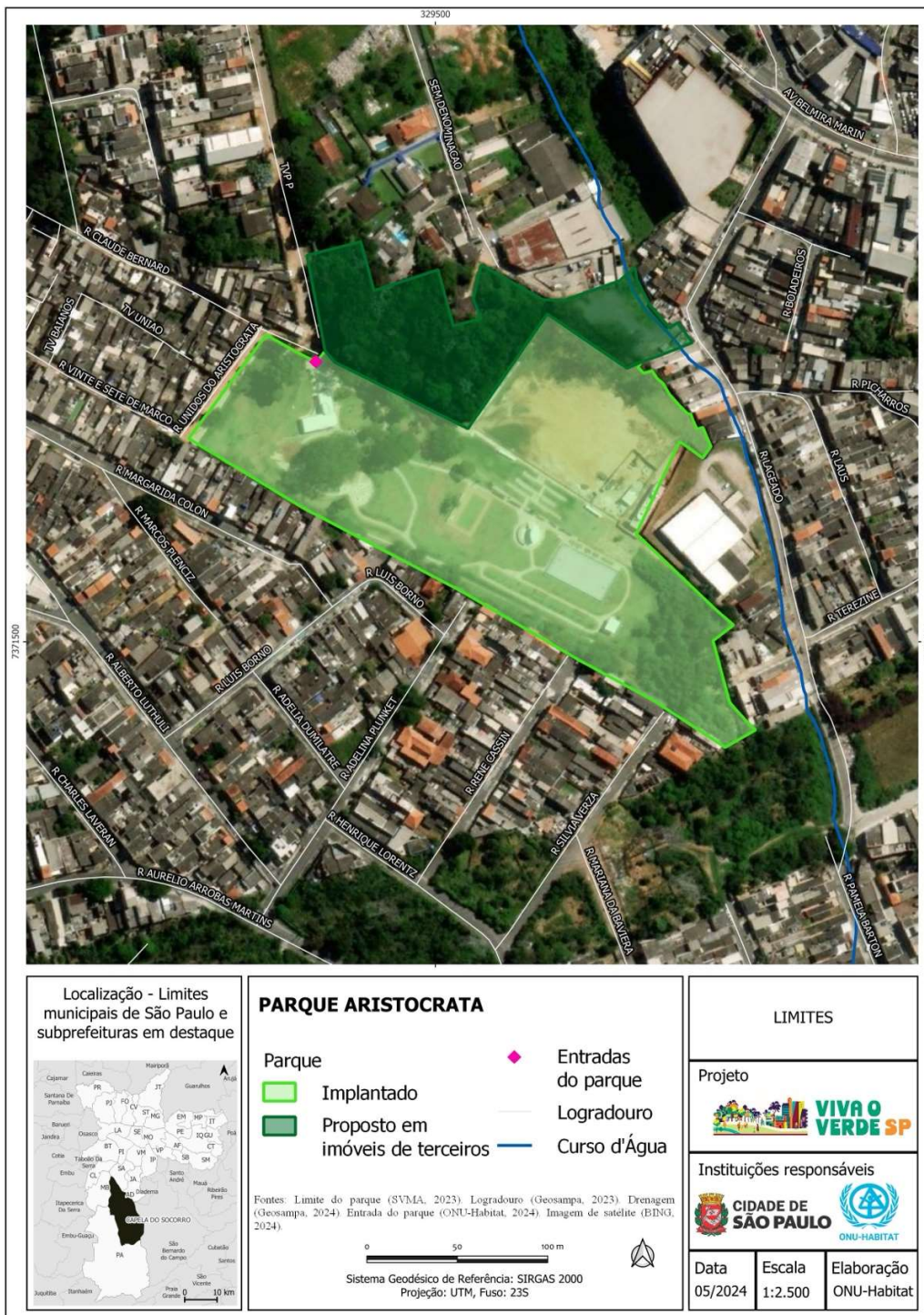
Figura 2- Localização do Parque Linear Aristocrata no município de São Paulo.



Elaboração: Adriana Quedas/ONU-Habitat

³ Foi estabelecido o acesso principal do parque como ponto central do raio verificado, uma vez que o índice de 1km de raio já é utilizado de forma padrão pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA).

Mapa 1 – Limites do Parque Linear Aristocrata



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



5.1. Ocupação e Uso do Solo

A localização do Parque Linear Aristocrata, no extremo Sul da cidade, cria alguns desafios para a elaboração do seu Plano de Gestão, por ser uma região de ocupação predominantemente informal e precária, e por se localizar num território sujeito às diretrizes da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais –APRM – Billings.

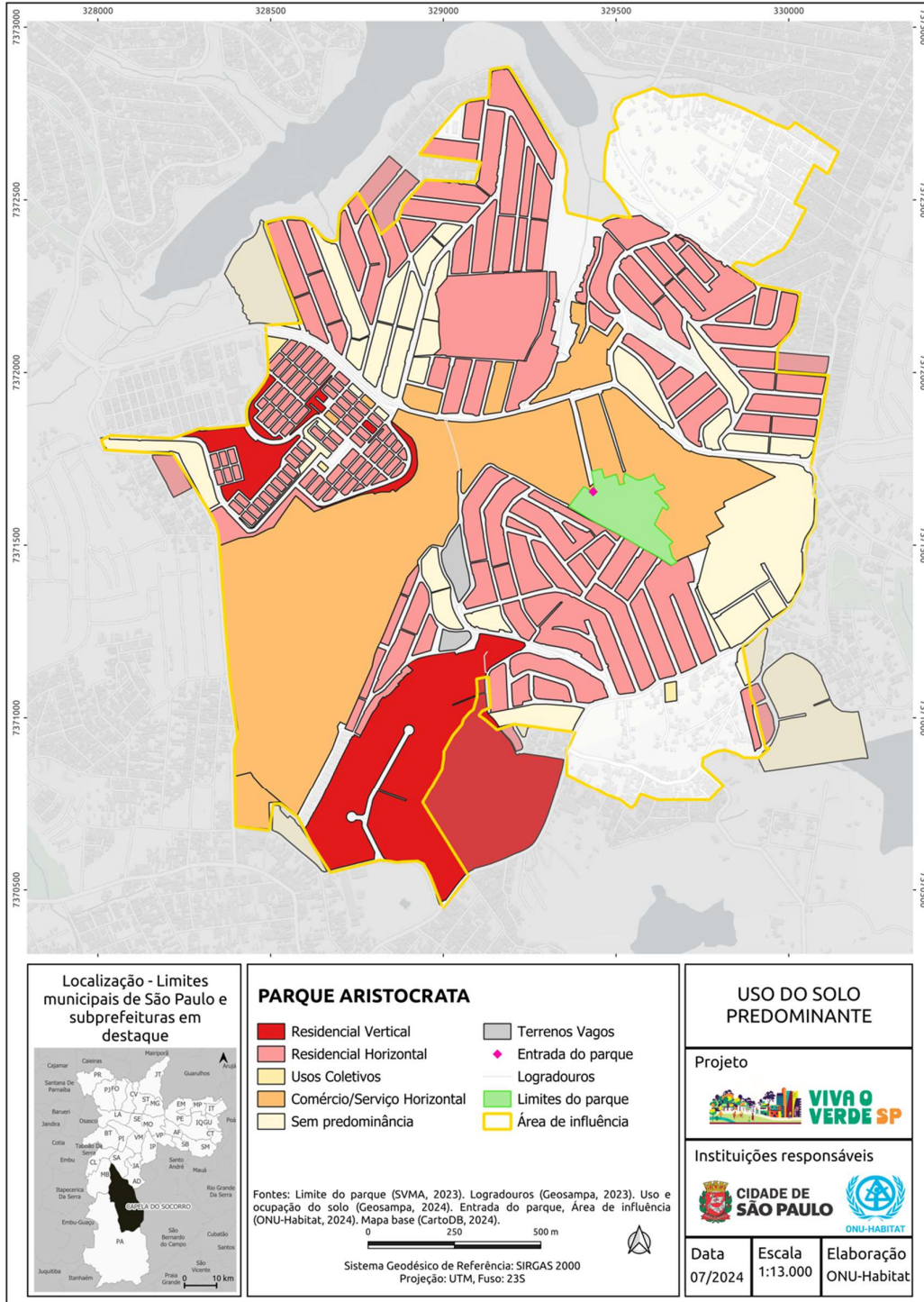
Com relação ao uso do solo no entorno do parque, a região configura-se por um uso predominantemente residencial⁴ horizontal de baixo padrão (Mapa 2), com uma grande mancha de comércio e serviços – onde o parque se insere – e porções de usos mistos (residencial e comércio/serviços) e de residencial horizontal de médio e alto padrão nas bordas da represa, ao sudeste do parque.

Dados do Geosampa (Mapa 3) mostram que o parque está inserido num contexto urbano de loteamentos irregulares e favelas⁵, indicando a complexidade da questão urbana e fundiária na região.

⁴ Segundo o Geosampa, Camada Uso do Solo Predominante Fiscal se caracteriza por um “Tipo de uso do solo predominante (maior ou igual a 60%) por quadra fiscal. Com a finalidade de análise do espaço urbano, a Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLA), hoje Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) estabeleceu uma metodologia de agregação resultante do cruzamento entre os valores “uso” e “padrão” atribuídos pelo Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM), para cada imóvel cadastrado”. Como é uma camada de predominância de uso baseada em cadastro fiscal, agregações feitas podem suprimir usos importantes não fiscais, agregando-os em outros usos.

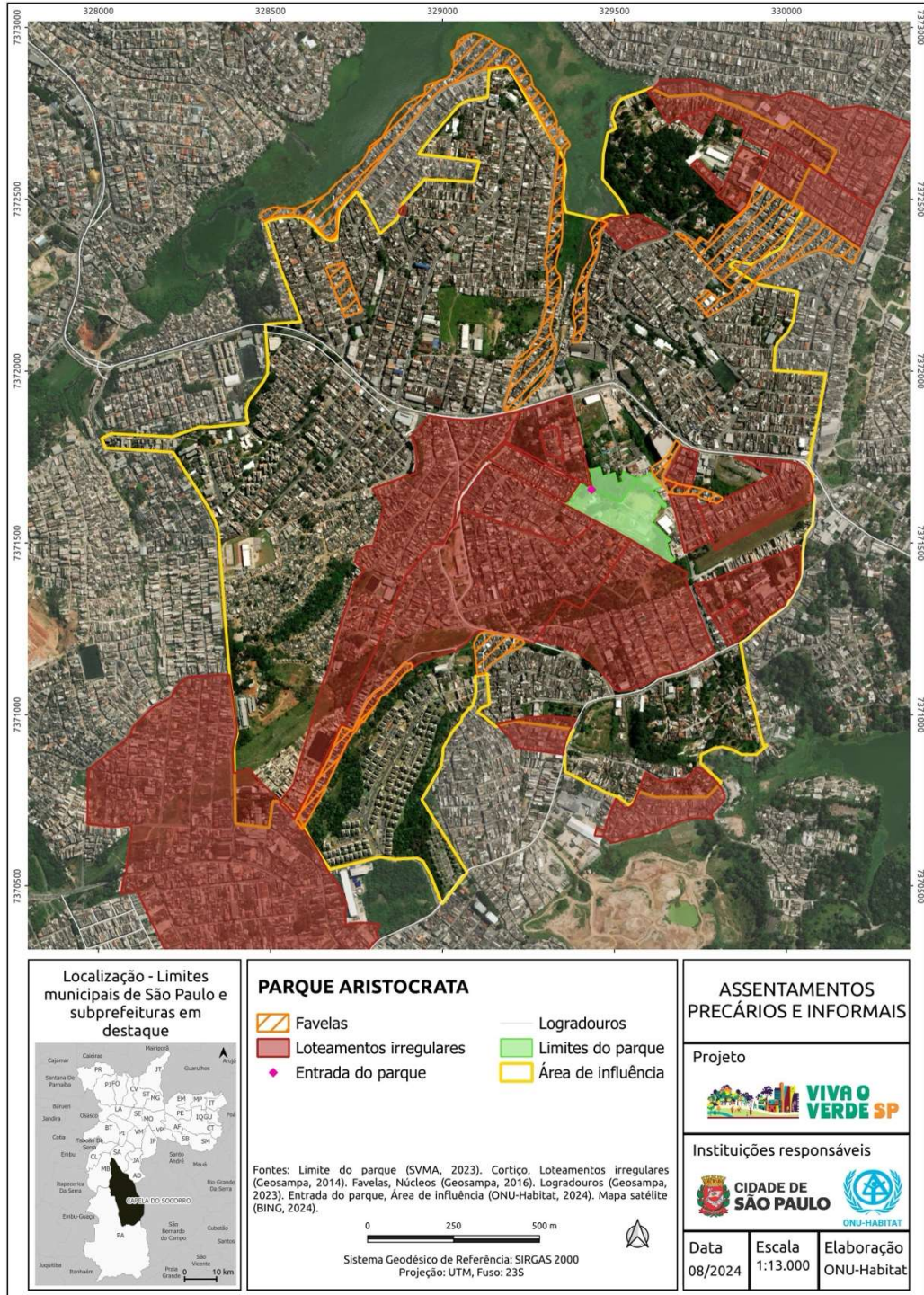
⁵ “Para a SEHAB, “Por loteamentos irregulares são identificadas as moradias promovidas por agentes privados e implantadas sem provisão de infraestrutura mínima e respaldo oficial de licenciamento, portanto, a edificação se faz sobre uma estrutura fundiária informal; ocorrem com mais frequência nas periferias da cidade, por vezes se estendendo a municípios com os quais a capital se limita. Já favelas e núcleos são categorias utilizadas para definir áreas de ocupação de terreno público ou particular, sem ordenamento prévio de lotes ou arruamento e que concentram residências autoconstruídas, em geral com elevado grau de precariedade edilícia.” (SILVA, F. P., 2020). Quando a análise foi feita estavam disponíveis apenas os dados demográficos do Censo 2010. No Censo 2022 o IBGE substituiu a denominação dos “Aglomerados Subnormais”, adotada pelo instituto em seus censos e pesquisas desde 1991, por “Favelas e Comunidades Urbanas”.

Mapa 2 – Uso do Solo Predominante



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

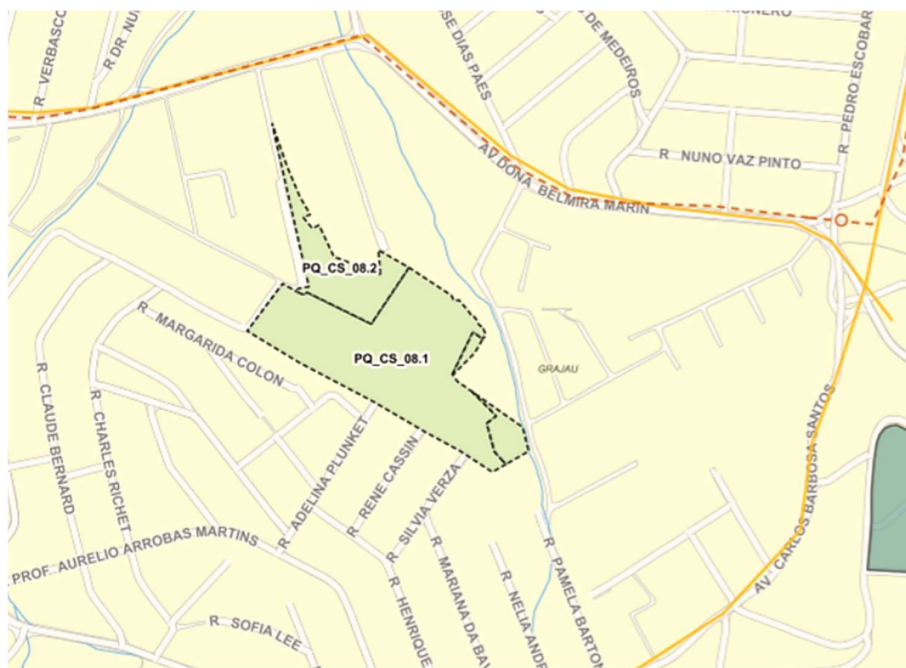
Mapa 3 – Cortiços, favelas e loteamentos irregulares



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

A revisão intermediária do Plano Diretor (Lei nº 17.975 de 8 de Julho de 2023) apresenta algumas propostas de ações estruturantes no entorno do Parque Linear Aristocrata, que poderão impactar no fluxo de visitantes, aumentando-o. São indicações de Viário estrutural a Melhorar (Av. Belmira Marin e Av. Carlos Barbosa Santos) e Ações Prioritárias no Transporte Público Coletivo, com a criação do Corredor de Ônibus da Belmira Marin e criação do Terminal de Ônibus Jardim Eliana (Figura 3).

Figura 3 - Ações estruturantes previstas na revisão intermediária do Plano Diretor de SP

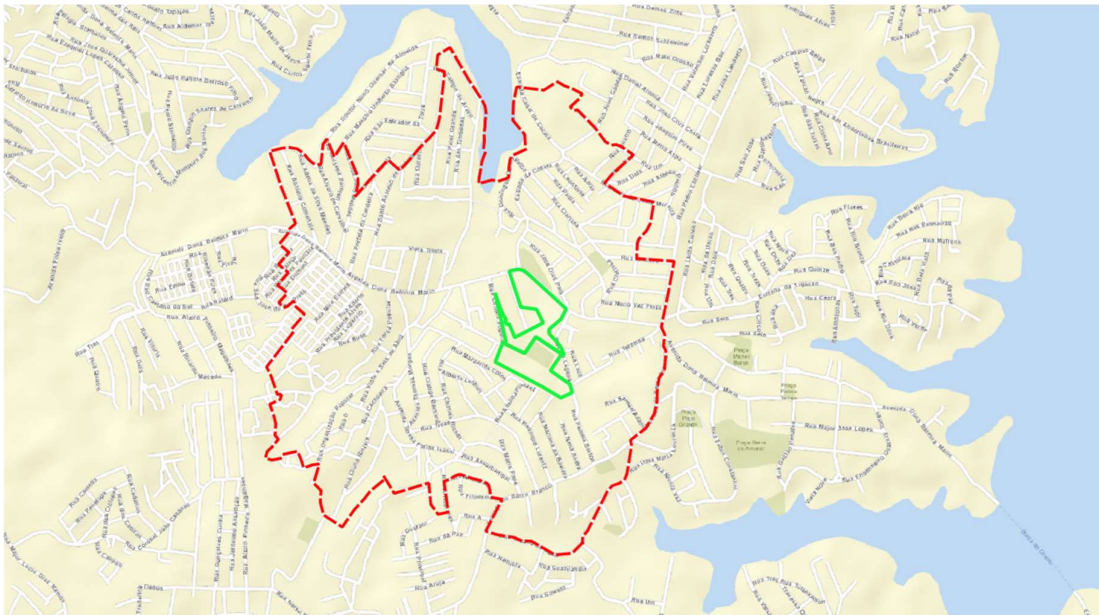


Fonte: Geosampa, 2024

A Área de Influência do parque (AI), gerada a partir de um algoritmo de caminhabilidade⁶ vai desde a Estrada do Barro Branco a leste, seguindo até encontrar os braços da Represa Billings ao Norte, descendo até a Av. Dona Belmira Marin, cruzando-a e seguindo por um quilômetro até o sul (Figura 4).

⁶ Para saber mais sobre o algoritmo, verificar item 5: Território-Parque

Figura 4 - Área de Influência (AI) do Parque Linear Aristocrata, em vermelho.



Elaboração: Adriana Quedas/ONU-Habitat. Fonte: ONU-Habitat, 2024.

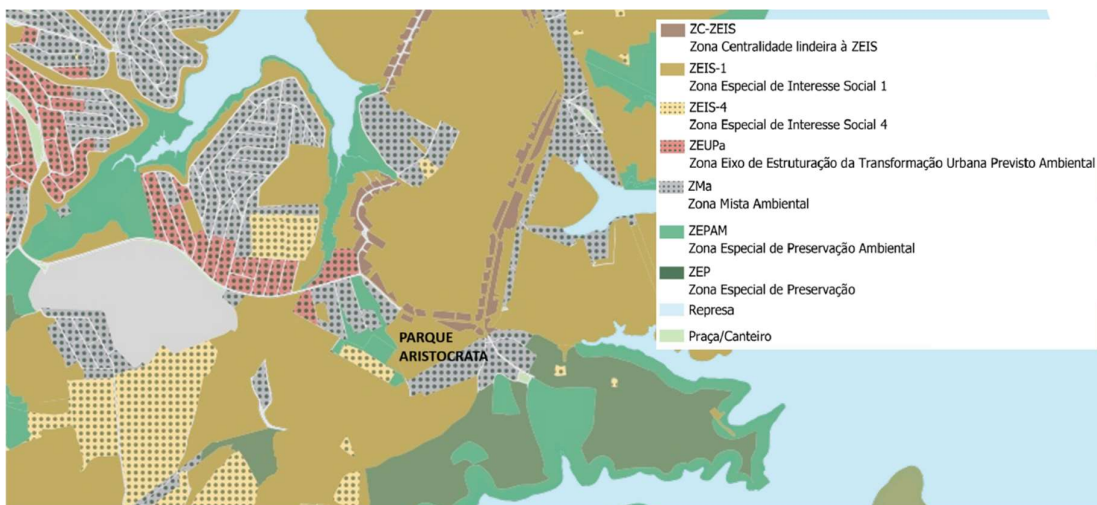
A Figura 5 mostra as Zonas da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei Municipal nº 16.402/2016 e Revisão Parcial instituída através da Lei 18.081/2024) no entorno do Parque Linear Aristocrata. Vemos que no entorno mais próximo o parque está cercado por Zonas Especiais de Interesse Social 1 (ZEIS 1), com porções de ZEIS 4 a norte e oeste, enquanto nas margens das vias de maior fluxo ocorrem as Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto Ambiental (ZEUPa) que estão inseridas na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental definida pelo PDE, Zonas de Centralidade lindeira à ZEIS (ZC-ZEIS) e Zona Mista Ambiental (ZMa). A parte a norte da área já implantada do Parque consta como Zona Especial de Preservação Ambiental (ZEPAM). O parque se encontra próximo das margens da Represa Billings classificadas como Zonas Especiais de Preservação (ZEP)(Figura 5).

Abaixo seguem as definições de uso e ocupação para as zonas acima citadas:

- Zonas Especiais de Interesse Social I (ZEIS-1): são áreas caracterizadas pela presença de favelas, loteamentos irregulares e empreendimentos habitacionais de interesse social, e assentamentos habitacionais populares, habitados predominantemente por população de baixa renda, onde haja interesse público em manter a população moradora e promover a regularização fundiária e urbanística, recuperação ambiental e produção de Habitação de Interesse Social.
- Zonas Especiais de Interesse Social IV (ZEIS-4): são demarcadas em terrenos e glebas ociosas, não utilizadas ou subutilizadas, destinadas à produção de novas HIS destinadas às famílias a serem realocadas que vivem em áreas de risco ou de

- preservação permanente localizadas na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental.
- As Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto Ambiental (ZEUPa): são áreas da cidade inseridas na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental. As ZEUPa têm parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo compatíveis com as diretrizes da Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental e com a perspectiva de ampliação da infraestrutura de transporte público coletivo.
 - Zona Centralidade lindeira à ZEIS (ZC-ZEIS): são áreas destinadas a incentivar usos não residenciais, como comércio e serviços, em regiões próximas às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), formadas por lotes lindeiros a vias que estruturam a região e à ZEIS-1. Tem o objetivo de promover a diversidade de usos e tornar os bairros mais mistos, com oportunidades de emprego e comércio, para facilitar o desenvolvimento de usos não residenciais em áreas com presença de favelas ou loteamentos irregulares.
 - Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPAM): são porções do território do Município destinadas à preservação e proteção do patrimônio ambiental, que têm como principais atributos remanescentes de Mata Atlântica e outras formações de vegetação nativa, arborização de relevância ambiental, vegetação significativa, alto índice de permeabilidade e existência de nascentes, incluindo os parques urbanos existentes e planejados e os parques naturais planejados, que prestam relevantes serviços ambientais, entre os quais a conservação da biodiversidade, controle de processos erosivos e de inundação, produção de água e regulação microclimática;
 - Zona Mista Ambiental (ZMa): são porções do território localizadas na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, com parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo compatíveis com as diretrizes da referida macrozona.

Figura 5 - Zoneamento e ZEIS da região no entorno do Parque Linear Aristocrata



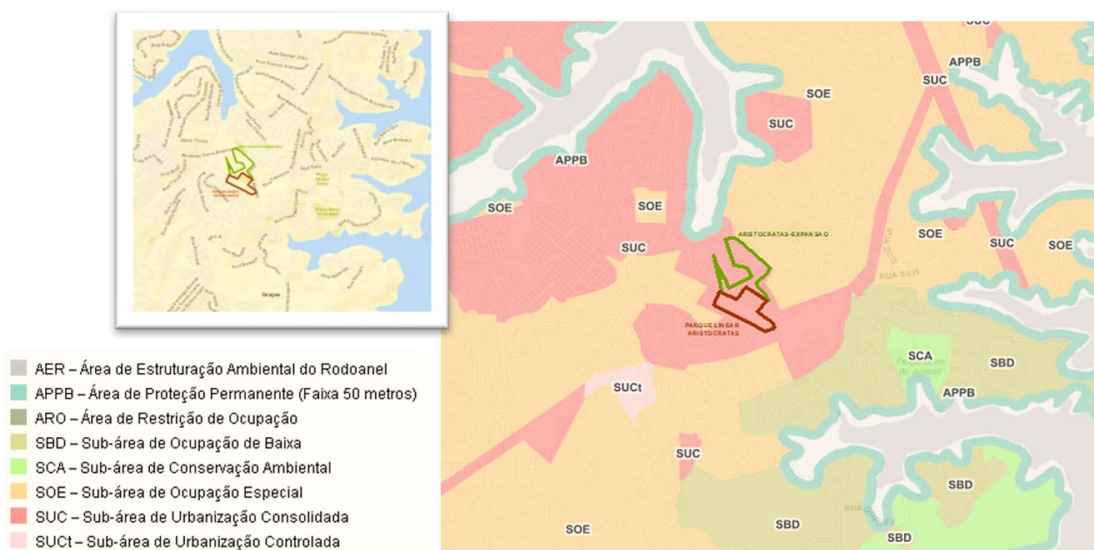
Fonte: LPUOP, 2024

A densa ocorrência de ZEIS ao redor do parque (ver Mapa 3) indica a necessidade de focar as atividades e sua infraestrutura para a população vulnerabilizada do entorno.

No Plano Regional da Subprefeitura da Capela do Socorro⁷, o Parque Linear Aristocrata encontra-se no Perímetro de Ação 269 – Belmira Marin / Canal do Cocaia, porém não há nenhuma diretriz específica para o Parque ou seu entorno imediato.

Ao norte e a leste, o parque encontra-se a menos de um quilômetro de dois braços da Represa Billings. Assim, além das legislações e diretrizes urbanísticas incidentes sobre seu território e o entorno, o parque também estará sujeito às diretrizes e zoneamento da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings (APRM-B), instituída pela lei estadual 13.579/2009 (Figura 6). O Parque encontra-se na Área de Ocupação Dirigida (AOD), Sub-área de Urbanização Consolidada (SUC), e nos limites da Sub-área de Ocupação Especial (SOE), cujas características são⁸:

Figura 6 - Proximidade do Parque Linear Aristocrata com a Represa Billings e Sub-áreas da APRM – Billings



Fonte: Geosampa, 2024

- Áreas de Ocupação Dirigida - AOD: são áreas de interesse para a consolidação ou implantação de uso urbano ou rural, desde que atendidos os requisitos que assegurem a manutenção das condições ambientais necessárias à produção de água em quantidade e qualidade para o abastecimento público;

⁷ Disponível em

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Socorro_completo.pdf>

⁸ <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2009/lei-13579-13.07.2009.html>



- Subárea de Ocupação Urbana Consolidada - SUC: área com ocupação urbana irreversível e servidas parcialmente por infraestrutura, inclusive de saneamento ambiental e serviços urbanos;
- Subárea de Ocupação Especial - SOE: área definida como prioritária para implantação de habitação de interesse social e de equipamentos urbanos e sociais.

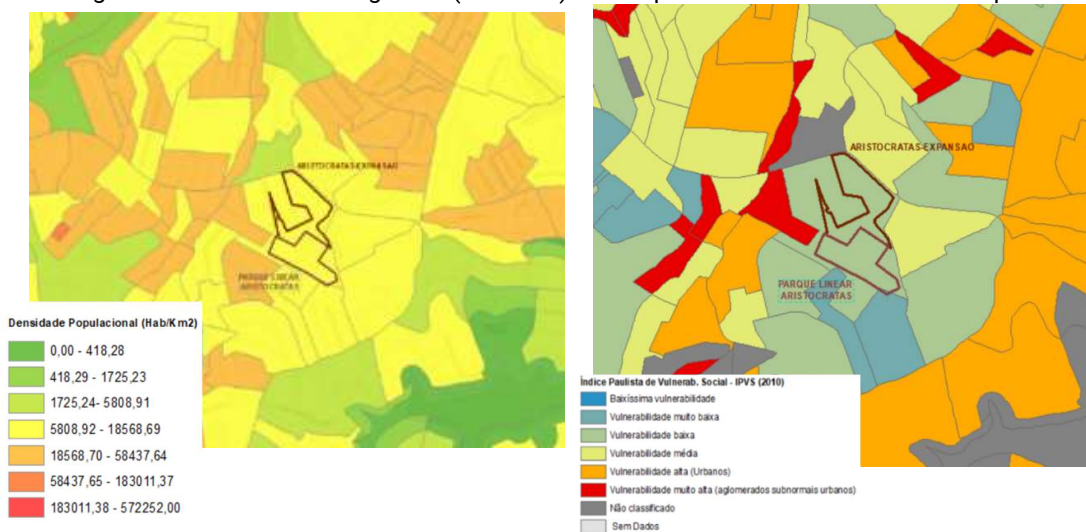
São diretrizes de planejamento e gestão para SUC:

- I** - garantir a melhoria e ampliação progressiva da implantação de infraestrutura sanitária de saneamento ambiental;
- II** - prevenir e corrigir os processos erosivos;
- III** - recuperar o sistema de áreas públicas, considerando os aspectos paisagísticos e urbanísticos;
- IV** - melhorar o sistema viário existente mediante pavimentação adequada, priorizando a pavimentação das vias de circulação do transporte público;
- V** - promover a implantação de equipamentos comunitários;
- VI** - priorizar a regularização das ocupações irregulares em relação às disposições desta lei, mediante ações combinadas entre o setor público, empreendedores privados e moradores locais;
- VII** - ampliar o percentual de área permeável e de cobertura florestal.

5.2. Estrutura socioeconômica

Para a análise das características socioeconômicas do entorno do parque foram utilizados os dados de Densidade Demográfica do Censo 2010⁹ e os dados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)¹⁰, também de 2010.

Figura 7: Densidade Demográfica (hab/Km²) e IPVS para a área do entorno do Parque



Elaboração: Adriana Quedas/ONU-Habitat. Fonte: IBGE/Censo 2010

O entorno imediato do parque apresenta densidade demográfica entre média e média-alta, entre 5.808 e 58,4 mil habitantes por quilômetro quadrado, com enclaves de densidade média-baixa ao norte e ao sul, nas bordas da Represa Billings. Com relação à Vulnerabilidade Social, predominam setores de vulnerabilidade média e vulnerabilidade baixa no entorno imediato, com porções de setores de vulnerabilidade alta (urbanos) e muito alta (que correspondem aos aglomerados subnormais¹¹ urbanos do Censo 2010), reforçando a importância local do parque como alternativa de lazer e bem-estar.

⁹ Até o momento da realização deste trabalho não foram obtidos dados mais recentes agregados por setores censitários e que permitam uma análise detalhada na escala local.

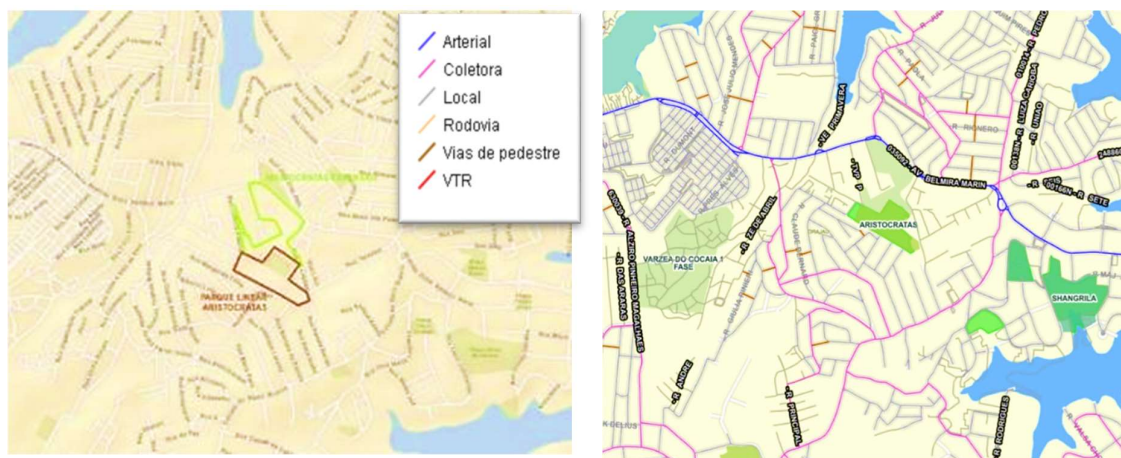
¹⁰ Índice elaborado pela Fundação SEADE cuja finalidade é oferecer ao gestor público e a sociedade em geral uma visão mais detalhada das condições de vida no interior do município, com a identificação e a localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza.

¹¹ Quando a análise foi feita estavam disponíveis apenas os dados demográficos do Censo 2010. No Censo 2022 o IBGE substituiu a denominação dos "Aglomerados Subnormais", adotada pelo instituto em seus censos e pesquisas desde 1991, por "Favelas e Comunidades Urbanas".

5.3. Eixos viários e Mobilidade

A principal via de acesso ao Parque Linear Aristocrata é a Avenida Belmira Marin, uma via arterial localizada no limite norte da área de expansão do Parque (Figura 8). Vindo da região sul, há a Avenida Carlos Barbosa Santos (antiga Estrada do Barro Branco), via coletora que segue em direção norte até encontrar a Av. Belmira Marin.

Figura 8 - Sistema Viário no entorno do Parque Linear Aristocrata, e a classificação viária segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET

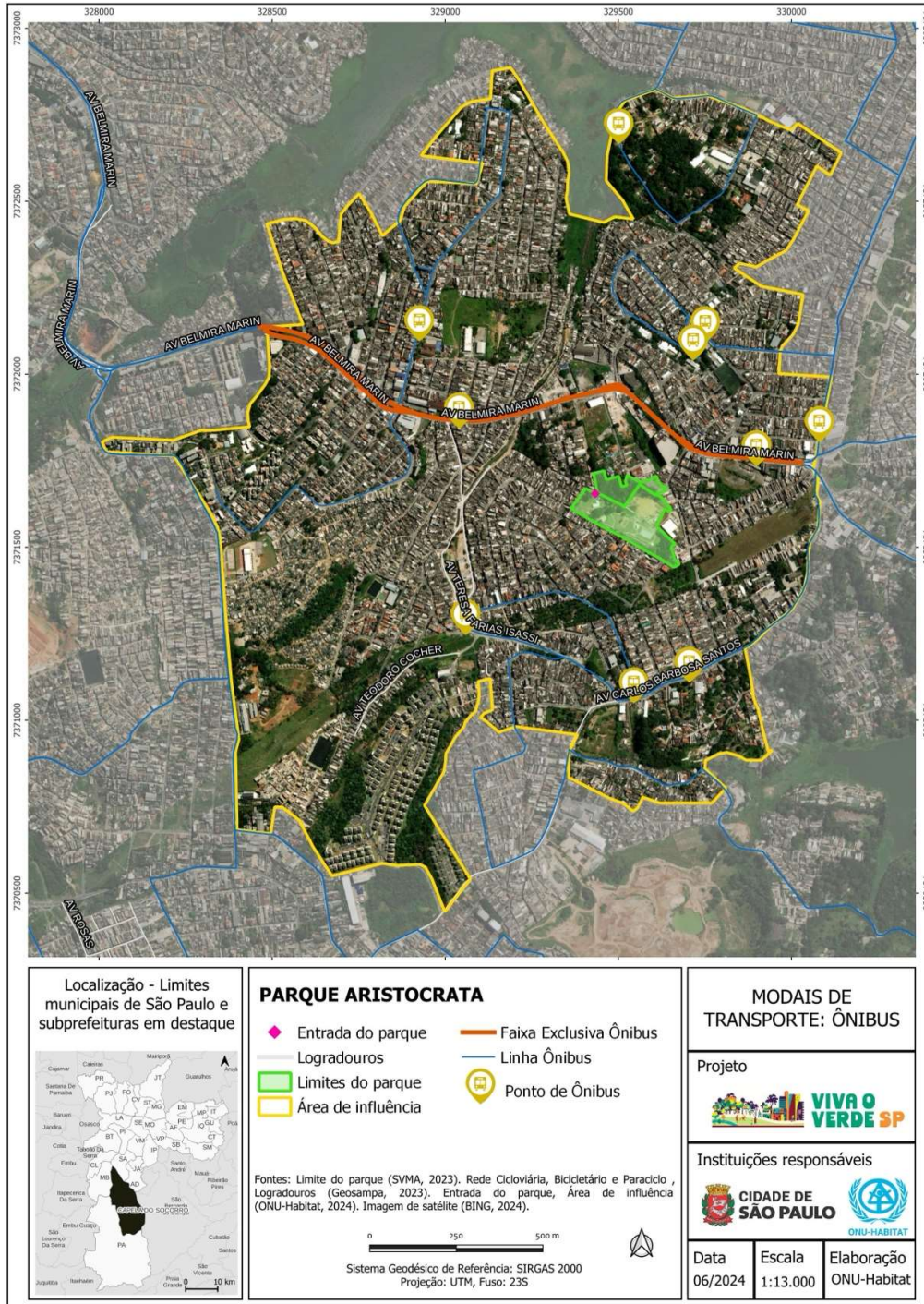


Fonte: Geosampa, 2024.

São nestas duas avenidas que se concentram os pontos de ônibus, existindo uma faixa exclusiva na Av. Belmira Marin (Mapa 4), com corredores e faixas exclusivas nessas vias. O ponto de ônibus mais próximo fica a aproximadamente 200 metros do parque, na Av. D. Belmira Marin, onde circulam aproximadamente 30 linhas de ônibus, ligando a região ao extremo sul da cidade, ou a estações de trem e metrô ou à região central.

Não há rede cicloviária, e os terminais de ônibus mais próximos localizam-se a aproximadamente 3,5 km do parque, nas proximidades da Av. Senador Teotônio Vilela (Terminal Varginha) e da Rua Giovanni Bonocini (Terminal Grajaú). Não há linhas de Metrô no entorno, e as estações de trem da CPTM mais próximas são a Grajaú, que está conectada ao terminal de ônibus e a Bruno Covas/Mendes – Vila Natal, ambas também a 3,5 km do parque.

Mapa 4 – Sistema viário no entorno do parque e identificação das faixas exclusivas de ônibus e pontos de ônibus



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



6. Território-Parque

O Território-Parque é uma unidade de cogestão e planejamento territorial em escala local delimitada pela área de influência¹² do Parque Linear Aristocrata que estabelece um perímetro de atuação e priorização de uma agenda comum de parcerias, atividades, ações e intervenções entre comunidades, conselhos, agentes e equipamentos públicos próximos ao parque, articulados por meio de uma rede socioambiental¹³.

Com isso, busca-se promover uma esfera de articulação pública, entre diferentes instâncias da sociedade, que possa, ao mesmo tempo, promover ações de prevenção aos principais desafios relacionados aos territórios de entorno imediato e próximo do parque e, também, potencializar oportunidades vinculadas ao seu espaço urbano ampliado, com o qual ele se correlaciona diretamente ou indiretamente.

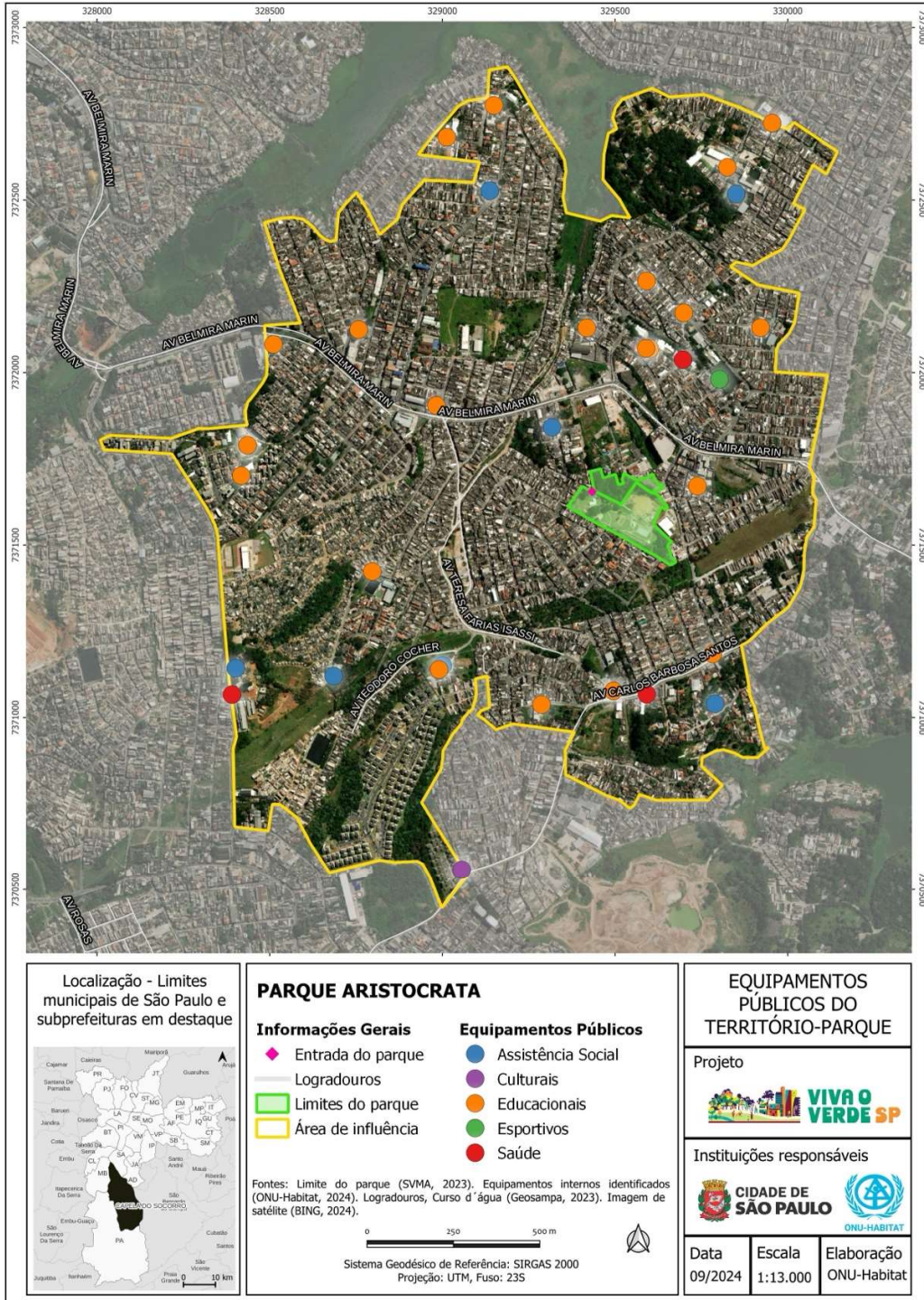
6.1. Caracterização

O perímetro de atuação do Território-Parque do Parque Linear Aristocrata e os principais equipamentos públicos municipais ali relacionados, estão definidos, mapeados e destacados no Mapa 5. Na sequência, podem ser verificados separadamente o mapeamento dos diferentes equipamentos públicos deste território nos Mapas 6, 7, 8 9 e 10.

¹² As áreas de influência dos parques foram definidas com base na mobilidade ativa do pedestre e a partir de um critério temporal. Dessa forma, foi calculado um raio sobre a malha viária delimitando o território atendido em uma caminhada de até 15 minutos entre um acesso do parque e suas ruas adjacentes. A área resultante é entendida como adequada para que as pessoas se sintam estimuladas a frequentar o parque mais próximo, seja de sua residência ou trabalho. Para o cálculo, foi considerado o tempo de caminhada de, no máximo, 15 minutos para pessoas adultas sem restrições de mobilidade, considerando variações de velocidade conforme declividade do terreno. Adicionou-se a isso a abrangência territorial de 15 minutos de caminhada para crianças e idosos, bem como para pessoas com restrições de mobilidade, visto que são grupos com deslocamentos mais lentos.

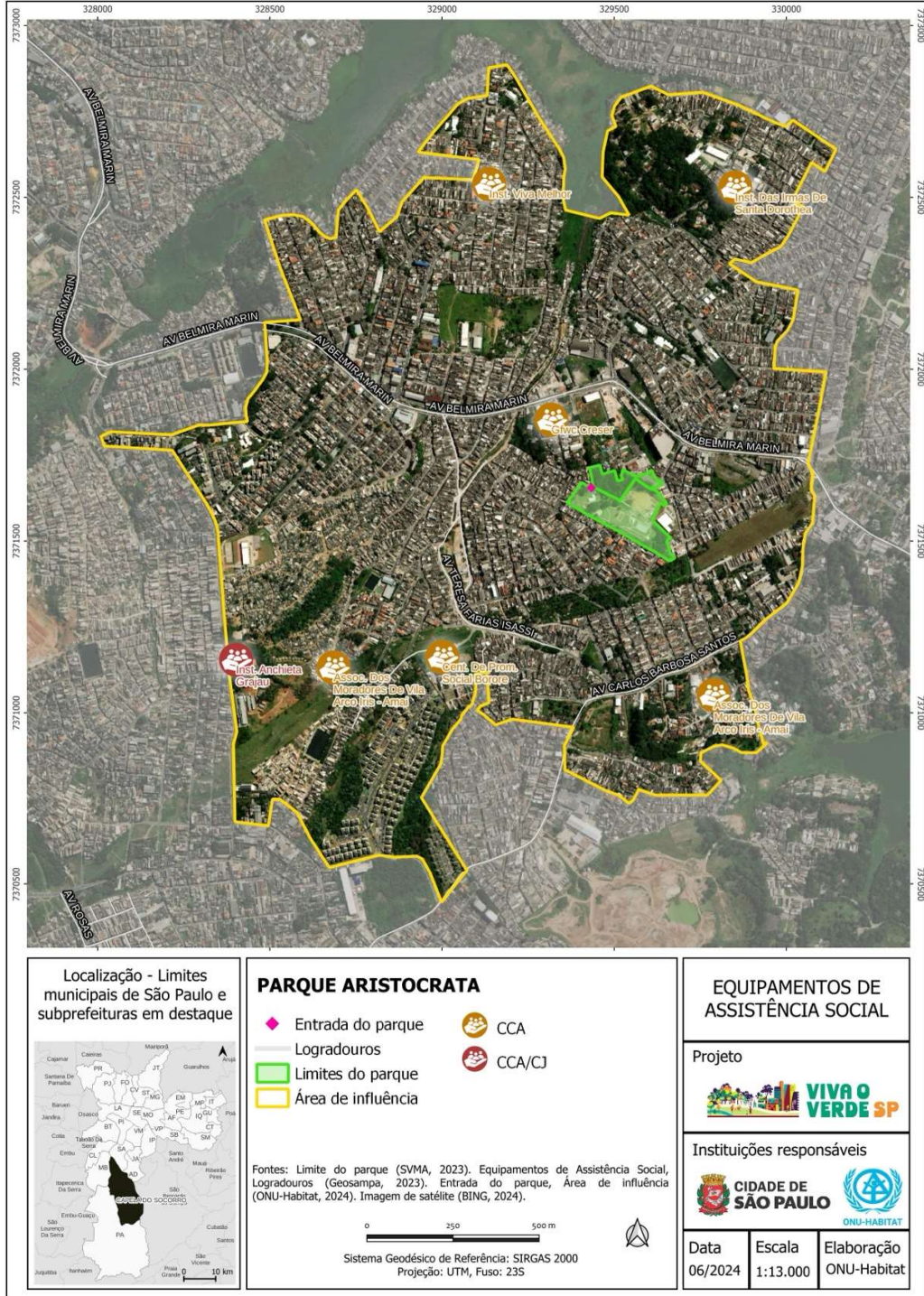
¹³ Para a articulação de Rede Socioambiental vinculada ao Território-Parque, recomenda-se a criação de uma Portaria Intersecretarial, no âmbito da Prefeitura de São Paulo, que estabeleça a formalização desta instância de cogestão e planejamento entre os diferentes equipamentos delimitados pela área de influência do parque, articulando, assim, sob a participação direta da gestão e do conselho gestor do parque, diferentes secretarias municipais presentes em tal território.

Mapa 5 - Mapeamento dos equipamentos públicos do Território-Parque



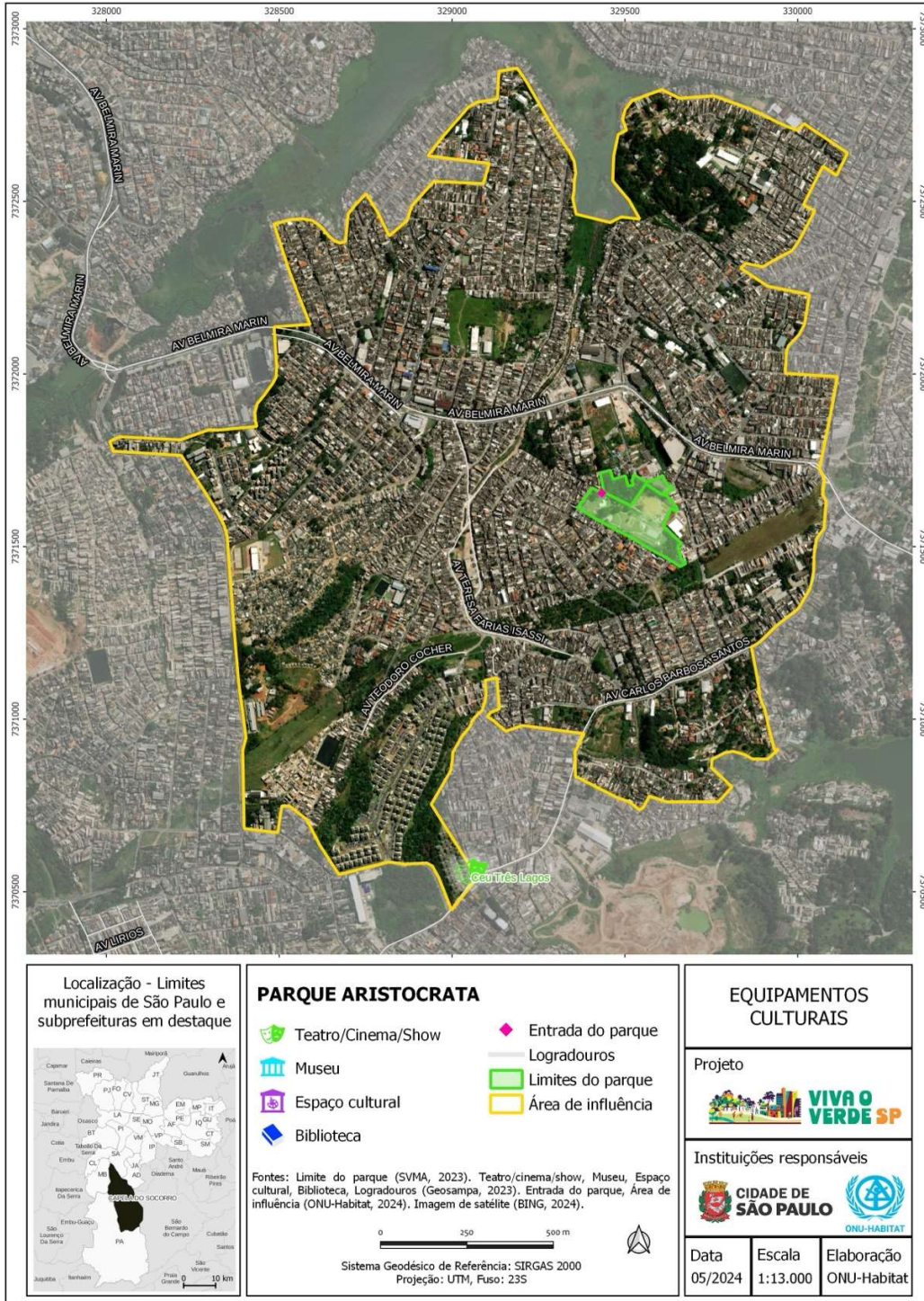
Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 6- Equipamentos de Assistência Social do Território-Parque



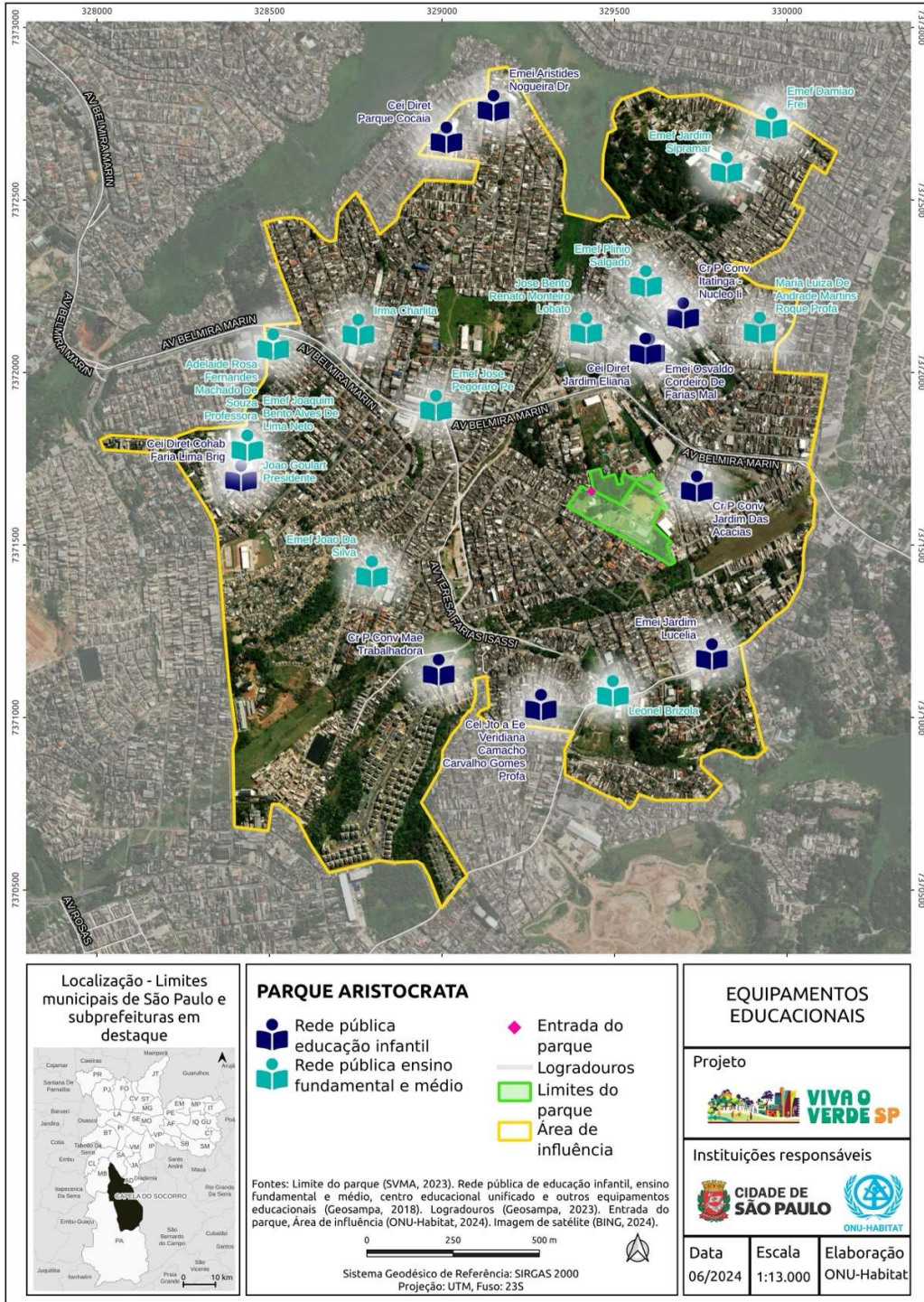
Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 7 - Equipamentos Culturais do Território-Parque



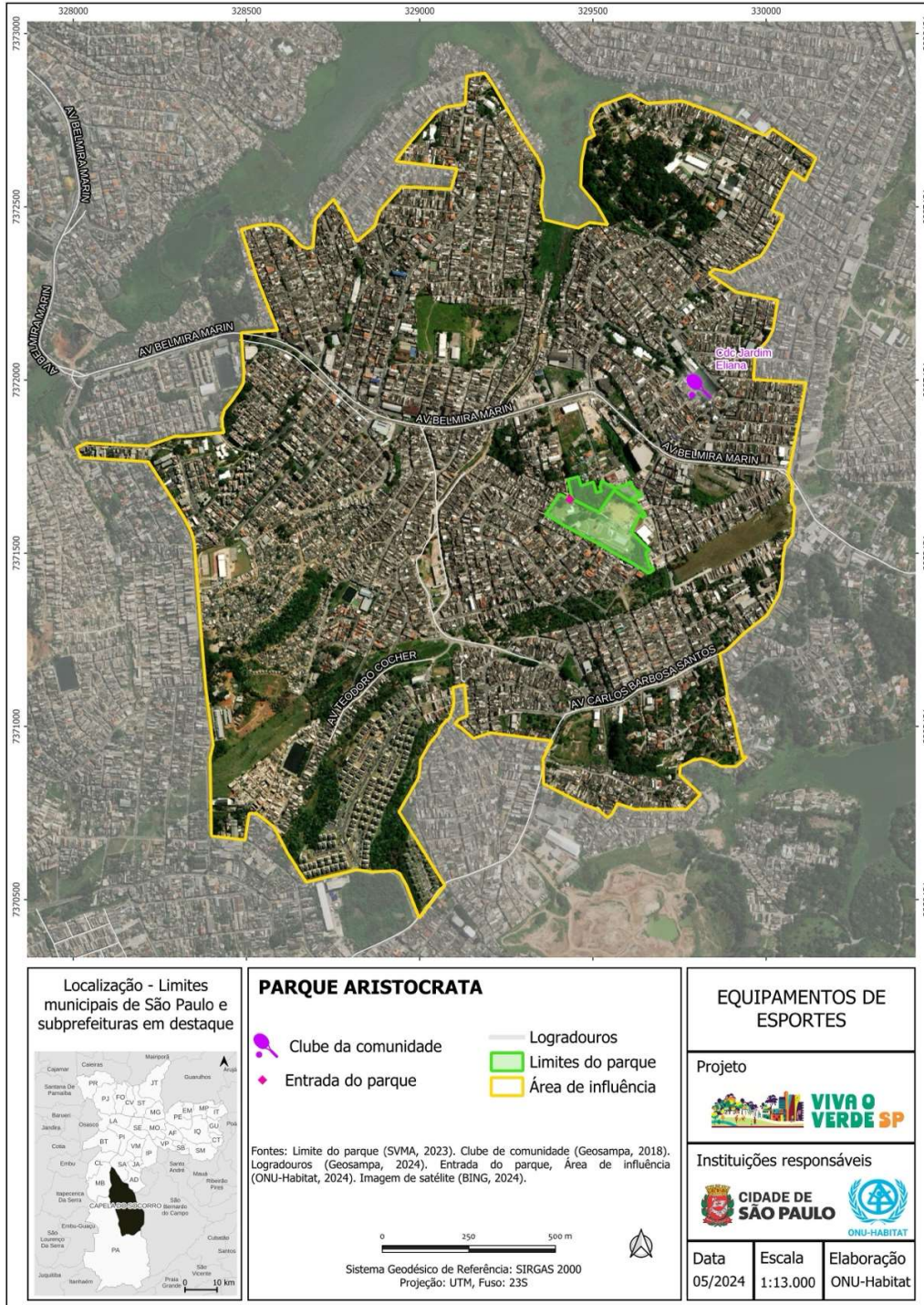
Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 8 – Equipamentos Educacionais do Território-Parque



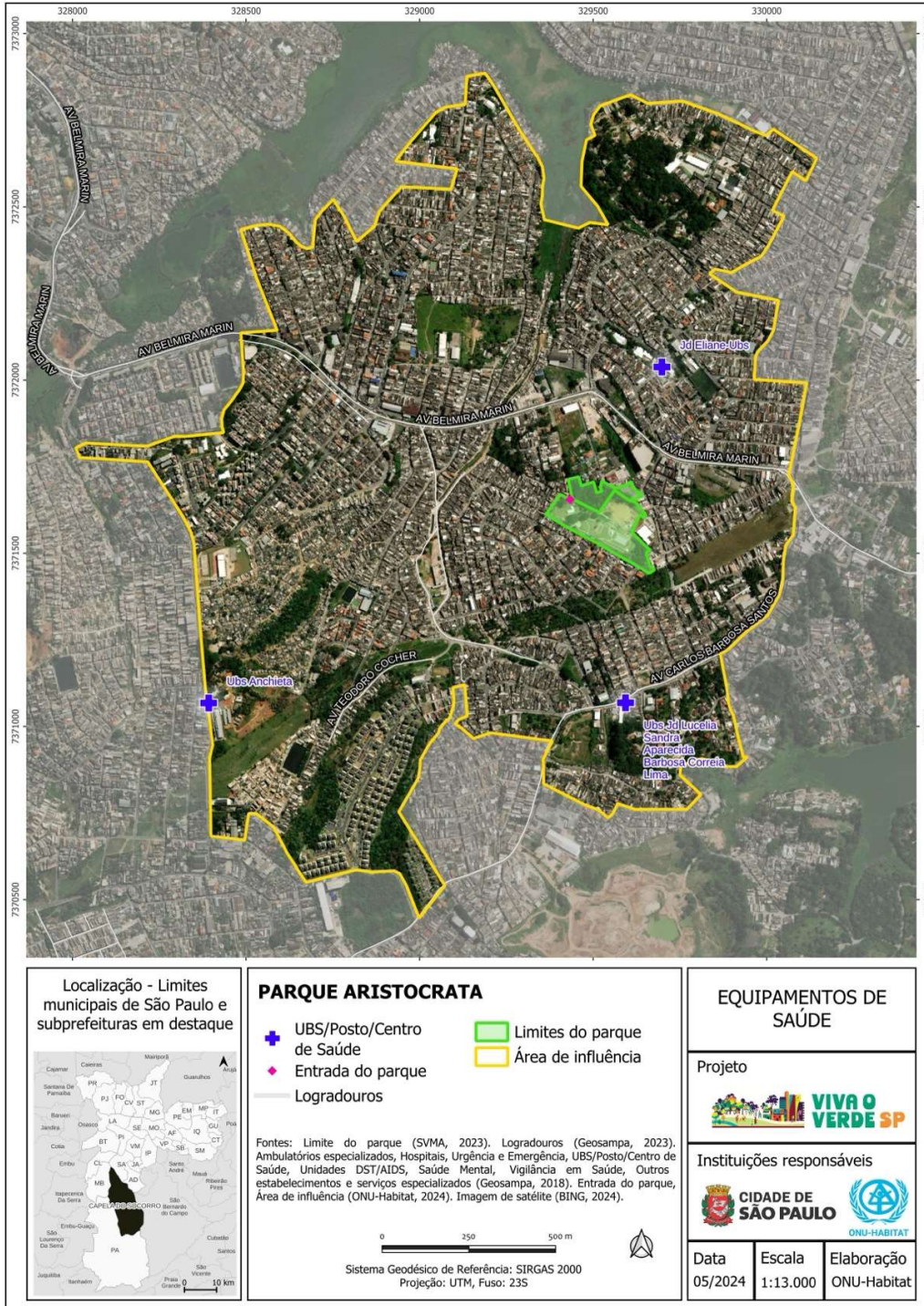
Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 9 – Equipamentos de Esportes do Território-Parque



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 10 – Equipamentos de Saúde do Território-Parque



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



6.2. Desafios e Oportunidades

Entre os desafios vinculados ao Território-Parque do Parque Linear Aristocrata, destaca-se:

- Baixa qualidade projetual dos espaços externos vinculados à passagem pública que atravessa o Parque;
- Isolamento do portão do Parque em relação à principal via da região, a Avenida Belmira Marin, e ausência de sinalização;
- A pouca oferta de atividades culturais nas proximidades do Parque pode abrir a possibilidade para a realização de programação cultural abrangente, vocação que já existia no antigo Clube Aristocrata e pode ser retomada;
- Reforço de atividades com público idoso e a possibilidade de atividades que visem a segurança comunitária, já que não há grandes equipamentos voltados especificamente aos idosos ou à segurança na região.

Entre as oportunidades vinculadas ao Território-Parque do Parque Linear Aristocrata, estão:

- A existência de grande quantidade de equipamentos voltados para o público infantil, ao redor do Parque, reforça sua vocação para a extensão de atividades destes parceiros nas áreas da Educação e Assistência Social;
- A proximidade com equipamentos de Saúde e Esporte, tendo em vista o caráter de lazer do Parque, com áreas livres ensolaradas e quadras esportivas, pode reforçar atividades em parceria com essas instituições vizinhas.

7. Caracterização do Parque Linear Aristocrata

Na sequência da avaliação do contexto urbano e da consolidação do plano de ação do Território-Parque, este capítulo concentra-se na caracterização do Parque Linear Aristocrata e visa proporcionar uma visão abrangente e sistemática dos atributos naturais e das dinâmicas de uso do parque, de forma a complementar a compreensão geral decorrente da análise do entorno.

7.1. Atributos naturais

Este item abordará os atributos naturais do parque, apresentando uma visão sobre o relevo, solo, recursos hídricos, vegetação e fauna presentes no território. Além disso, a análise desses atributos permitirá a compreensão do papel do parque para a manutenção dos serviços ecossistêmicos, como a regulação do clima e a preservação da biodiversidade.

7.1.1. Relevo

A Figura 9 mostra a altimetria do Parque Linear Aristocrata. Observa-se que a região central da parte implantada se encontra dividida em dois platôs: um a 780m e outro a 765m, divididos por uma área de altíssima declividade. O platô mais alto tem a cota decaindo suavemente no sentido noroeste até atingir 771m e a sudeste, com maior inclinação, chegando a 765m ao atingir a cabeceira de drenagem. Há áreas com altíssima declividade ao norte e ao sul da área implantada do parque.

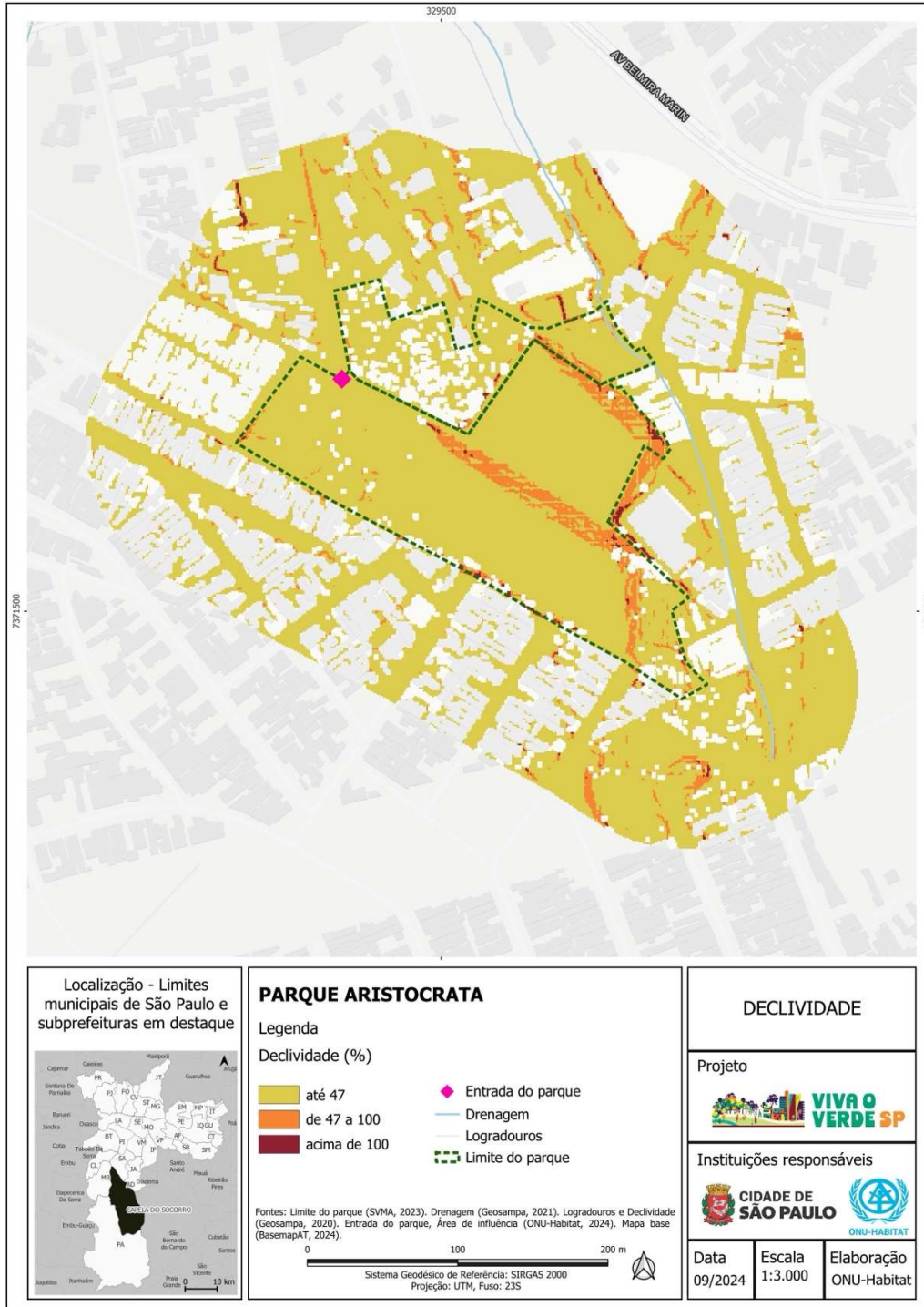
As diferenças de cotas altimétricas mostradas na hipsometria se comprovam no mapa de declividades: vertentes com declividade acima de 30%, porém formando uma cabeceira de drenagem e um leito de drenagem com menor declividade (Mapa 11).

Figura 9 - Hipsometria do Parque Linear Aristocrata e seu entorno.



Fonte: Geosampa, 2024

Mapa 11 – Declividades no Parque Linear Aristocrata e entorno



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



7.1.2. Solo

As áreas permeáveis do parque são compostas por gramados, canteiros ajardinados e bosques heterogêneos. Caminhos, estares e edificações, necessários ao correto funcionamento do parque, constituem a parcela impermeável do solo.

O solo do parque apresenta-se heterogêneo em razão dos diversos usos, movimentações e aterros promovidos ao longo do tempo. Por se tratar de uma área extremamente alterada por ações antrópicas, o solo não pode ser classificado de acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos e tampouco há uma classificação oficial a ser utilizada no caso de solos urbanos.

7.1.3. Água

O Parque Linear Aristocrata está localizado na Sub-bacia do Rio Grande/Ribeirão Pires e microbacia do Córrego Reinberg/Cocaia (Mapa 12).

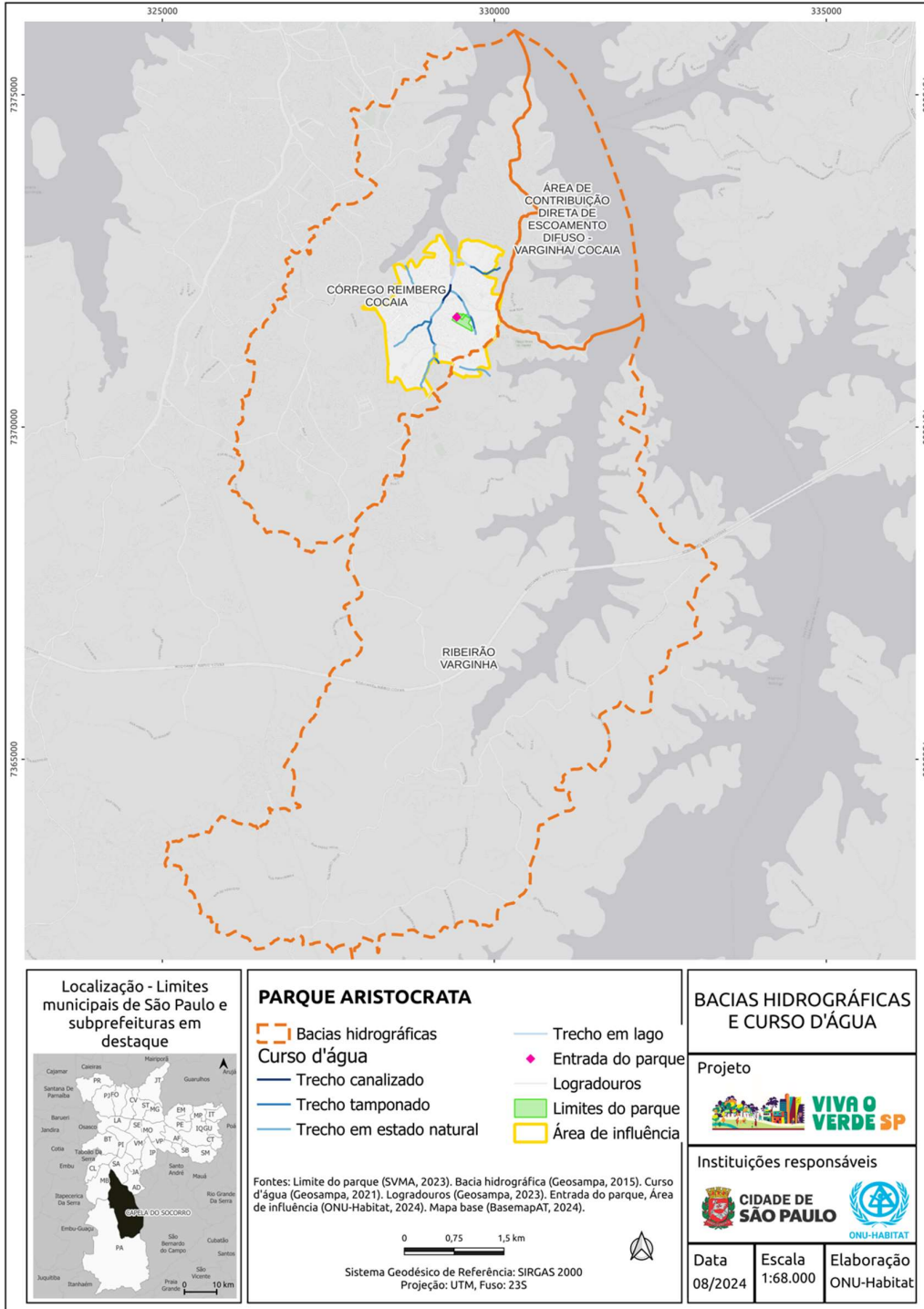
A única drenagem do parque ocorre em sua borda sudeste, onde há a cabeceira de um córrego intermitente que atravessa a área do parque a ser expandida, e que deságua em outra drenagem contribuinte da Billings. Esta drenagem atravessa o muro do parque que o separa da comunidade por meio de um grande buraco em um gradil, que se tornou uma passagem “clandestina” da população para a mata do parque.

Figura 10 – Vista aérea do Parque Linear Aristocrata com o córrego ao lado direito da imagem



Fonte: SVMA, 2023

Mapa 12 – Bacia Hidrográfica da Billings e a Microbacia do Córrego Reinberg/Cocaia



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Além da drenagem que nasce na borda sudeste, existem várias insurgências de água no corte de talude onde se localiza a arquibancada do campo de futebol, principalmente ao lado dos bancos de reservas. Essa água surge no talude e escoar até o campo, comprometendo seu sistema de drenagem, deixando-o permanentemente encharcado em épocas mais chuvosas.

A má qualidade da água da drenagem que nasce no parque foi um dos problemas levantados pela comunidade na oficina participativa, que a comparou a um “esgoto a céu aberto”. O resgate da história do parque também foi levantado na oficina, especificamente em relação à importância do “Seu Bene”, falecido diretor esportivo do clube, e da necessidade de realizar atividades educativas e comunicacionais a respeito da história do parque.

7.1.4. Vegetação

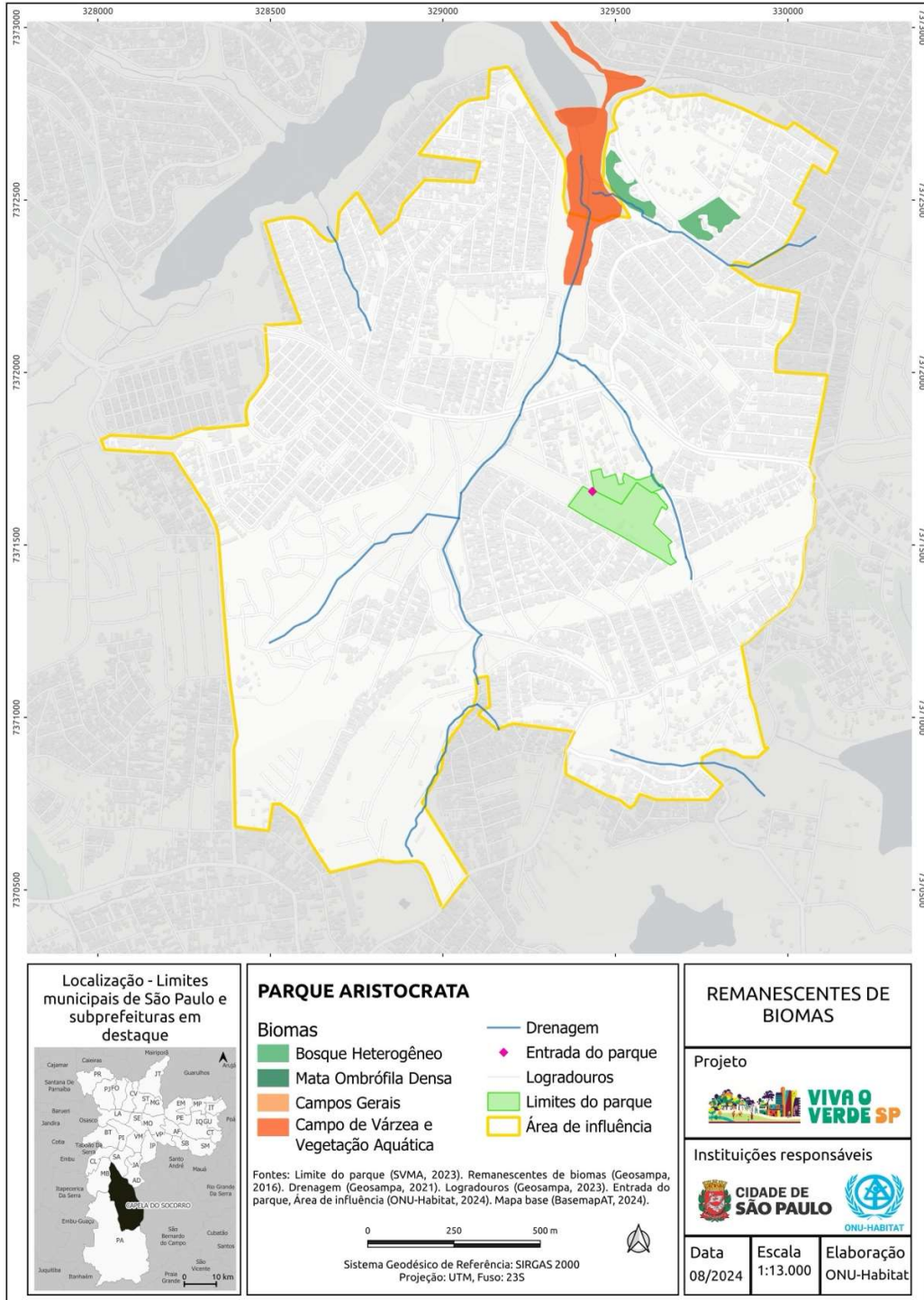
Para o desenvolvimento do Plano de Gestão, a análise da vegetação existente na região que o cerca também é importante, pois assim é possível a identificação da existência de possíveis corredores urbanos de fauna e flora, ou se o parque se comporta como uma área isolada de verde urbano. Para isso, analisou-se três dados disponíveis na plataforma Geosampa, apresentados nos mapas a seguir: o Mapeamento de Remanescentes Biomas e o Mapeamento da Cobertura Vegetal no entorno do Parque.

Figura 11 – Imagem da área do parque com maior presença de árvores pré-existentes



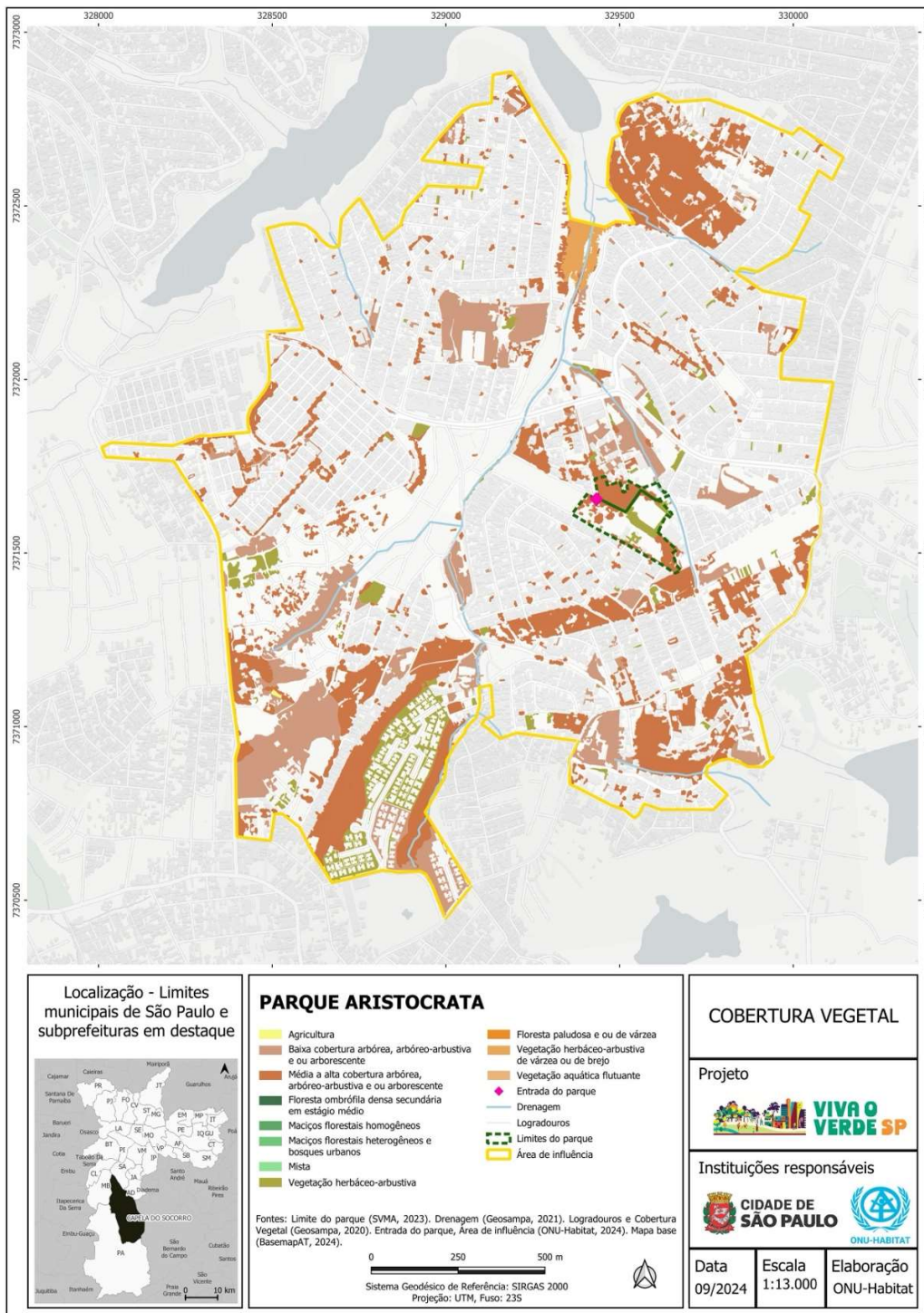
Fonte: SVMA, 2023

Mapa 13 – Remanescentes de Biomas no entorno do Parque Linear Aristocrata



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 14 – Cobertura vegetal no entorno do Parque Linear Aristocrata



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

O parque caracteriza-se pela predominância de áreas gramadas, com canteiros ajardinados próximos aos caminhos e áreas de estar, além de árvores isoladas, por vezes formando pequenos agrupamentos. Na sua porção norte situa-se amplo campo gramado e na porção sudeste pode-se notar pequena formação florestal em área de talude, de difícil acesso, mas provavelmente tratando-se de bosque heterogêneo (SÃO PAULO, 2019).

Figura 12 - Imagem aérea com delimitação das unidades de análise da vegetação do Parque Linear Aristocrata



Elaboração: Equipe ONU-Habitat

Previamente à implantação do parque, foram identificadas 20 espécies de plantas, sendo 13 arbóreas e 7 herbáceas, incluindo frutíferas exóticas (*Eriobotrya japonica*, *Mangifera indica*), espécies típicas de arborização urbana (*Cenostigma pluviosum*, *Eucalyptus* sp., *Tipuana tipu*) e espécies nativas (*Alchornea sidifolia*, *Solanum* sp., *Syagrus romanzoffiana*, *Trema micranta*). Dentre as nativas se destacam pelo porte e raridade um indivíduo de cambuci (*Campomanesia phaea*) e um indivíduo de cedro (*Cedrela fissilis*), espécie ameaçada de extinção no Estado de São Paulo e no Brasil (SÃO PAULO, 2016; BRASIL, 2022). Considerando-se o total de espécies



já registradas para a cidade de São Paulo, o parque abriga aproximadamente 0,37% da diversidade vegetal do município (SÃO PAULO, 2021).

Como espécies emblemáticas na paisagem, há a figueira (*Ficus elastica*) de grande porte e posição central, junto ao parquinho, e o jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), formando conjunto escultórico próximo ao deck da antiga piscina do clube (conjunto esse representado no logo do parque).

Por ocasião da implantação do parque, foram plantadas árvores nativas da Mata Atlântica, para reforço da arborização e sombreamento junto às áreas de estar, além de frutíferas nativas formando área de pomar junto à quadra poliesportiva. No paisagismo observa-se a utilização de espécies ornamentais nativas (como íris-azul, vedélia, grama-amendoim) e exóticas (como moréia, capim-do-texas, lírio-laranja, congéia, agave-dragão) formando canteiros ajardinados ao longo dos caminhos e áreas de estar. Nota-se ainda pequena área de compostagem, em fase de implantação, nos fundos do quiosque.

Embora a vegetação do parque careça de riqueza botânica, existe área verde adjacente com fragmento florestal significativo, contendo espécies nativas características da Mata Atlântica regional, como tapiá-guaçu (*Alchornea sidifolia*), camboatá (*Cupania oblongifolia*), pinha-do-brejo (*Magnolia ovata*), pixiricão (*Miconia cabucu*), embaúba (*Cecropia pachystachya*) e capororoca (*Myrsine umbellata*) (SÃO PAULO, 2019). Essa área está em processo de desapropriação pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, para incorporação ao parque, como forma de preservar seu conjunto florístico, além de permitir a realização de estudos científicos e, eventualmente, programas de educação ambiental.

Como principal ameaça à conservação dessa importante área verde, destaca-se a presença de espécies exóticas com potencial invasor, como: nespereira (*Eriobotrya japonica*), leucena (*Leucaena leucocephala*), pau-d'água (*Dracaena fragrans*), bambu-de-jardim (*Phyllostachys aurea*), mamona (*Ricinus communis*) e o recém-plantado capim-do-texas (*Pennisetum setaceum*). Essas espécies, sem o devido manejo, podem acabar por dominar as áreas campestres e formações florestais do parque, dificultando a germinação e estabelecimento de espécies nativas, a ampliação da biodiversidade e, por fim, a regeneração da fisionomia de floresta Atlântica original. Formigas cortadeiras foram observadas ao longo de todo parque, formando caminhos bem-marcados no gramado, especialmente próximo à área do parquinho.

Como contribuição do processo participativo, no tocante à vegetação, foi relatado ainda a necessidade de regularização da área de trilha, que se encontra com excesso de vegetação espontânea, dificultando a circulação, e necessidade de regularização das escadas e corrimão de acesso à trilha.

7.1.5. Fauna

Até o momento foram identificadas 38 espécies animais no parque, sendo 36 aves silvestres e uma espécie de primata, o sagui (*Callithrix* sp.) (SÃO PAULO, 2021; 2022; EBIRD, 2024).



Considerando-se o total de espécies já registradas para a cidade de São Paulo, o parque abriga aproximadamente 3,0% da diversidade animal do município (SÃO PAULO, 2021).

A maioria das aves registradas no local é característica de ambientes abertos, tais como campos, bordas de mata e cidades, indicando que a área do parque e seu entorno encontram-se bastante alteradas. Apesar disso, foi observada uma espécie endêmica, com distribuição restrita à Mata Atlântica, que é o pichororé (*Synallaxis ruficapilla*) (SÃO PAULO, 2022). Dentre aquelas que possuem algum grau de ameaça, destacam-se o periquitão (*Psittacara leucophthalmus*), beija-flor-tesoura (*Eupetomena macroura*) e tuim (*Forpus xanthopterygius*), todas aves que podem ser extintas num futuro próximo caso o comércio não seja regulado (CITES, 2023).

Além das aves residentes, estão presentes ainda visitantes, com hábitos parcialmente migratórios, como o suiriri (*Tyrannus melancholicus*), a peitica (*Empidonomus varius*) e o caneleiro-de-chapéu-preto (*Pachyramphus validus*) (SÃO PAULO, 2023).

É possível apreciar na área o canto dos sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*), sabiá-branco (*Turdus leucomelas*) e do pia-cobra (*Geothlypis aequinoctialis*). Na copa das árvores pode-se admirar o sanhaço-cinzento (*Tangara sayaca*), o sanhaço-do-coqueiro (*Tangara palmarum*), a saíra-amarela (*Tangara cayana*) e a figuinha-de-rabo-castanho (*Conirostrum speciosum*). Voando alto no céu, é possível observar o deslocamento de bandos de biguás (*Nannopterum brasilianus*) e formação típica, em “V”, indicando a proximidade com a Represa Billings (Ibidem).

O parque é local de reprodução do popular carcará (*Caracara plancus*), um dos maiores falcões brasileiros, que constrói seu ninho no alto da copa das árvores. Bandos de bico-de-lacre (*Estrilda astrild*) também podem ser vistos se alimentando de sementes de capins que crescem espontaneamente no local (Ibidem).

Figura 13 - Carcará (*Caracara plancus*) e tuim (*Forpus xanthopterygius*), em fotografias registradas no Parque Linear Aristocrata



Fonte: Sílvia Hiromi e Anelisa Magalhães, da Divisão de Fauna Silvestre.



O registro de espécies endêmicas da Mata Atlântica, ou seja, que são encontradas somente no bioma Mata Atlântica, de espécies ameaçadas e de espécies migratórias, evidenciam a importância ecológica e de preservação da área.

Como principais ameaças à conservação da fauna silvestre do parque estão 1) a baixa riqueza botânica, que se reflete em baixa disponibilidade de recursos alimentares, materiais para construção de ninhos e locais de abrigo e nidificação, além da 2) captura de animais silvestres. Durante vistoria da Divisão da Fauna Silvestre (DFS-SVMA), um morador foi visto tentando capturar aves de vida livre, por meio da atração com animal engaiolado da espécie coleirinho-paulista (*Sporophila caerulea*) (SÃO PAULO, 2021). Não é possível afirmar se a tentativa de captura observada no parque objetiva a detenção das aves, como ornamentais/canoras, ou se o objetivo é o comércio ilegal. De qualquer forma, foi observado também um número considerável de moradores do entorno que mantêm aves silvestres em gaiolas.

O Brasil é um dos países onde mais se identifica o tráfico de animais silvestres - estima-se que essa atividade ilegal retire cerca de 38 milhões de espécimes da natureza e movimento de 5 a 15 bilhões de reais por ano no país. As aves são as mais procuradas devido à sua beleza, canto e comportamento dócil. De fato, o povo brasileiro sempre manteve especial predileção por aves de gaiola, sendo os pássaros canoros e psitacídeos as espécies mais encontradas em cativeiro no Brasil. Por isso, para além de controlar a captura e comércio desses animais, fazendo-se valer os dispositivos legais de proteção, é necessário desenvolver também trabalhos de educação ambiental, que sensibilizem e engajem a população em diversas questões relativas à conservação da fauna silvestre no meio urbano (RENTAS, 2001)

Foi relatado, ainda durante o processo participativo, a existência de focos de mosquito-da-dengue, espécie associada à transmissão de diversas doenças e que deve ser manejada durante a gestão do parque.

7.1.6. Serviços ecossistêmicos

Áreas verdes, como o Parque Linear Aristocrata, são prestadoras de inúmeros serviços ecossistêmicos, que muitas vezes são desconhecidos ou mesmo subvalorizados, especialmente no contexto urbano.

De acordo com a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA), estudo patrocinado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os serviços ecossistêmicos podem ser definidos como “os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas”, podendo ser subdivididos em quatro categorias, a saber: provisão, regulação, suporte e cultural (MEA, 2005).

Os serviços de provisão são os bens que os ecossistemas fornecem diretamente, como os alimentos, matéria-prima para a geração de energia, fibras, plantas ornamentais e água. Os serviços reguladores são obtidos a partir dos processos naturais que regulam as condições ambientais, como a purificação do ar, a regulação do clima e o controle de erosão. Os serviços



culturais estão relacionados com os benefícios recreacionais e educacionais e, por fim, os serviços de suporte são os processos naturais necessários para que os outros serviços existam, como a ciclagem de nutrientes, a formação de solos, a polinização e a dispersão de sementes (MEA, 2005).

Esses serviços têm sido considerados fundamentais para o enfrentamento do impacto das mudanças climáticas, na medida em que minimizam eventos extremos, como chuvas intensas e concentradas, alagamentos, enchentes, inundações e deslizamentos de terra, eventos que geram perdas materiais e ameaçam a integridade física da população (PBMC, 2016).

Assim, considerando o estágio de emergência climática em que se encontra o planeta, é fundamental enxergar os parques enquanto provedores de serviços de regulação climática. Todos os parques oferecem, em maior ou menor grau, os serviços de regulação citados no e na atenuação das ameaças indicadas no Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PLANCLIMA SP) 2020-2050, que são: inundações, ondas de calor, secas meteorológicas. Abaixo seguem as informações que o PlanClimaSP dá sobre a importância das áreas verdes urbanas para remediação ou atenuação dos impactos das ameaças climáticas na cidade de São Paulo e sua população.

Inundações

As áreas verdes urbanas, incluindo as áreas de amortecimento, parques lineares, maciços florestais e remanescentes urbanos funcionam como “esponjas” que absorvem a água da chuva, conduzindo-a para os lençóis freáticos ou mesmo a armazenando no solo. Quanto maior a área permeável, a quantidade de árvores e vegetação e a capacidade de absorção de água (por m³), maior será o serviço fornecido por aquela área verde quanto ao controle e diminuição de inundações. Assim, áreas menores, mas com boa cobertura arbórea e arbustiva por vezes absorvem mais água da chuva e prestam melhores serviços ecossistêmicos que áreas maiores, mas com solo argiloso exposto, ressecado e pouco permeável.

As Áreas de Preservação Permanente (APPs) também devem estar preservadas para conter as enchentes existentes nos períodos de chuvas intensas que, de acordo com o PlanClimaSP, devem ser cada vez mais recorrentes. Com a revegetação das margens dos córregos, as APPs contribuem para a biodiversidade, para a melhoria da qualidade da água, além de controlar as cheias dos rios e córregos.

Secas Meteorológicas

As áreas verdes urbanas reduzem os efeitos das secas meteorológicas, já que contribuem para que as redes de abastecimento e aquíferos mantenham-se em níveis adequados, agem diretamente na redução da temperatura e na velocidade dos ventos e influenciam no balanço hídrico por meio da evapotranspiração, aumentando a umidade do ar. O Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClimaSP) afirma:



As áreas verdes presentes no Município, por sua vez, são relevantes para a biodiversidade, promovem o aumento da permeabilidade facultando a recarga dos aquíferos e reduzindo os alagamentos e enchentes, contribuem para a manutenção das temperaturas mais amenas, protegem as nascentes e cursos d'água, o que permite o armazenamento nos reservatórios para abastecimento. (PlanClimaSP, p. 24).

Altas Temperaturas e Ondas de Calor

Um dos problemas climáticos das grandes cidades e regiões metropolitanas é o microclima adverso gerado pelas chamadas ilhas de calor. Áreas com predomínio de alvenaria, asfalto e concreto produzem áreas com temperaturas maiores que as circundantes, já que há concentração de materiais que absorvem mais calor e possuem baixa capacidade reflexiva. O adensamento de prédios, que bloqueiam o fluxo de ar e o vento de superfície, e as áreas com grande tráfego de veículos que emitem gases de efeito estufa também contribuem para o aumento de temperatura e para a formação das ilhas de calor.

Nesse sentido, as áreas verdes urbanas são fundamentais para redução das ilhas de calor e de seus efeitos, já que criam áreas sombreadas e de maior umidade que diminuem a temperatura da superfície e favorecem a circulação do ar e de brisas frescas e úmidas. Além disso, as áreas vegetadas absorvem os poluentes atmosféricos por meio do sequestro de carbono.

“Áreas verdes contribuem tanto para a manutenção da qualidade de vida dos residentes da cidade, ao diminuir efeitos como ilha de calor urbana e a poluição atmosférica, quanto para a diminuição de riscos de eventos extremos. Os fragmentos de Mata Atlântica presentes no território da cidade são responsáveis por manter as temperaturas mais amenas, protegem as nascentes e permitem o armazenamento nos reservatórios para consumo, geração de energia, irrigação agrícola e pesca, entre outras atividades” (JOLY, 2019, apud PlanClimaSP, p. 77)

Estudo recente revela que, se um fragmento de Mata Atlântica de aproximadamente 1ha (10.000 m²) tiver 25% de sua área desmatada, a temperatura local aumenta 1 °C. Se todo o pequeno remanescente for desflorestado, o impacto na temperatura máxima local pode chegar a 4°C (ALISSON, 2020), evidenciando que o desmatamento promove o aquecimento do ar em escala local. Como forma de minimizar e evitar a formação de ilhas de calor, recomenda-se o aumento das áreas verdes na cidade, aumentando o conforto térmico humano nas áreas urbanizadas.

A presença de áreas verdes, embora não elimine as ondas de calor em grandes centros urbanos, pode minimizar seu impacto e agir como medida de adaptação, se aplicada em larga escala, além de apoiar a diminuição de emissões de Gases Efeito Estufa (GEE) decorrentes do consumo de energia elétrica para refrigeração.



“Na perspectiva da mudança do clima, a rede de áreas verdes e a rede hídrica, denominada infraestrutura verde-azul, é tão importante quanto a rede de água, energia, esgotamento sanitário e transporte” (DUARTE, 2015 apud PlanClimaSP, p. 77, 78).

Nos últimos anos, as políticas públicas vêm abordando o tema serviços ecossistêmicos, principalmente com o intuito de propor instrumentos para colaborar com a diminuição das taxas de perda desses serviços. Em São Paulo, o Plano Diretor Estratégico (SÃO PAULO, 2014), a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, e o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA, 2024) elencam um conjunto de áreas na cidade consideradas prioritárias para conservação e recuperação dos serviços ecossistêmicos. Mais recentemente, o Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (PMSA, 2020) apresenta ainda áreas complementares, como Áreas de Preservação Permanente, áreas de risco com declividade acentuada, Áreas de soltura e monitoramento da fauna nativa, entre outras, como os parques existentes e previstos e suas áreas envoltórias.

O Parque Linear Aristocrata está localizado em uma região considerada, de acordo com o Plano Municipal de Serviços Ambientais (PMSA, 2020), como de importância metropolitana, cujos benefícios têm escala regional, impactando positivamente não só a região onde se localizam, mas sim toda a metrópole. Essas áreas correspondem aos locais com os remanescentes florestais mais bem conservados de Mata Atlântica na cidade, dispersos principalmente na Zona Sul (incluindo o entorno das represas Billings e Guarapiranga), na Zona Norte (onde se localiza a Serra da Cantareira) e Zona Leste (onde se encontra o Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, as cabeceiras do rio Aricanduva e o Morro do Cruzeiro).

Além disso, o parque localiza-se dentro dos limites da Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, proposta pelo Plano Diretor Estratégico (PDE, 2014) e dentro da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings, áreas consideradas prioritárias para conservação e recuperação ambiental (SÃO PAULO, 2009).

As represas Guarapiranga e Billings, em especial, se destacam como regiões prestadoras de serviços ecossistêmicos devido à produção de água para abastecimento público, além de conterem importantes remanescentes florestais, áreas de várzea, nascentes de rios e alta biodiversidade. Ainda que protegidas por ordenamento territorial específico desde a década de 1970 (leis de proteção e recuperação dos mananciais), elas se encontram fortemente pressionadas por usos pouco compatíveis com a preservação.

Dentre os serviços ecossistêmicos prestados pelo parque predominam aqueles de regulação, tais como a atenuação climática e das ilhas de calor, a contenção de processos erosivos e assoreamento dos cursos hídricos, aumento da permeabilidade e infiltração da água no solo, minimização de enchentes, controle da poluição sonora e melhoria da qualidade do ar.

Como serviços de suporte, destacam-se a manutenção do fluxo gênico, preservação da biodiversidade e das espécies de maior interesse para a conservação, fornecendo áreas de descanso, alimentação e reprodução para a fauna silvestre regional.



Finalmente, mas não menos importante, o parque fornece também serviços culturais, contribuindo com as funções de lazer, recreação e educação ambiental, constituindo-se espaço importante para o convívio social e para a saúde física e mental da população.

7.2. Usos identificados

A seguir, estão apresentados os principais usos identificados no Parque Linear Aristocrata, com a descrição e mapeamento de seus principais equipamentos e espaços internos, a leitura de questões relativas ao regulamento de uso e avaliação de usuários, além de análise dos usos atuais, em que estão detalhados pontos relativos à observação e à avaliação do estado atual do parque.

7.2.1. Equipamentos e Espaços Internos

Para a caracterização interna do Parque Linear Aristocrata, subdivide-se seus principais equipamentos e espaços internos conforme descrição abaixo e como disposto no Mapa X:

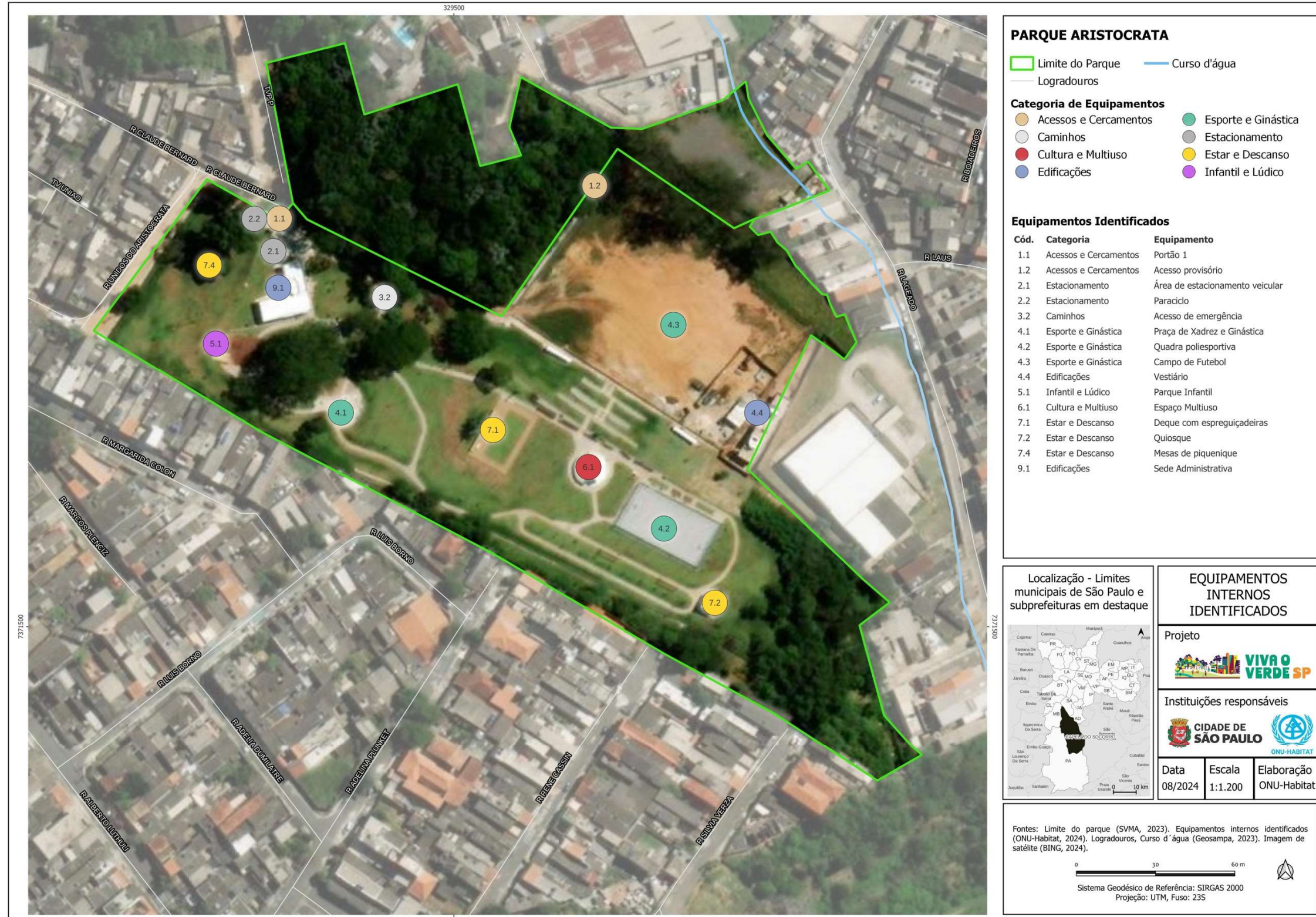
- Acessos e cercamentos;
- Estacionamento;
- Caminhos;
- Esporte e Ginástica;
- Infantil e Lúdico;
- Cultura e Multiuso;
- Estar e Descanso;
- Edificações.

Figura 14 – Imagens alguns dos equipamentos construídos com a implantação do parque



Fonte: SVMA, 2023

Mapa 15 - Equipamentos e espaços internos no Parque Linear Aristocrata



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Tabela 3: Acessos e Cercamentos

Os acessos e cercamentos do parque estão delimitados por estruturas específicas.		
1.1	Portão 1	<u>Descrição:</u> Portão de entrada principal do parque com acesso para pedestres e veículos.
1.2	Acesso provisório	<u>Descrição:</u> Acesso provisório em que é realizada passagem de pedestres em caminho anterior à implantação do parque.
1.3	Gradil	<u>Descrição:</u> Gradil metálico referente ao cercamento do perímetro do parque.
1.4	Fundos de lote	<u>Descrição:</u> Lateral das edificações vizinhas que fazem divisa com o parque.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 4: Estacionamento

As áreas de estacionamento estão delimitadas a locais e equipamentos específicos.		
2.1	Área de estacionamento veicular	<u>Descrição:</u> O parque apresenta área de estacionamento interna para automóveis autorizados vinculada ao Portão 1 , junto à edificação da Sede Administrativa , com três vagas, sendo duas delas reservadas para idosos e Pessoas com Deficiência (PCDs).
2.2	Paraciclo	<u>Descrição:</u> Elemento para fixação de bicicletas, em área interna e ensolarada junto ao Portão 1 , com espaço para cinco bicicletas.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 5: Caminhos (3)

A rede de caminhos do parque, com exceção de espaços de uso restrito ou que possam apresentar risco às pessoas, delimita caminhos específicos e se compõe com outras áreas para o uso e travessia não direcionados.		
3.1	Passeios	<u>Descrição:</u> Passeios em piso intertravado com acessibilidade universal formando circuito interno no parque.
3.2	Acesso de emergência	<u>Descrição:</u> Acesso desde o Portão 1 até o Campo de Futebol para o alcance de ambulâncias e veículos de manutenção, em que não há acessibilidade universal para o pedestre.
3.3	Trilha	<u>Descrição:</u> Trilha em piso de terra ainda em implantação junto à área de viveiro e de mata mais densa próximas ao córrego que atravessa o parque.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 6 - Esporte e Ginástica (4)

Toda a área do parque, com exceção de espaços de uso restrito ou que possam apresentar risco às pessoas, apresenta usos potenciais para a prática de atividades físicas, havendo, também, equipamentos de esporte e ginástica direcionados para práticas específicas.		
4.1	Praça de Xadrez e Ginástica	<u>Descrição:</u> Praça em piso intertravado com equipamentos de ginástica em modelo de Academia da Terceira Idade (ATI), bancos e mesas de xadrez.
4.2	Quadra poliesportiva	<u>Descrição:</u> Quadra poliesportiva cercada por gradil.
4.3	Campo de Futebol	<u>Descrição:</u> Campo de futebol histórico com características de piso de futebol de várzea. Apresenta seu perímetro cercado por gradil, iluminação específica para uso esportivo, áreas cobertas para jogadores reservas e arquibancada para o público.
4.4	Vestiário	<u>Descrição:</u> Edificação de apoio ao Campo de Futebol em que se encontram dois vestiários para uso comum, dois vestiários adaptados para uso de Pessoas com Deficiência (PCDs) e dois sanitários, divididos em gêneros masculino e feminino.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 7 - Infantil e Lúdico (5)

Toda a área do parque, com exceção de espaços de uso restrito ou que possam apresentar risco às pessoas, apresenta usos potenciais para o brincar e para a prática de atividades infantis e lúdicas, havendo, também, equipamentos infantis e lúdicos direcionados para práticas específicas.		
5.1	Parque Infantil	<u>Descrição:</u> Área direcionada ao uso infantil com piso emborrachado, caixa de areia e brinquedos, próxima à área contígua gramada para atividades lúdicas não-direcionadas.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 8 - Cultura e Multiuso (6)

Toda a área do parque, com exceção de espaços de uso restrito ou que possam apresentar risco às pessoas, apresenta usos potenciais para a prática de atividades culturais e de múltiplos usos, havendo, também, equipamentos culturais e multiuso direcionados para práticas específicas.		
6.1	Espaço Multiuso	<u>Descrição:</u> Área em formato de anfiteatro ao sol com espaço para apresentações semicoberto com pequena edificação para armazenamento de equipamentos e apoio de atividades.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 9 - Estar e Descanso (7)

Toda a área do parque, com exceção de espaços de uso restrito ou que possam apresentar risco às pessoas, apresenta usos potenciais para o estar e descanso de seus usuários, havendo, também, áreas e mobiliários específicos para tais práticas.		
7.1	Deque com espreguiçadeiras	<u>Descrição:</u> Espreguiçadeiras em concreto e área ensolarada de deque que remetem aos antigos usos do parque como clube de campo.
7.2	Quiosque	<u>Descrição:</u> Estrutura sombreada com parede de elementos vazados
7.3	Pergolado	<u>Descrição:</u> Duas estruturas seguidas de pergolado sobre parte de passeio em piso intertravado
7.4	Mesas de piquenique	<u>Descrição:</u> Área de mesas e bancos para piquenique feitos com a reutilização de troncos e resíduos arbóreos.

Fonte: ONU-Habitat



Tabela 10 - Edificações (9)

Principais edificações do parque.		
9.1	Edificação da Sede Administrativa	<u>Descrição:</u> Edificação em que está localizada a Sede Administrativa do parque, em que há sala de reuniões, sanitários etc.
9.2	Espaço Multiuso	<u>Descrição:</u> Já reportado no tópico Cultura e Multiuso.
9.3	Vestiários do Campo de Futebol	<u>Descrição:</u> Já reportado no tópico Esporte e Ginástica.

Fonte: ONU-Habitat

7.2.2. Regulamento

O Regulamento de Uso de um parque é o instrumento que, instituído por portaria da SVMA, disciplina e regula os usos dos parques municipais da cidade de São Paulo, devendo ser obrigatoriamente cumprido por todos os servidores, trabalhadores, prestadores de serviço e frequentadores visando a melhor gestão e operação do parque

No caso do Parque Linear Aristocrata, seu Regulamento de Uso ainda não está instituído por meio de Portaria Municipal da Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

7.2.3. Avaliação das pessoas usuárias

Para a realização e análise de entrevistas com pessoas usuárias do Parque Linear Aristocrata, indica-se a aplicação de mesma metodologia de entrevista de públicos realizada pela ação “Avaliação de Espaços Públicos da Cidade” do projeto “Viva o Verde – ONU-Habitat” em parques municipais da cidade de São Paulo.

7.2.4. Análise dos usos atuais

Análise realizada pela equipe de consultores ONU-Habitat, entre os meses de fevereiro e março de 2024, por meio de roteiro metodológico de observação e avaliação de espaços públicos para parques com uso público.¹⁴ Para isso, foram avaliados os seguintes tópicos:

- **Perfil das pessoas usuárias**

Palavras-chave: Esporte, infantil e lazer familiar.

Percepção geral: Públicos em famílias, especialmente no final da tarde, depois do período escolar, jovens desacompanhados e esportistas que usam o campo de futebol.

¹⁴ A metodologia aplicada segue parâmetros vinculados às pesquisas de avaliação de espaços públicos de lazer e parques urbanos elaboradas pelo professor Reinaldo Pacheco (EAH-USP Leste), integrante do Grupo de Referência do projeto Viva o Verde/ONU-Habitat.

- **Parcerias existentes e potenciais**

O parque conta com atividades regulares de ginástica, oferecidas voluntariamente e aguarda a inauguração do Campo de Futebol para a retomada das atividades e aulas esportivas que historicamente já se realizavam neste espaço. Além disso, conta com atividades pontuais, como visitas orientadas com crianças da região, atividades das equipes de promoção da saúde das Unidades Básicas de Saúde (UBS) Jd. Eliana e Jd. Shangrilá e atividades com as equipes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Outros equipamentos municipais e os Centros da Criança e Adolescente (CCA) da região são parceiros potenciais já interessados em atividades no parque, como já indicado no tópico anterior a respeito do Território-Parque.

- **Meios de informação**

Sinalização Externa: Não há sinalização indicativa do parque na rua imediatamente externa ao parque.

Sinalização Interna: O parque apresenta placa de indicação na área interna próxima ao portão principal (Figura 12), mas não possui projeto de comunicação visual que alcance outras sinalizações internas. Há ainda a presença de comunicação provisória em padrão da SVMA em folhas impressas e plastificadas.

Figura 15 – Sinalização interna de elementos de comunicação



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Atendimento ao Visitante: Houve atividades da equipe de estágio com a visita orientada de alguns grupos, mas não há ainda projeto de atendimento aos visitantes, cabendo às equipes não especializadas do parque o diálogo com seus frequentadores.

Instrumentos de comunicação interna e externa: O parque apresenta comunicação com os públicos apenas através dos canais de comunicação oficiais da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA).



Acesso à internet: Há internet com rede WI-FI para a equipe do parque e acesso público limitado, apenas próximo ao edifício da administração.

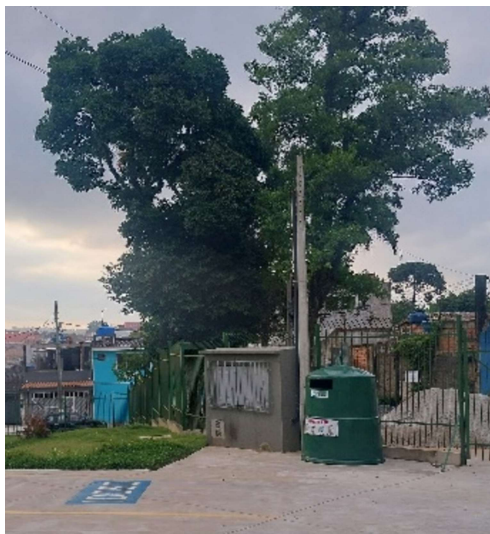
o **Condições gerais**

Lixeiras: Lixeiras em quantidade suficiente, porém não apresentam separação entre resíduos. O parque apresenta sistema de contagem de resíduos gerados, conta com área de compostagem própria e possui cicléia pública para separação de resíduos recicláveis), junto ao seu principal portão de acesso.

Figura 16 – Registro das lixeiras existentes e da cicléia, junto ao portão principal do parque



a)

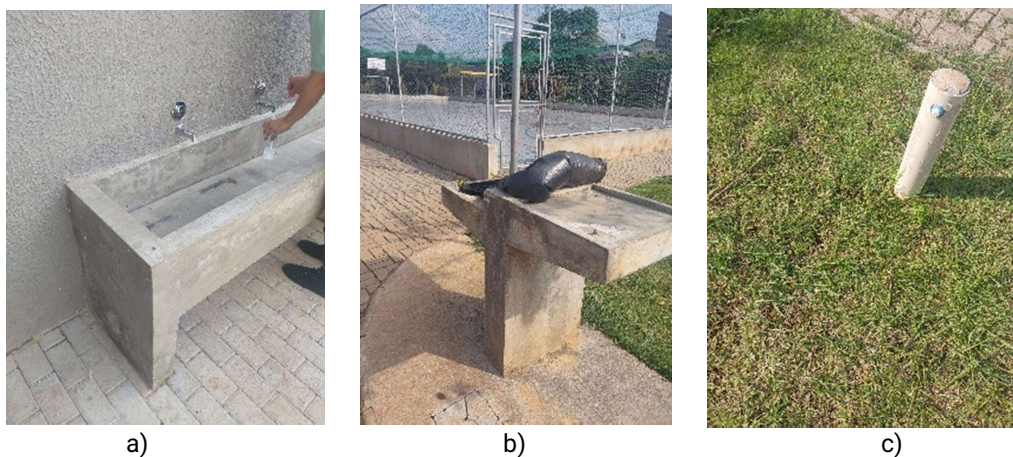


b)

Fonte: ONU-Habitat, 2024

Bebedouros: Os bebedouros se apresentam em número insuficiente no parque, havendo ausência ainda mais significativa na área junto ao portão principal e equipamentos de ginástica e infantil, estando o bebedouro existente com problema de entupimento. Já o conjunto de bebedouros dos vestiários, que se apresenta em boa quantidade de saídas de água, segue padronagem que não contempla diferentes alturas das pessoas usuárias. Há pontos de água sem torneira e sem uso, onde poderiam ser instalados novos bebedouros (Figura 14).

Figura 17 – Registro dos bebedouros ou saídas de água do parque



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Edificações: As principais edificações do parque estão em bom estado e são compostas pelo conjunto administrativo, vinculado ao portão principal deste equipamento, e o bloco de vestiários (Figura 15), junto ao campo de futebol. O parque apresenta ainda edificação multiuso com anfiteatro. Há o uso de elemento vazado marcante que se destaca no desenho das edificações.

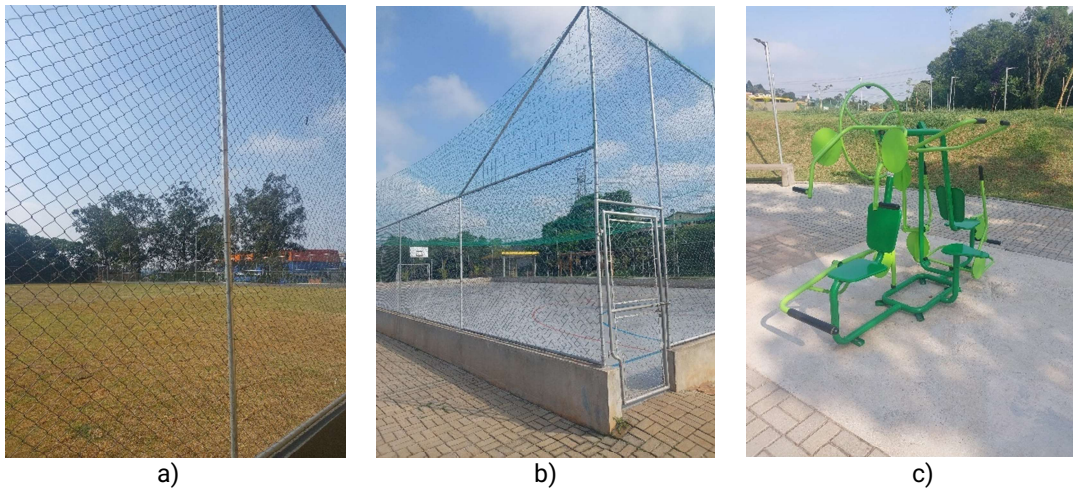
Figura 18 – Vista da edificação dos vestiários junto ao campo de futebol e do anfiteatro



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Equipamentos de Uso Esportivo e Ginástica: O parque possui histórico campo de futebol gramado com novos vestiários, banco de reservas e arquibancada, quadra poliesportiva e área com equipamentos de ginástica no modelo Academia da Terceira Idade (ATI) recém-instalado (Figura 16).

Figura 19 – Vista do campo de futebol, da quadra poliesportiva e de equipamento de ginástica



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Equipamentos de Uso Infantil e Lúdico: O parque apresenta área de equipamentos infantis pouco sombreada, junto ao conjunto de edificações da administração, com piso emborrachado e área contígua gramada, para atividades lúdicas não-direcionadas. Apesar de haver área destinada ao público infantil, os brinquedos disponíveis se encontram em quantidade insuficiente para o amplo uso reportado e não estão adaptados para crianças que são Pessoas com Deficiência (PCDs).

Figura 20 – Vista da área pouco sombreada reservada aos equipamentos infantis



Fonte: SVMA, 2023



Iluminação: O parque apresenta funcionamento noturno e, sendo assim, há a necessidade de projeto de iluminação eficiente. Verifica-se a presença de dois tipos de elementos de iluminação, sendo um deles voltado para o campo de futebol e o outro vinculado aos caminhos e espaços de convivência do parque. Nota-se, em ambos os modelos de postes de iluminação, o foco do ponto de luz direcionado ao solo e sem dispersão, o que é um ponto positivo para o menor impacto possível para a fauna existente.

Figura 21 – Principais elementos de iluminação focal do parque



a)

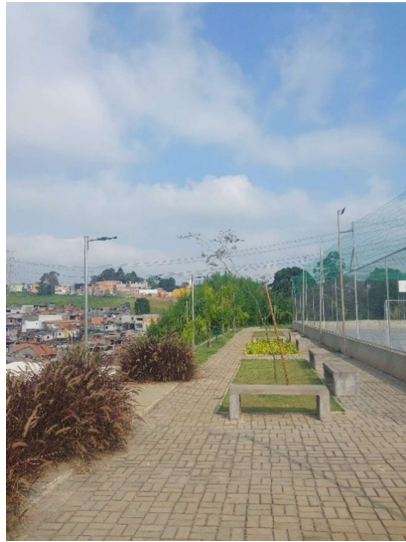


b)

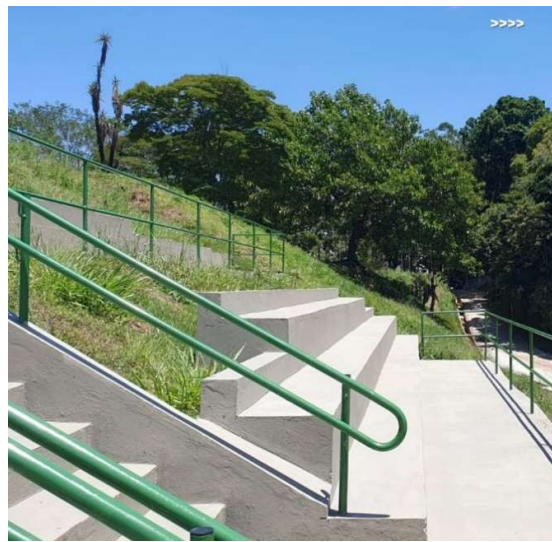
Fonte: ONU-Habitat, 2024

Equipamentos de Estar e Descanso: O parque apresenta elemento icônico com espreguiçadeiras de concreto que remetem aos antigos usos de clube deste equipamento – e que está referenciado como elemento de destaque na placa principal de apresentação do parque. Há ainda bancos de cimento sem encosto, arquibancada e bancos de reserva também de concreto e sem encosto (Figura 19). Pode haver dificuldade dos públicos em permanecerem nestes equipamentos de repouso, por conta da absorção do calor, ao assistirem jogos em área aberta.

Figura 22 – Elementos de repouso expostos ao sol



a)

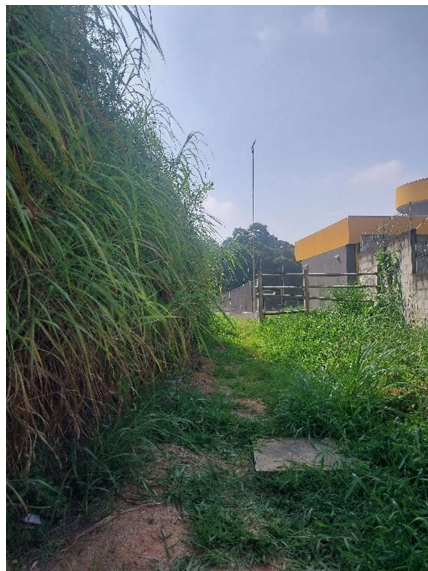


b)

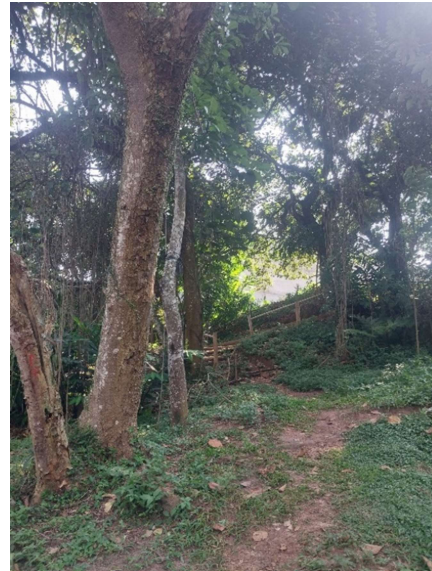
Fonte: ONU-Habitat, 2024, SVMA, 2023

Equipamentos de Educação Ambiental: Trilha educativa em construção.

Figura 23 – Registro das áreas do percurso da trilha educativa junto ao córrego do parque



a)



b)

Fonte: ONU-Habitat, 2024



Estacionamento: Área de estacionamento, interna ao parque, junto ao portão principal de entrada, com vaga para Pessoas com Deficiência (PCDs).

Figura 24 – Vista das vagas para automóveis e bicicletários



Fonte: ONU-Habitat, 2024

- **Práticas espontâneas negativas**

Foram reportados furtos de peças dos sanitários e de postes de iluminação do parque e a presença do tráfico de drogas nas intermediações do parque e na área de mata a ser incorporada em uma segunda fase de ampliação. Foram reportados, ainda, conflitos entre uso adulto e infantil na quadra poliesportiva, uso inadequado para banho em torneiras do parque e, a respeito das infraestruturas, foram identificadas minas d'água que brotam junto ao campo principal. Além disso, há passagem irregular para área interna do parque por abertura do gradil, junto à saída do córrego, que permite a entrada e saída de pessoas e animais domésticos fora dos acessos formais do parque, sendo necessária alternativa para seu fechamento completo.

8. Setorização

Para a setorização do Parque Linear Aristocrata, foram definidos distintos setores e subsetores do parque considerando-se, com igual importância, o grau de conservação dos elementos naturais, ou seja, quão preservada ou modificada se apresenta uma área, e as possibilidades de uso dos públicos visitantes, indo do uso mais intensivo até o mais restritivo.

Sendo assim, definem-se:

Setor 1 – Uso público intensivo: Interferência muito significativa no ambiente natural e uso intensivo dos públicos. Caracteriza-se por áreas em que se concentram os principais



equipamentos, usos e atividades do parque, com grande circulação e presença de pessoas, em que se há grande interferência com o ambiente natural.

No Parque Linear Aristocrata inclui as áreas de administração, playground, equipamentos de ginástica, mesas de xadrez, quadra poliesportiva, campo de futebol, arquibancada, vestiário, espaço multiuso e quiosque.

Setor 2 – Uso moderado: Interferência pouco significativa no ambiente natural e uso semi-intensivo (leia-se moderado) dos públicos. Caracteriza-se por áreas em que há equipamentos, usos e atividades de menor impacto no ambiente construído, com menor circulação e permanência de pessoas, sendo área de transição entre setor de uso mais intensivo (Setor 1) e aquele mais restritivo (Setor 3).

No Parque Linear Aristocrata inclui as áreas de trilha e parte do bosque adjacente.

Setor 3 – Uso monitorado: Pouca ou nenhuma interferência no ambiente natural, com uso público monitorado. Caracteriza-se por áreas em que há poucos ou nenhum equipamento, uso e atividades públicas, com restrição de circulação e permanência de pessoas. Permitidas atividades de baixíssimo impacto e acesso limitado, com monitoramento e privilegiando a conservação ambiental.

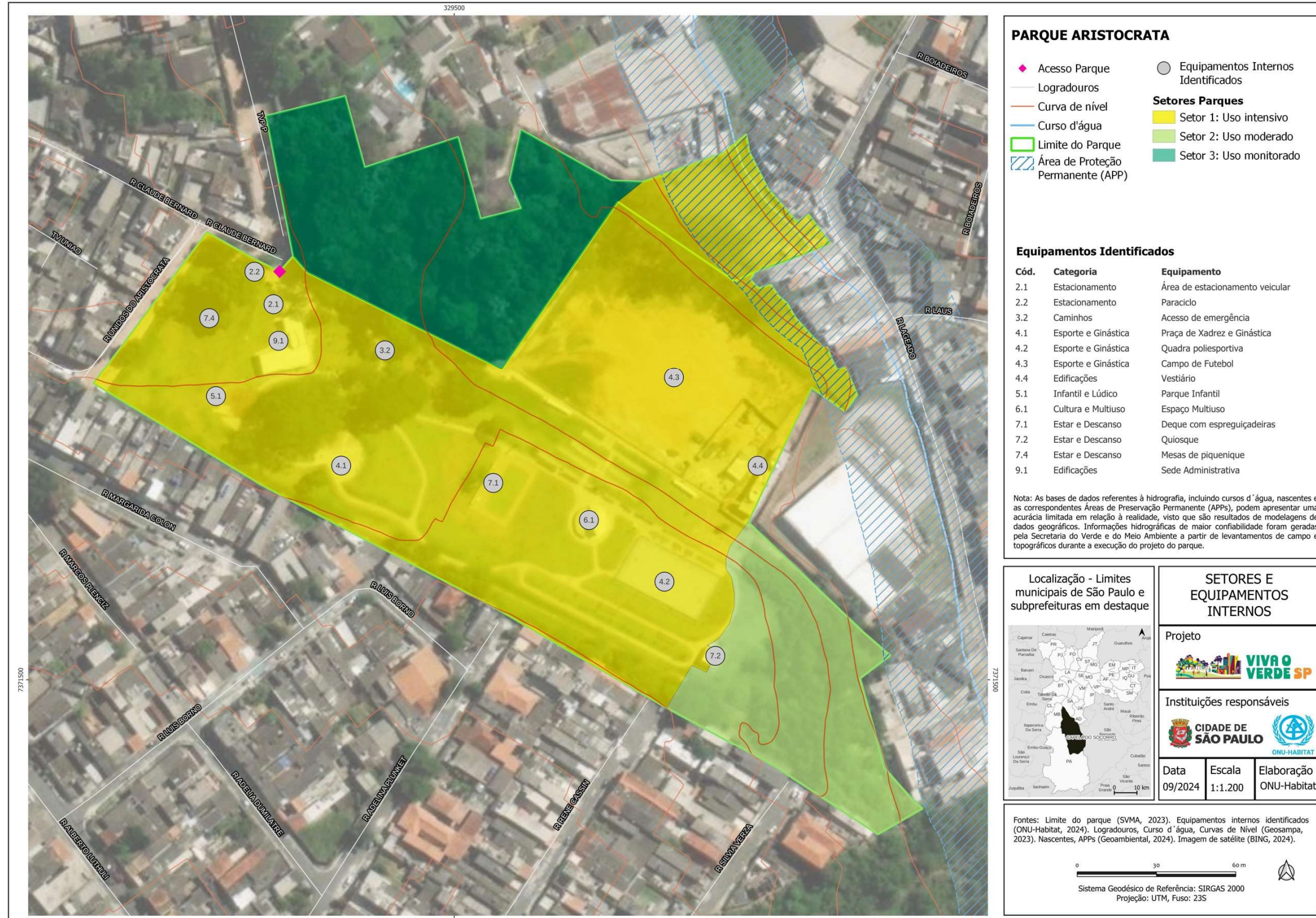
No Parque Linear Aristocrata inclui as áreas de córrego e mata preservada.

Figura 25 – Limite do parque com a área de mata preservada (a direita da imagem)



Fonte: SVMA, 2023

Mapa 16 – Setorização do Parque Linear Aristocrata



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



9. Gestão

A gestão pública é orientada por uma série de preceitos que visam garantir que os recursos públicos sejam administrados de forma eficiente, transparente e em benefício do bem comum e interesse público.

Dado que as pessoas “interessadas e impactadas” (em inglês, *stakeholders*) na e pela gestão pública são os habitantes da cidade e a própria sociedade civil em geral, os instrumentos que facilitam a participação social na concepção, construção e avaliação de políticas públicas contribui diretamente para que a gestão cumpra com a sua função social de maneira qualificada.

Tal forma de interagir nos seus processos internos em comunicação com partes externas à instituição pode também dar corpo ao que conhecemos como governança: à governança confere-se um conjunto de processos, políticas, leis e instituições que asseguram a direção, controle e prestação de contas de uma organização (ARAGÃO, 2006).

Durante a elaboração deste plano de gestão, apareceu em destaque a necessidade de detalhar o fluxograma entre as demandas dos conselhos gestores dos parques bem como dos meios de comunicação institucionais para informar, registrar e armazenar informações dos parques em questão.

1.1. Os Conselhos de Meio Ambiente

Os Conselhos de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES) Municipais e Regionais e os Conselhos Gestores de Parques são instâncias importantes de participação social e democrática na gestão ambiental e no desenvolvimento sustentável na cidade de São Paulo. Ambos estão vinculados à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), embora o primeiro se reúna na Subprefeitura e tenha como presidente o subprefeito do respectivo território onde atua o conselho.

A atuação dos Conselhos Gestores nos Parques Municipais está prevista na Lei Municipal nº 15.910/2023. São compostos por representantes da comunidade, dos trabalhadores locais e de instituições públicas e privadas, e são responsáveis pela instância participativa mais próxima da população. Na ausência de quórum para a implantação do Conselho Gestor de Parque, o CADES Regional é a instância adequada para assumir a pauta relativa às questões que tangem os parques urbanos.

Em ambos os conselhos, os conselheiros são eleitos para um mandato de dois anos e contribuem de forma consultiva com as políticas públicas da SVMA. A Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU), é aliada à Coordenação de Gestão dos Colegiados (CGC), da Divisão de Planejamento e Apoio aos Colegiados (DPAC) na condução dos conselhos gestores de parques.



Processo de Eleição dos CADES Regionais

Os Conselhos de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES) Regionais são conselhos consultivos, que atuam nas subprefeituras de São Paulo, com o objetivo de promover a participação da sociedade na gestão ambiental e no desenvolvimento sustentável (PMSP, 2024). Cada subprefeitura possui um CADES, e os conselheiros são eleitos por um processo que inclui:

- **Publicação de Edital:** a SVMA publica um edital convocando a eleição para o CADES em cada subprefeitura. O edital contém informações sobre as vagas, cronograma, requisitos para candidatura e local da votação;
- **Candidatura:** as pessoas interessadas em participar como conselheiros devem se inscrever como candidatos. Normalmente, é necessário ser residente ou ter vínculo com a subprefeitura onde se deseja candidatar;
- **Requisitos:** as pessoas candidatas devem atender a requisitos específicos, como ter mais de 18 anos e ser eleitora no município de São Paulo. Além disso, precisam apresentar um plano de trabalho ou proposta que justifique sua candidatura;
- **Votação:** a eleição é aberta à participação popular. As pessoas moradoras da região da subprefeitura podem votar nas candidatas, geralmente em um local indicado pelo edital. A votação é direta e secreta;
- **Apuração e Resultado:** após a votação, os votos são apurados, e as pessoas mais votadas são eleitas como conselheiros titulares e suplentes. Os mandatos geralmente têm a duração de dois anos;
- **Posse:** as pessoas eleitas são empossadas em cerimônia oficial e passam a compor o conselho, participando de reuniões periódicas e contribuindo com sugestões, análises e propostas para o meio ambiente mais equilibrado a partir da realidade local, do que se apresenta de desafios e oportunidades em cada território da subprefeitura.

Processo de Eleição dos Conselhos Gestores de Parques

Os Conselhos Gestores de Parques são formados por representantes da sociedade civil e do poder público, com o objetivo de discutir e decidir sobre questões relacionadas à gestão e manutenção dos parques municipais de São Paulo.

- **Convocação:** a eleição dos Conselhos Gestores de Parques é convocada pela SVMA, que publica um edital especificando as vagas disponíveis, o cronograma, e os procedimentos para a eleição.;
- **Candidatura:** as pessoas interessadas em ser membros do conselho devem se candidatar, atendendo aos critérios estabelecidos no edital. Normalmente, precisam ser frequentadoras do parque ou representantes de organizações relacionadas ao meio ambiente e lazer;
- **Votação:** a eleição das pessoas conselheiras é realizada em um evento aberto à comunidade para votação;
- **Apuração e Resultado:** as pessoas candidatas mais votadas se tornam conselheiros titulares ou suplentes, conforme o número de vagas. A apuração dos votos é feita no próprio evento eleitoral;



- **Posse e Atuação:** as pessoas eleitas são empossadas e começam a participar das reuniões do conselho, onde discutem questões como a conservação do parque, a promoção de atividades culturais e educativas, e a fiscalização de serviços prestados no local.

Tanto os CADES quanto os Conselhos Gestores de Parques funcionam como espaços de participação democrática, onde representantes da sociedade civil e do poder público discutem e colaboram na gestão das políticas ambientais, a conservação e a melhoria dos espaços públicos.

Esses conselhos são fundamentais para a promoção de uma gestão participativa e para o fortalecimento da democracia no âmbito local, permitindo que os cidadãos tenham voz ativa nas questões que afetam as suas dinâmicas territoriais e o seu cotidiano em relação à cidade como um todo.

Os fluxogramas de comunicação entre a gestão e as partes interessadas foram redefinidos pela SVMA, paralelamente à elaboração deste documento. Essa reformulação visa fortalecer a transparência, garantir a impessoalidade – por meio de um procedimento que trate todos de maneira equitativa – e assegurar a responsabilidade do poder público em relação às demandas, respostas e contribuições provenientes das instâncias de participação.

Nesse sentido, foi criada uma Portaria nº 114/SVMA/2024 cujo Art. 7º aborda sobre os requerimentos de informação do conselho gestor sobre assuntos que não compete à pessoa coordenadora do conselho responder instantaneamente, mas uma divisão técnica específica da gestão da SVMA ou de outra Secretaria.

Esta portaria estabelece que:

Art. 7º. Requerimentos de Informação: Processo que deverá ser vinculado ao processo-mãe.

§ 1º Para cada Requerimento de Informação deverá ser autuado um processo próprio em até 5 (cinco) dias após a reunião.

§ 2º A denominação do processo deve conter a seguinte inscrição: "Parque XXXXX - Conselho Gestor - Requerimento nº XX/20XX".

§ 3º Quando do encaminhamento do processo, o prazo de 30 dias deverá ser informado, conforme previsto no artigo 7º, §6º da Lei Municipal nº 15.910/2013;

§ 4º O processo deverá seguir o seguinte fluxo:

I - O Gestor autua e instrui processo próprio do requerimento, informando o prazo de 30 dias para resposta, a partir do encaminhamento;

II - O Gestor encaminha o processo para SVMA/CGPABI/DGPU;

III - SVMA/CGPABI/DGPU encaminha o processo à SVMA/CGPABI solicitando envio às unidades competentes;

IV - SVMA/CGPABI encaminha o processo às unidades competentes;

V - As Unidades devem responder o processo e devolver à SVMA/CGPABI, dentro do prazo de 30 dias, que devolverá à SVMA/CGPABI/DGPU, retornando-o ao respectivo parque com as informações;



VI - Quando do retorno com as informações, o Gestor deve apresentar as respostas ao conselho.

No caso da difusão de informações e comunicação da gestão da SVMA, perante a população, atualmente essa acontece de maneira acordada com o Conselho Gestor sobre os melhores veículos de comunicação, sendo o WhatsApp o mais utilizado.

As atas que desdobram das reuniões do conselho são publicadas no site da própria Secretaria. Contudo, a gestão possui a plataforma WebParques (2024) pensada para que seja um fórum contendo informações e recursos sistematizados para potencializar e aprimorar a administração desses equipamentos.

9.2. Custos de manutenção

Este item apresenta a distribuição dos custos associados à manutenção e operação do parque, ao longo do ano de 2023. O objetivo é fornecer uma referência inicial que permita o planejamento estratégico para alocação dos recursos e investimentos de maneira eficiente e alinhada às necessidades do parque. A distribuição dos custos está categorizada da seguinte forma:

1. Contratos de vigilância patrimonial desarmada: despesas relacionadas aos serviços de segurança e atendimento ao público, orientação e informações às pessoas frequentadoras, bem como rondas regulares visando a manutenção e conservação da infraestrutura, instalações, equipamentos e patrimônio;
2. Contratos de manejo e conservação de áreas verdes: investimentos destinados à limpeza, conservação e zeladoria predial, englobando atividades como jardinagem dos canteiros e gramados, conservação do patrimônio arbóreo, e conservação geral da vegetação e das áreas do parque. Além disso, abrange varrição, limpeza de instalações e zeladoria de sanitários;
3. Contratos de manutenção civil: despesas associadas à conservação e reparo das infraestruturas e edificações, abrangendo serviços de pintura, hidráulica, serralheria e alvenaria, conforme as necessidades identificadas;
4. Custos administrativos: incluem os salários da equipe administrativa;
5. Custos de água e energia: gastos contínuos com serviços essenciais.

A

Tabela 11 fornece os custos mensais referentes à cada categoria indicada acima. As informações foram obtidas junto à Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU), da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), e à Coordenação de Administração e Finanças (CAF). A ausência de alguns valores é atribuída à falta de dados disponíveis.

A partir dos dados apresentados, é possível verificar que o custo global de operação e manutenção do Parque Linear Aristocrata no ano de 2023 foi de R\$ 2.921.538,89 (dois milhões, novecentos e vinte e um mil, quinhentos e trinta e oito reais e oitenta e nove centavos).



Tabela 11 - Distribuição dos custos de manutenção e operação do Parque Linear Aristocrata

Mês / Custo	Vigilância	Manejo e Conservação	Manutenção Civil	Administrativo	Água	Energia	Total Geral
Janeiro	113375,82	112395,95	11321,69	3862,00	0,00	0,00	240955,46
Fevereiro	113375,82	112395,95	11321,69	3862,00	0,00	0,00	240955,46
Março	113375,82	112395,95	11321,69	3862,00	0,00	0,00	240955,46
Abril	113375,82	112395,95	11321,69	3862,00	4089,80	0,00	245045,26
Mai	113375,82	112395,95	11321,69	3862,00	1196,75	0,00	242152,21
Junho	113375,82	112395,95	11321,69	3862,00	3456,40	0,00	244411,86
Julho	113375,82	112395,95	11321,69	3862,00	4920,68	0,00	245876,14
Agosto	113375,82	112395,95	11321,69	3862,00	3929,80	0,00	244885,26
Setembro	113375,82	112395,95	11321,69	3862,00	2918,18	0,00	243873,64
Outubro	113375,82	112395,95	11321,69	3862,00	3168,53	0,00	244123,99
Novembro	113375,82	112395,95	11321,69	3862,00	3337,13	0,00	244292,59
Dezembro	113375,82	112395,95	11321,69	3862,00	3056,13	0,00	244011,59
Custo Anual	1360509,84	1348751,40	135860,28	46344,00	30073,40	0,00	2921538,92

Fonte: Adaptado de DGPU e CAF / ONU-Habitat, 2023

10. Plano de Ação

O Plano de Ação está dividido em dois quadros, um referente às diretrizes e outro às ações. A origem das diretrizes e das ações pode ser de base técnica, introduzidas pelas equipes da SVMA e do ONU-Habitat, ou de base participativa, demandas levantadas nas oficinas realizadas com a população (Anexo I) e pelos Conselhos Gestores e CADES Regionais durante o processo de elaboração do Plano de Gestão. Os quadros apresentam diretrizes e ações para o parque e seu entorno (Território-Parque).

Esse conjunto de diretrizes e ações estão acompanhadas por uma estimativa de prazo e prioridade e, eventualmente ainda, de potencial parceria que a gestão da SVMA pode firmar para fortalecer ou viabilizar a sua execução. Observa-se que não foi estimado um prazo para as diretrizes e ações do Território-Parque, uma vez que sua realização dependerá da articulação da gestão do parque com outras instâncias da SVMA, entidades ou secretarias.

A definição dos responsáveis deve integrar o procedimento relatado acima: a pessoa coordenadora do Conselho Gestor do parque, ao formalizar a demanda ou requerimento de informação, deve solicitar o encaminhamento à unidade competente de acordo com a anuência da Coordenação de Gestão de Parques Urbano e Biodiversidade (CGPABI).



Com base nisso, a validade do presente Plano de Gestão é de cinco anos. Neste período estão contidas as diretrizes e ações de até dois anos, intituladas diretrizes de curto prazo, e as diretrizes e ações de até cinco anos intituladas de médio prazo.

Além disso, estão incluídos os “desejos de futuro” que não são necessariamente diretrizes ou ações de longo prazo, mas aquelas que podem acontecer no decorrer dos cinco anos a partir da articulação, relevância e vontade política envolvidas.

10.1. Definição de Prazo e Prioridade

Para a execução eficiente das ações e diretrizes indicadas, foi estabelecida uma estrutura de prazos e prioridades que orientam a implementação do plano de ação, bem como asseguram que os recursos sejam alocados de maneira estratégica para atender às necessidades mais prementes.

Os prazos categorizam as atividades e ações conforme sua urgência e complexidade, visando garantir que os objetivos sejam atingidos em tempo hábil. Sua classificação em "curto", "médio" e "ações recorrentes" permite uma abordagem que distingue o que precisa de atenção imediata e o que pode ser abordado de maneira gradual.

A definição de prioridades na gestão pública envolve a identificação e classificação das necessidades e objetivos para garantir a melhor utilização dos recursos disponíveis.

Dessa forma, a definição dos prazos e prioridades está orientada pelos seguintes critérios:

Prazo

Curto Prazo: Ações que possuem prioridade alta e que são resolutivas em dois anos.

Médio Prazo: Refere-se a um período intermediário de cinco anos, quando será realizado um balanço das diretrizes e ações implementadas. Este prazo requer um estudo de viabilidade. Levam um tempo para ser planejadas antes de implementadas.

Ação recorrente: Ações de manutenção, que já ocorrem e que cotidianamente podem ser monitoradas.

Periodicidade ou vigência do Plano: dez anos e revisão intermediária (balanço) cada cinco anos.

Prioridade

A definição de prioridades na gestão pública envolve a identificação e classificação das necessidades e objetivos para garantir a melhor utilização dos recursos disponíveis. Os critérios geralmente incluem:



Prioridade zero: Diretrizes e ações que precisam ser realizadas imediatamente para evitar problemas maiores. Trata-se de diretrizes e ações que apresentam um risco alto para a população e que, no prazo de um ano, devem ser executadas ou encaminhadas antes das demais ações – inclusive de curto prazo.

Prioridade alta: Diretrizes e ações que devem priorizar áreas que comprometem o uso e função socioambiental do parque. Trata-se de diretrizes e ações que apresentam um impacto grande na percepção de uso da população.

Prioridade média: Diretrizes e ações que conferem benefícios à qualidade ambiental ou de uso para os frequentadores do parque. Deve-se considerar a viabilidade técnica, financeira e política das ações ou projetos.

Contudo, recomenda-se ainda que as ações e projetos sejam distribuídos de forma justa entre diferentes grupos da sociedade, especialmente os mais vulnerabilizados.

10.2. Desejos de futuro

Referem-se a ações, propostas ou aspirações que demandam um estudo de viabilidade e não estão em concordância com o projeto atual, implicando, portanto, em mudanças significativas no planejamento existente. Essas questões são frequentemente complexas e envolvem a elaboração de novos projetos, a necessidade de orçamentos adicionais.

Ademais, incluem-se nessa categoria aspectos que envolvem a dimensão do “sonho”, ou seja, desejos não estritamente necessários para o correto funcionamento do parque, mas que são relevantes e requerem estudo de viabilidade.

Esse entendimento se alinha com a perspectiva de que o “desejo de futuro” aqui será entendido como algo que difere de uma ação recorrente ou de uma diretriz, dada a sua complexidade de articulação e execução.

10.3. Quadro de diretrizes

SOLO (SO)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
S02	Técnica	Evitar impermeabilizar o solo em área maior do que a prevista no projeto arquitetônico original; quando necessária instalação de pisos diversos, avaliar a possibilidade de priorizar materiais permeáveis e/ou drenantes, de acordo com a Lei Municipal nº 11.509 de 1994.	Alta	Recorrente
S04	Técnica	Manter camada de serrapilheira ou plantar forrações, evitando exposição do solo, para proteção contra erosão, compactação, diminuição da variabilidade térmica, evaporação e lixiviação de nutrientes.	Alta	Recorrente
S05	Técnica	Promover a drenagem onde ocorrer empoçamento de água pluvial, através da melhoria dos aspectos físicos do solo (por exemplo, incorporação de areia), utilização de tubos drenantes ou outras técnicas que possibilitem a infiltração e/ou escoamento da água.	Média	Médio
RECURSOS HÍDRICOS (RH)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
RH8	Técnica	Minimizar potenciais impactos e zelar pela integridade de áreas úmidas e brejosas, que merecem destaque pela sua importância na prestação de serviços ecossistêmicos, regulação climática, conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos.	Alta	Recorrente
VEGETAÇÃO (VE)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
FRAGMENTOS FLORESTAIS				
VE8	Técnica	Eliminar a prática do bosqueamento, ou seja, roçada do sub-bosque nas áreas florestais, de forma a proteger e permitir o desenvolvimento da vegetação arbóreo-arbustiva em processo de regeneração/sucessão ecológica.	Alta	Recorrente
VE11	Técnica	Novos plantios poderão seguir as proporções de espécies pioneiras, secundárias e climáticas indicadas na Resolução SMA 08/08, sempre com orientação da equipe técnica da SVMA.	Média	Recorrente
VE12	Técnica	No enriquecimento, incluir espécies vegetais nos mais variados estratos (herbáceo, arbustivo, arbóreo e epifítico), diversificando os recursos e nichos ecológicos possíveis para a fauna.	Média	Recorrente

VE13	Técnica	Considerar a possibilidade de substituição gradativa de espécies exóticas, que vierem a adoecer e/ou morrer, por espécies nativas do bioma regional.	Urgente	Recorrente
ÁREAS AJARDINADAS				
VE14	Técnica	Limitar as áreas gramadas, que consomem muitos recursos e demandam manejo constante, àqueles locais onde ocorram atividades físicas, recreativas e esportivas que justifiquem sua existência.	Média	Médio
VE15	Técnica	Havendo gramado, reduzir a frequência das roçadas, de forma a possibilitar a produção e dispersão de sementes, maximizando a biodiversidade de fauna silvestre, especialmente de aves granívoras como o papa-capim, bico-de-lacre, coleirinha e canário-da-terra.	Alta	Recorrente
VE16	Técnica	Observar a altura de corte recomendada para cada espécie de grama, por exemplo grama bermudas (manter tamanho mínimo de folha de 3cm acima do nível do solo), esmeralda (4 a 5 cm) e são-carlos (5 a 7 cm), e a frequência diferencial de roçadas em cada estação do ano.	Média	Recorrente
VE17	Técnica	Não realizar cortes muito baixos e/ou frequentes que possam danificar o rizoma do gramado, gerar áreas falhas e ocasionar a exposição do solo.	Alta	Recorrente
VE18	Técnica	Em áreas de gramado úmidas, com presença de musgos superficiais, promover a aeração periódica através da escarificação, corte vertical e retirada de cama de palhada seca.	Alta	Recorrente
VE19	Técnica	Em áreas de gramado falho, com solo compactado, realizar cobertura fina de areia média lavada e composto orgânico na proporção 1:1, especialmente no começo da primavera.	Alta	Recorrente
VE20	Técnica	Manter período de repouso para recuperação de gramados com intenso pisoteio, através da delimitação, cercamento e sinalização da área para conhecimento da população.	Alta	Recorrente
VE21	Técnica	Estabelecer locais de menor intervenção, como por exemplo grandes áreas que raramente são roçadas/manejadas, ou mesmo realizar a retirada do gramado e plantio (direto ou por semeadura) de espécies herbáceas nativas, formando um relvado biodiverso atrativo à polinizadores, dispersores e herbívoros diversos. Esses locais devem ser sinalizados evidenciando a relevância de sua manutenção como forma de maximizar a biodiversidade do parque.	Alta	Médio
VE22	Técnica	Zelar pela integridade dos canteiros ajardinados, monitorando a presença de áreas falhas e necessidade de realizar adubação, replantios e podas de renovação periódicos.	Alta	Recorrente
VE23	Técnica	Realizar rega diferencial de acordo com as estações do ano, insolação (áreas ensolaradas/sombreadas) e necessidades hídricas de cada espécie, de modo a garantir sua sanidade e pleno desenvolvimento.	Alta	Recorrente

VE24	Técnica	Fiscalizar e coibir práticas como o pisoteamento dos canteiros, descarte de resíduos sólidos ou líquidos, assim como dejetos de animais domésticos, ou outras atividades que possam danificar as mudas existentes.	Alta	Recorrente
VE25	Técnica	Realizar delimitação dos canteiros herbáceos através da instalação de limitadores (plásticos ou de outros materiais) onde houver encontro com o gramado, evitando assim a invasão pela grama (competição e enfraquecimento das mudas herbáceas), facilitando a manutenção periódica e mantendo o desenho original do canteiro (proposto em projeto).	Média	Médio
VE26	Técnica	Incentivar o plantio de herbáceas e arbustivas nativas que sejam atrativas a borboletas, beija-flores, abelhas e outros polinizadores, como forma de perpetuar a presença destas espécies na malha urbana.	Alta	Recorrente
VE27	Técnica	Avaliar a possibilidade de substituir a vegetação exótica implantada no paisagismo por espécies nativas ornamentais, mantendo o layout do projeto original, mas ampliando a oferta de recursos para a fauna silvestre, reestabelecendo as interações ecológicas, e favorecendo o conhecimento e valorização da flora nativa pela população.	Média	Média
ÁRVORES				
VE30	Técnica	Contratar ou treinar profissionais para realização periódica de diagnóstico e análise de risco de queda das árvores, bem como para indicação de tratamentos fitossanitários quando pertinente, especialmente próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, como trilhas, praças, playgrounds, estacionamentos e áreas esportivas.	Alta	Curto
VE31	Técnica	Realizar poda e supressão de árvores sempre com autorização do órgão ambiental competente, e somente em casos de risco de queda e risco de acidentes envolvendo pessoas e patrimônio. Para árvores com risco iminente, contatar Defesa Civil ou Corpo de Bombeiros.	Alta	Recorrente
VE32	Técnica	Realizar podas de equilíbrio, formação, condução e limpeza sempre respeitando a arquitetura e forma intrínseca de cada espécie. Evitar a qualquer custo poda de raízes, pelo seu potencial de desestabilizar a árvore, aumentando o risco de tombamentos. Seguir orientações contidas no Manual Técnico de Poda de Árvores da Prefeitura.	Alta	Recorrente



VE33	Técnica	Manter árvores mortas e galhos secos que não estejam oferecendo risco direto de acidentes, especialmente nas áreas florestais. Quando em pé, a madeira morta serve de local para construção de ninhos de besouros, abelhas solitárias e aves (como os pica-paus, corujas, tucanos, periquitos e papagaios); quando já caída, serve de esconderijo e local de vida ocasional para muitos animais, além de alimentar uma diversidade enorme de seres xilófagos e saprófitos, como cupins, besouros, traças, fungos e outros microrganismos, fundamentais para a saúde do solo.	Alta	Recorrente
VE34	Técnica	Em árvores isoladas, especialmente aquelas em áreas gramadas, manter coroamento de 40 a 50cm de distância do colo ou aplicar outras técnicas/materiais que protejam o caule delas para evitar ferimentos por ocasião da roçada do gramado.	Alta	Recorrente
VE35	Técnica	Evitar a instalação de canteiros elevados ou adição de camadas de solo que encubram a base do tronco das árvores existentes, evitando assim o soterramento de colo, situação que pode levar ao definhamento e morte das mesmas.	Alta	Recorrente
VE36	Técnica	Evitar, a qualquer custo, a pintura dos troncos (inclusive caiação), fixação de pregos, placas, arames, cordas, balanços, tecidos ou bordados que possam causar ferimentos, estrangulamento ou trazer umidade excessiva que facilite a instalação pragas e doenças.	Alta	Recorrente
VE37	Técnica	Fiscalizar e coibir a prática de anelamento, seja por corte ou instalação de cordas/arames apertados, assim como a realização de quaisquer outros ferimentos na casca das árvores, como inscrições de nomes, por exemplo.	Alta	Recorrente
VE38	Técnica	Manter, na base das árvores, área permeável, na forma de canteiro ou faixa, que permita a infiltração de água e aeração do solo. As dimensões mínimas recomendadas para essas áreas não impermeabilizadas são de 2,0m ² para árvores de copa pequena (diâmetro de até 4,0 m) e de 3,0 m ² para árvores de copa média ou grande (diâmetro acima de 4,0 m).	Alta	Recorrente
NOVOS PLANTIOS				
VE39	Técnica	Novos plantios, de espécies arbóreas, arbustivas e ornamentais, devem ser realizados apenas pela equipe interna do parque ou por outras equipes desde que autorizadas pela Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU), não sendo permitido à população efetuar plantios de forma espontânea.	Alta	Recorrente
VE41	Técnica	Realizar plantios e transplantes preferencialmente no período das chuvas (primavera e verão), para minimizar estresses, facilitar o pegamento e maximizar a taxa de sobrevivência das mudas.	Alta	Recorrente

VE42	Técnica	Quando do plantio de canteiros de forrações e arbustivas, cobrir sempre o solo ao redor das mudas com folhas secas, aparas de grama ou material particulado (resíduos vegetais triturados), protegendo o solo contra compactação, aquecimento e ressecamento, facilitando assim o pegamento das mudas.	Alta	Recorrente
VE43	Técnica	Para o plantio de árvores, seguir orientações contidas no Manual Técnico de Arborização Urbana da Prefeitura de São Paulo, quanto à abertura de berços, plantio e tutoramento das mudas.	Alta	Recorrente
VE44	Técnica	Empregar diversidade de plantas com épocas de floração e frutificação espalhadas ao longo do ano, garantido assim apelo visual/paisagístico constante, além de recursos alimentares para a fauna silvestre nas diferentes estações.	Alta	Recorrente
VE45	Participativa	Avaliar a possibilidade de plantio de árvores frutíferas, de espécies nativas, especialmente próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, favorecendo assim maior interação, reconhecimento e valorização da flora nativa regional.	Alta	Recorrente
VE46	Técnica	Empregar preferencialmente espécies nativas regionais, que exigem menor manutenção, fornecem serviços ecossistêmicos e sustentam espécies da fauna nativa com hábitos especializados.	Alta	Recorrente
VE47	Técnica	Estudar o plantio de espécies que reconhecidamente façam parte da dieta dos animais ameaçados de extinção e/ou raros presentes no parque, como forma de perpetuar a presença destas espécies na malha urbana.	Média	Médio
VE48	Técnica	Utilizar espécies nativas do município de São Paulo baseando-se na Portaria SVMA 60/2011, que publica a Lista de Espécies Vegetais Vasculares Nativas do município de São Paulo, e Portaria SVMA 61/2011, que publica a Lista de espécies arbóreas nativas do município de São Paulo sugeridas para utilização em termos de ajustamento de conduta e projetos de recuperação florestal, de enriquecimento florístico, paisagístico, de compensação ambiental, de arborização urbana, entre outros	Alta	Recorrente
VE50	Participativa	Realizar plantio de árvores nativas, incluindo mudas de porte já bem formado, para aumentar disponibilidade de áreas sombreadas no parque, propiciando conforto térmico e bem-estar aos visitantes.	Alta	Recorrente
VE51	Técnica	Canalizar recursos de compensações ambientais no município, ou eventos de empresas que queiram/necessitem neutralizar emissões de Carbono, com ações de plantio e manutenção na área interna do parque e seu entorno.	Alta	Recorrente

ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS				
VE52	Técnica	Novos plantios, inclusive de ornamentais em áreas ajardinadas, devem evitar a utilização de espécies exóticas, principalmente aquelas com potencial invasor ou dominante, que possam alterar a dinâmica e equilíbrio do ecossistema, seja por abafamento, competição, alelopatia ou sombreamento excessivo.	Alta	Recorrente
VE53	Técnica	Evitar igualmente o plantio de espécies que possuam estruturas subterrâneas de propagação vegetativa (ex.: bambu, espada-de-são-jorge, curculigo) ou crescimento estolonífero (ex.: lambari, tostão), que se alastram com facilidade e tendem a formar populações dominantes, especialmente nas proximidades de áreas de preservação.	Alta	Recorrente
VE54	Técnica	Evitar o despejo de resíduos vegetais nas áreas de mata, especialmente aqueles contendo restos de poda de grama e espécies ornamentais exóticas (como lambari, agapanto, singônio), minimizando assim o risco de invasão biológica.	Alta	Recorrente
VE56	Técnica	Identificar focos de ocorrência de espécies exóticas invasoras no entorno do parque de forma a minimizar o risco de introdução e/ou reintrodução através de vetores bióticos e outras vias de dispersão.	Alta	Recorrente
VE58	Técnica	No caso de espécies invasoras já estabelecidas no interior do parque, orientar funcionários para identificar e realizar o monitoramento periódico de propágulos, retirada de sementes no solo e arranquio de plântulas (com sistema radicular), visando o controle da sua população.	Urgente	Curto
VE61	Técnica	Consultar a Base de Dados de Espécies Exóticas Invasoras (https://institutohorus.org.br/), para maiores informações sobre taxonomia, ecologia, introdução e dispersão, impactos, manejo e análise de risco.	Alta	Recorrente
TREPadeiras, EPIFITAS E PARASITAS				
VE62	Técnica	Aproveitar as epífitas de galhos caídos (ex.: orquídeas, bromélias, samambaias etc.), recolocando-as em outros troncos, preferencialmente através da utilização de barbantes de material biodegradável, sem apertar demasiado o caule da árvore, permitindo seu correto desenvolvimento.	Alta	Recorrente
VE63	Técnica	Monitorar o desenvolvimento de hemiepífitas lenhosas como figueiras mata-pau (gênero <i>Ficus</i>) e brassaias (gênero <i>Schefflera</i>), que podem causar estrangulamento mecânico ao não permitir a continuidade do crescimento da árvore hospedeira.	Alta	Recorrente

VE64	Técnica	Monitorar o desenvolvimento de epífitas do gênero <i>Tillandsia</i> , pela possibilidade de atuarem como parasitas estruturais, causando efeitos adversos na árvore hospedeira, como desfolha, redução da capacidade fotossintética e da movimentação de seiva, declínio e morte de galhos.	Alta	Recorrente
VE65	Técnica	Realizar controle de ervas-de-passarinho apenas quando detectado alto grau de infestação ou quando estiverem causando danos às árvores que possam estabelecer risco de acidentes, tendo em vista que as mesmas constituem importante fonte de néctar para beija-flores e outros polinizadores devido ao longo período de floração, além de fonte alimentar para diversas espécies de aves, inclusive durante o inverno.	Alta	Recorrente
VE66	Técnica	Realizar monitoramento de trepadeiras nas clareiras e bordas de fragmentos florestais, removendo-se somente o excesso para evitar sobrepeso e sufocamento dos exemplares arbóreos.	Alta	Recorrente
VE67	Técnica	Executar o manejo sempre sob orientação de profissional técnico que analisará a eventual necessidade de poda da árvore hospedeira visando o controle da infestação.	Alta	Recorrente
PRAGAS E DOENÇAS				
VE68	Participativa	Na manutenção das áreas verdes, aplicar princípios ecológicos que priorizem a proteção e regeneração da flora, fauna e recursos naturais (como solo e água), maximizando assim a potencialidade do parque de funcionar como refúgio urbano, inclusive climático, e sua prestação de serviços ecossistêmicos.	Alta	Recorrente
VE69	Técnica	Evitar a utilização de adubos minerais e outras substâncias químicas como pesticidas, inseticidas e herbicidas durante a manutenção das áreas verdes do parque, reduzindo impactos diretos e indiretos aos funcionários, visitantes e meio ambiente.	Alta	Recorrente
VE70	Participativa	Seguir o estabelecido na Nota Técnica 04/16 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que presta esclarecimentos sobre capina química em ambiente urbano de intersecção com outros ambientes.	Alta	Recorrente
VE71	Técnica	Quando necessário controle de pragas e doenças, dar preferência à catação manual, utilização de armadilhas, repelentes, caldas e produtos orgânicos, e ao controle biológico por predadores naturais.	Alta	Recorrente
VE72	Técnica	Em caso de infestações permanentes e/ou massivas, buscar parceria com instituições de pesquisa, como universidades, através de Termo de Cooperação Técnica.	Alta	Médio

PREVENÇÃO DE ACIDENTES				
VE74	Técnica	Evitar o plantio de árvores com frutos grandes e/ou pesados, espécies dotadas de espinhos, princípios alergênicos ou tóxicos próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, como trilhas, playgrounds, estacionamentos, praças e áreas esportivas.	Alta	Recorrente
VE75	Técnica	Árvores com frutos grandes e/ou pesados devem ter sua área de projeção de copa isolada e sinalizada durante o período de frutificação para evitar acidentes.	Alta	Recorrente
VE76	Técnica	Árvores que produzam flores e/ou frutos que possam estabelecer superfícies escorregadias quando da sua queda, devem ter sua área de projeção de copa isolada e sinalizada durante o período de floração/frutificação para evitar acidentes.	Alta	Recorrente
VE77	Técnica	Atentar-se para a presença de raízes superficiais que possam estabelecer obstáculos ao longo de trilhas ou vias de circulação preferencial de pessoas; nesse caso, deve-se avaliar a possibilidade de mudança de trajeto e/ou adequação das trilhas/caminhos, evitando-se ao máximo a realização de podas nas raízes.	Alta	Recorrente
PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS				
VE79	Técnica	Avaliar a necessidade de instalação de aceiros, que são faixas onde o solo é mantido exposto, principalmente ao longo de divisas, cercas e áreas de vegetação nativa. Os aceiros devem ser estrategicamente planejados e mantidos livres de qualquer vegetação, galhos e folhas secas que possam funcionar como combustível para a propagação do fogo. Seguir as orientações contidas no Decreto Estadual 47.700/2003.	Alta	Médio
VE80	Técnica	Avaliar, em conjunto com o Corpo de Bombeiros, a necessidade de criação de uma brigada de incêndio, treinada periodicamente e munida com os equipamentos adequados, para lidar com incêndios, de origem natural ou antrópica, especialmente no período de seca (outono/inverno).	Alta	Curto
VE81	Participativa	Sempre realizar a retirada e destinação adequada de resíduos de poda e/ou roçagem do gramado, especialmente nas áreas limítrofes do parque, para evitar que possam funcionar como combustível para a propagação de incêndios.	Alta	Recorrente
VE82	Técnica	Conscientizar a população do entorno e visitantes do parque sobre os perigos de soltar balão, despejar bitucas de cigarro acessas, atear fogo a lixo ou outros resíduos e o risco decorrente de incêndios, assim como informar sobre a legislação ambiental incidente.	Alta	Curto



COLETA E PESQUISA				
VE79	Técnica	Coibir e fiscalizar a coleta de folhas, flores, mudas e sementes pela população.	Alta	Recorrente
VE80	Técnica	Permitir a coleta de amostras para pesquisa à equipe do Herbário Municipal; demais interessados devem apresentar projeto, de acordo com normas da Comissão de Avaliação técnico-científica da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI).	Alta	Recorrente
FAUNA (FA)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
FAUNA SILVESTRE				
FA1	Técnica	Zelar pelo bem-estar, integridade e segurança dos animais silvestres existentes no parque.	Alta	Recorrente
FA6	Técnica	Evitar a fragmentação das áreas verdes existentes através da instalação de gradis, alambrados, passarelas, muros e/ou edificações que possam dificultar o livre trânsito da fauna silvestre, promover seu encurralamento, aprisionamento e/ou ferimentos de qualquer natureza.	Alta	Recorrente
FA7	Técnica	Quando da existência de fragmentos significativos, que estejam desconectados, avaliar a possibilidade de conexão através de plantio direto de mudas ou então avaliar a possibilidade de instalação de passagens de fauna ou outras estratégias que possibilitem a movimentação dos animais.	Alta	Recorrente
FA8	Técnica	Preservar locais para reprodução das espécies silvestres, como vegetação na margem de corpos hídricos, ocos de árvore e árvores mortas (que não ofereçam risco aos usuários) e maciços de vegetação arbustiva, arbórea e relvados.	Alta	Médio
FA9	Técnica	Interromper imediatamente toda e qualquer atividade que potencialmente perturbe ou destrua ninhos e demais criadouros de animais silvestres. Pela Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/98), a fauna silvestre e seus ninhos ou criadouros naturais estão protegidos e, portanto, não podem ser removidos.	Alta	Recorrente
FA10	Técnica	Caso constate-se a presença de ninhos de aves em árvores cuja supressão ou poda esteja autorizada, realizar o monitoramento do ninho e aguardar até que os filhotes voem e abandonem o ninho por conta própria, para então retomar as atividades.	Alta	Recorrente

FA11	Técnica	Caso constate-se a presença de ninhos no solo (gramados), o que é esperado para o quero-quero (<i>Vanellus chilensis</i>) por exemplo, isolar a área do ninho com sinalização visual (fita zebraada) considerando uma margem de segurança de aproximadamente 2,0 metros de raio a partir do centro do ninho, visando evitar o estresse dos animais e garantir seu sucesso reprodutivo.	Alta	Recorrente
FA12	Técnica	Caso constate-se a presença de criadouro natural de outras espécies silvestres, a exemplo do gambá-de-orelha-preta (<i>Didelphis aurita</i>), em ocios de árvores, arbustos densos ou em edificações, isolar a área do ninho com sinalização visual (fita zebraada, por exemplo), monitorar o criadouro e aguardar o animal abandonar o local por conta própria para proceder com qualquer intervenção.	Alta	Recorrente
FA13	Técnica	Autorizar a realização de estudos e pesquisas, incluindo a coleta de material biológico, aos Técnicos e pesquisadores da SVMA. Demais pesquisas no interior do Parque poderão ser realizadas mediante apresentação e aprovação de projeto, de acordo com normas da Comissão de Avaliação técnico-científica da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI).	Alta	Recorrente
PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS				
FA14	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto (ex.: atropelamento, caça e captura, pesca predatória, ferimentos causados por linhas de pipa, eletrocussões etc.) incidentes sobre os animais silvestres e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção da biodiversidade do parque.	Alta	Recorrente
FA15	Técnica	Fiscalizar e coibir a prática de qualquer ato de perseguição, apanha, coleta, aprisionamento e abate de exemplares da fauna silvestre, bem como quaisquer atividades que venham a afetar a vida animal em seu meio natural.	Alta	Recorrente
FA16	Técnica	Articular a equipe de vigilância do parque e a Guarda Civil Metropolitana – GCM – visando a prevenção e coibição de atividades ilegais que a equipe de vigilância sozinha não tenha condições de resolver (por não ser sua atribuição ou por não dispor das condições para tal), a exemplo de crimes ambientais, como caça, pesca, depósito de resíduos, construção irregular, etc.	Média	Recorrente
FA17	Técnica	Fiscalizar e coibir a soltura de pipas que utilizem linhas cortantes na área interna do parque, em conformidade com a Lei Estadual nº 17.201 de 2019, e com a Portaria SVMA/CGPABI nº 14 de 2021.	Média	Recorrente

FA18	Participativa	Caso não esteja disposto no Regulamento de Uso do Parque, e com anuência do Conselho Gestor, poderão ser destinados locais e horários específicos à prática monitorada de soltura de pipa (sem linha cortante), desde que respeitadas as distâncias mínimas de segurança e assegurado que tal atividade não cause impactos à fauna, flora e recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente
FA18	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, que estabelece os procedimentos para a realização de instalações, produções e eventos que importem em potenciais impactos à fauna silvestre e ornamental nos Parques Municipais, principalmente no tocante à iluminação artificial, emissão de som e/ou ruído, instalação de superfícies transparentes ou reflexivas, uso de drones, instalação de apetrechos em corpo hídrico, destinação de resíduos sólidos entre outros.	Alta	Recorrente
FA19	Técnica	Minimizar a poluição luminosa, especialmente deletéria à animais noturnos, aves migratórias e insetos, através da utilização de lâmpadas especiais, com foco direcionado ao solo, em altura mais baixa que a copa das árvores e com sensores de movimento, que deverão ser deixadas desligadas durante o período em que o parque estiver fechado, principalmente próximo aos fragmentos florestais.	Alta	Recorrente
FA22	Técnica	Fiscalizar e coibir a utilização de fogos de artifício sonoros, pelo seu reconhecido impacto à fauna; no caso de fogos de artifícios não sonoros, sua utilização fica condicionada à autorização da Divisão de Fauna Silvestre (DFS).	Alta	Recorrente
FA23	Técnica	Fiscalizar a utilização de drones, principalmente durante os períodos de reprodução e/ou migração, pelo risco de interferência por estímulos sonoros e visuais e colisão com aves, causando óbitos. A utilização de drones fica condicionada à autorização da Divisão de Fauna Silvestre (DFS), sendo proibido uso recreacional e particular.	Alta	Recorrente
FA24	Técnica	Minimizar o uso de vidraças, superfícies translúcidas ou reflexivas nas edificações, ou adequar as existentes, de modo a reduzir os riscos de colisão direta e mortalidade das aves.	Alta	Recorrente
FA25	Técnica	Comedouros, bebedouros e “banheiras” para aves, quando existentes, devem ser instalados longe de vidraças, superfícies translúcidas ou refletivas, pois ao disputarem alimento certas aves podem colidir com estas estruturas. Devem também ser higienizados diariamente para reduzir o risco de transmissão de doenças e parasitas entre os indivíduos visitantes.	Alta	Recorrente
FA26	Técnica	Monitorar locais que contenham painéis fotovoltaicos e solares, pela possibilidade de ocorrência do “efeito lago”, que é quando as aves pousam nas placas acreditando se tratar de um lago e podem sofrer lesões ou mesmo vir a óbito.	Alta	Recorrente

FA27	Técnica	Evitar a utilização de sopradores de folhas, principalmente aqueles movidos a gasolina, não só pela poluição sonora e atmosférica, e riscos associados à saúde humana, mas principalmente pelos danos causados aos insetos e outros artrópodes residentes na serrapilheira.	Alta	Recorrente
FA28	Técnica	Prevenir o contato físico entre a população e os animais silvestres, por meio de sinalização e fiscalização, devido ao risco de acidentes e transmissão de doenças.	Alta	Recorrente
FA29	Técnica	Explicitar em placas as proibições de introduzir animais nos parques e de alimentar animais silvestres e fazer parte do treinamento dos funcionários da vigilância para que possam coibi-las adequadamente.	Alta	Recorrente
PREVENÇÃO DE ACIDENTES				
FA33	Técnica	Os animais silvestres eventualmente encontrados na área do Parque devem ser capturados somente quando estiverem fora do seu ambiente natural, estiverem machucados ou de alguma forma presos (imobilizados ou contidos em determinado local) e oferecerem risco iminente às pessoas.	Alta	Recorrente
FA35	Técnica	Encaminhar animais silvestres feridos, doentes ou mortos, tão logo seja possível, para a Divisão da Fauna Silvestre (DFS) para identificação da espécie, necropsia ou tratamento adequado, reabilitação e soltura.	Alta	Recorrente
FA36	Técnica	Adotar as medidas necessárias para o manejo da fauna sinantrópica (ex.: abelha africanizada, aranha, barata, barbeiro, caramujo-africano, carrapato, escorpião, formigas, lacraias e centopeias, morcegos, ratos, moscas, mosquitos, percevejos, pernilongos, pombos, pulgas, taturanas e vespas) eventualmente ocorrente no Parque, tendo em vista a possibilidade de transmissão de doenças, agravos à saúde do homem e animais.	Alta	Recorrente
FA37	Técnica	Tanto para os casos de abrigos instalados (colmeias ou vespeiros), como para os casos de enxames viajantes de abelhas africanizadas (<i>Apis mellifera</i>), vespas ou marimbondos, recomenda-se o isolamento do local, de modo a não permitir a aproximação de pessoas ou animais, e acionamento da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).	Alta	Recorrente
FA38	Técnica	No caso de abelhas sem ferrão e vespas nativas, que não oferecem riscos à saúde pública, as ações de manejo devem se pautar na legislação vigente.	Alta	Recorrente

FA39	Técnica	Evitar a retirada de lagartas de borboletas e mariposas, que embora possam causar danos pontuais à vegetação, constituem elemento-chave nas cadeias tróficas, pois transferem mais energia das plantas para outros animais do que todos os outros herbívoros combinados. No caso de lagartas venenosas, como aquelas do gênero <i>Lonomia</i> por exemplo, recomenda-se o isolamento do local, de modo a não permitir a aproximação de pessoas ou animais, e acionamento da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).	Alta	Recorrente
FA40	Técnica	Em caso de emergência, contatar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) ou o Corpo de Bombeiros (193) e seguir o protocolo de emergências.	Alta	Recorrente
ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS				
FA42	Técnica	Monitorar a presença do sagui (<i>Callithrix</i> sp.), espécie considerada exótica e introduzida na região sudeste do Brasil, devido ao risco de invasão, competição e hibridização com as populações de saguis nativos, que enfrentam ameaça de extinção.	Alta	Recorrente
FA43	Técnica	Consultar a Deliberação nº 30/2011, que reconhece a lista de espécies exóticas com potencial de bioinvasão no Estado de São Paulo, e a Deliberação Normativa nº 2/2011, que dispõe sobre a elaboração e a atualização de lista de espécies exóticas com potencial de bioinvasão no Estado de São Paulo e dá outras providências.	Alta	Recorrente
FA44	Técnica	Consultar a Base de Dados de Espécies Exóticas Invasoras (https://institutohorus.org.br/), para maiores informações sobre taxonomia, ecologia, introdução e dispersão, impactos, manejo e análise de risco.	Média	Médio
FAUNA DOMÉSTICA				
FA45	Gestão/ operação	Orientar os funcionários para fiscalizar a entrada de cães acompanhados de seus tutores no Parque, garantindo seu livre acesso ao local, desde que sejam mantidos com os devidos equipamentos de segurança exigidos por lei (coleiras, guias e eventualmente focinheiras), de acordo com a Portaria SVMA nº 79 de 2023.	Alta	Recorrente
FA46	Participativa	Fiscalizar e orientar a população sobre a necessidade de recolher os dejetos dos animais domésticos, assim como avaliar a possibilidade de instalar dispensador de sacos higiênicos e lixeiras nos locais de maior concentração e passagem de animais.	Alta	Recorrente
FA47	Participativa	Monitorar a população de animais domésticos abandonados no parque, com vistas a promover a redução populacional e o acompanhamento da condição sanitária dos mesmos por meio da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).	Alta	Recorrente
FA48	Participativa	Firmar, caso necessário, parcerias com entidades que promovam ações de adoção e castração de animais domésticos.	Média	Médio

FA49	Técnica	Não realizar eventos de venda e adoção de animais no parque, visando não estimular o abandono de novos indivíduos, de acordo com a Portaria SVMA nº 73 de 2020.	Alta	Recorrente
FA50	Técnica	Articular e sensibilizar a população residente no entorno direto do parque para que animais domiciliados, em especial cães e gatos, sejam contidos para evitar sua entrada desacompanhada no parque e sejam castrados, marcados (coleira, chip etc.) e identificados, ficando sob posse responsável.	Alta	Recorrente
ACESSOS E CERCAMENTOS (AC)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
PORTÕES E PORTARIA				
AC1	Técnica	O Portão 1 deve permanecer aberto para o acesso público de pedestres durante o horário de funcionamento do parque, com extensão negociada, se necessário. Avaliar permissão de passagem pública ao Acesso Provisório , fora do horário de funcionamento do parque, com o portão 1 já fechado. O Portão 1 permanece fechado para o acesso de veículos, sendo aberto apenas para a entrada de veículos autorizados.	Alta	Recorrente
CAMINHOS (CA)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
PASSEIOS				
CA2	Técnica	Manter a regularidade e nivelamento do piso intertravado para a garantia do acesso universal dos passeios e promover a reposição imediata de peças de piso intertravado que estejam faltantes.	Alta	Curto
TRILHAS				
CA6	Técnica	Planejar e manter as trilhas considerando o menor impacto possível ao meio ambiente, seguindo orientações das publicações "Fundamentos do Planejamento de Trilhas" e "Manual de Sinalização de Trilhas" do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).	Alta	Recorrente
EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO (EM)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
ESPORTE E GINÁSTICA				
EM1	Técnica	Incluir os equipamentos da Praça de Xadrez e Ginástica em atividades vinculadas ao programa de Visitação Pública, Programação Permanente e Educação Ambiental, tais como acompanhamento de professor de educação física dos equipamentos de ginástica e aulas de xadrez.	Alta	Curto
EM2	Técnica	Para o uso da Quadra Poliesportiva é necessário realizar inscrição em quadro de uso junto à administração do parque.	Alta	Recorrente

EM3	Técnica	A Quadra Poliesportiva é direcionada para todos os públicos e deve ser utilizada por diferentes faixas etárias, distintos gêneros e diferentes práticas esportivas.	Alta	Recorrente
EM4	Técnica	O Campo de Futebol está direcionado para a prática exclusiva deste esporte, sendo necessária inscrição em quadro de uso e reserva para eventos junto à administração do parque.	Alta	Recorrente
EM5	Técnica	Parte significativa do tempo de uso do Campo de Futebol deve estar direcionada a atividades de formação esportiva em futebol para todas as faixas etárias e distintos gêneros.	Alta	Recorrente
EM7	Técnica	O acesso público aos vestiários é limitado aos dias de uso para atividades esportivas, sendo seu acesso restrito exclusivamente à manutenção nos demais dias. Para o uso dos vestiários é necessário assinatura de termo de responsabilidade de uso junto à administração do parque.	Alta	Recorrente
INFANTIL E LÚDICO				
EM10	Técnica	Avaliar a possibilidade de instalar brinquedos infantis adaptados a Pessoas com Deficiência (PCDs).	Alta	Médio
EM13	Participativa	Avaliar a possibilidade de instalar novos brinquedos feitos com materiais recicláveis.	Alta	Médio
ESTAR E DESCANSO				
EM18	Técnica	Implementar comunicação visual no espaço do Deque e Espreguiçadeiras para remeter à sua conformação histórica como piscina do Aristocrata Clube.	Alta	Médio
ESPAÇO PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS				
ILUMINAÇÃO E REDE ELÉTRICA (IL)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
IL2	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, que estabelece os procedimentos para a realização de instalações, produções e eventos que importem em potenciais impactos à fauna silvestre e ornamental nos Parques Municipais, principalmente no tocante à iluminação artificial.	Alta	Recorrente
ÁGUA E SANEAMENTO (AS)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
AS3	Técnica	Adotar equipamentos e instalações hidráulicas eficientes e economizadores.	Alta	Médio

AS5	Técnica	Minimizar a necessidade de água para irrigação através da utilização de espécies nativas no paisagismo, espécies rústicas e adaptadas ao regime hídrico da região, além da cobertura do solo com folhas secas ou outros materiais inertes, que protejam o mesmo contra aquecimento e evaporação.	Alta	Médio
RESÍDUOS (RE)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
RE1	Técnica	Gerir os resíduos sólidos produzidos no parque segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua expressão local, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).	Alta	Recorrente
RE3	Técnica	Gerir os resíduos sólidos de acordo com os seguintes objetivos, nesta ordem de prioridade: não-geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final, ambientalmente adequada, apenas dos rejeitos.	Alta	Recorrente
RE5	Técnica	Destinar os resíduos secos à coleta seletiva.	Alta	Recorrente
RE6	Participativa	Destinar materiais recicláveis e reaproveitáveis para associações, cooperativas ou outras organizações que recebam o material para o tratamento adequado, se possível conjugando sua gestão à geração de renda para a comunidade do entorno.	Alta	Recorrente
RE7	Participativa	Destinar os resíduos vegetais (restos de poda e roçada, folhas e flores caídas) à compostagem in situ, atendendo ao disposto na Portaria SVMA nº 5 de 2024.	Alta	Recorrente
RE8	Técnica	Considerar a possibilidade de aproveitar a madeira proveniente de supressão arbórea, para uso qualificado (ex.: mobiliário, artesanato, utensílios etc.).	Alta	Recorrente
RE9	Técnica	Destinar, aos pontos de entrega específicos, os resíduos obrigados à logística reversa: agrotóxicos e embalagens, pilhas e baterias, óleos lubrificantes e embalagens, pneus, produtos eletrônicos, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio, mercúrio e luz mista.	Alta	Recorrente
RE10	Técnica	Destinar, através da coleta pública, ao aterro sanitário, apenas os rejeitos.	Alta	Recorrente
RE11	Técnica	Manter registro quantitativo dos resíduos gerados no Parque, informando sua origem, tipo e destinação final, devendo atualizá-lo periodicamente para fins de monitoramento.	Alta	Recorrente
RE12	Técnica	Mapear as práticas religiosas desenvolvidas no interior do parque, identificando a origem dos usuários, áreas de maior incidência de práticas religiosas, tipo de resíduos gerados e possíveis impactos ao ecossistema, possibilitando a ampliação do diálogo com esses grupos, incluindo criação de oficinas e cartilhas educativas sobre o uso dos espaços naturais para atividades religiosas.	Alta	Recorrente

RE14	Participativa	Prever, caso necessário, aumento do número de lixeiras/coletores próximo aos corpos hídricos a fim de evitar que os resíduos sejam direcionados para o seu interior e margens.	Alta	Curto
RE17	Técnica	Instalar telas, grelhas e ralos do tipo “abre-fecha”, assim como vedar frestas ou vãos que possam servir de porta de entrada dos animais para o ambiente interno das edificações do parque.	Alta	Recorrente
RE18	Técnica	Desenvolver campanhas de conscientização ambiental sobre descarte de resíduos.	Alta	Recorrente
RE19	Participativa	Realizar parceria com Sabesp e Guarda Civil Ambiental para fiscalização e autuação de municipais e construções do entorno que façam descarte irregular de esgoto e resíduos dentro do parque.	Alta	Recorrente
RE20	Técnica	Quando da realização de instalações, produções e eventos seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, no tocante ao manejo e destinação adequada dos resíduos sólidos gerados.	Alta	Recorrente
RE23	Gestão/ operação	Fiscalizar e coibir a prática de utilização do parque como local para estocagem de material reciclável ou outros insumos para posterior venda.	Alta	Recorrente
GESTÃO E OPERAÇÃO (GO)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
GO1	Técnica	Garantir formação periódica dos gestores e funcionários do parque em conhecimentos técnicos em educação e preservação ambiental.	Alta	Recorrente
GO2	Técnica	Garantir que funcionários tenham formações relativas às suas funções por meio de exigência contratual prevista no contrato das empresas terceirizadas.	Alta	Recorrente
GO3	Técnica	Envolver a comunidade no projeto e planejamento das estruturas, usos e atividades a serem implantados no parque.	Alta	Recorrente
GO6	Gestão/ operação	Oferecer vagas de estágio (na equipe administrativa) para o ensino superior (hoje só tem vaga para ensino médio).	MEDIA	Recorrente
GO7	Gestão/ operação	Definir indicadores e estudos que avaliem a capacidade de carga e de uso do parque, de forma a adequar a estrutura necessária para atender as demandas existente e futura.	Alta	Curto
GO8	Gestão/ operação	Priorizar Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e bioconstrução na resolução de demandas e instalação de equipamentos e construções no Parque.	Alta	Recorrente

EQUIPE DE ZELADORIA				
G016	Gestão/ operação	Garantir equipes mistas de zeladores que possam corresponder às necessidades de gênero da zeladoria e limpeza do Vestiário em jogos masculinos e femininos.	Alta	Recor- rente
G017	Gestão/ operação	Considerando-se a configuração e usos atuais do parque, recomenda-se como mínimo equipe de zeladoria composta por 4 zeladores, sendo 2 zeladores por turno.	Alta	Curto
G019	Gestão/ operação	Além das atividades previstas ao longo do plano de ação, que eventualmente entrem no cronograma da equipe de zeladoria, são atividades básicas realizadas: limpeza de banheiros (diariamente), reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha (sob demanda), limpeza de lixeiras (2x por dia), limpeza de vestiários, cozinha, administração, guaritas e demais edificações (sob demanda).	Alta	Recor- rente
EQUIPE DE MANEJO E JARDINAGEM				
G022	Gestão/ operação	Considerando-se a configuração e usos atuais do parque, recomenda-se como mínimo equipe de jardinagem composta por 1 jardineiro e 3 ajudantes de jardinagem.	Alta	Recor- rente
G024	Gestão/ operação	Além das atividades previstas ao longo do plano de ação, que eventualmente entrem no cronograma da equipe de jardinagem, são atividades básicas realizadas: manutenção dos canteiros (diariamente), despraguejamento, plantios (sob demanda), rega (diariamente), poda de herbáceas e arbustos (sob demanda), varrição de folhas (diariamente na área interna do parque, 1x por semana na calçada), retirada de lixo (2x por semana, na sexta e segunda-feira).	Alta	Recor- rente
EQUIPE DE VIGILÂNCIA				
G026	Gestão/ operação	Considerando-se a configuração e usos atuais do parque, recomenda-se como mínimo equipe de vigilância composta por 18 vigilantes, realizando revezamento, sendo: 10 vigilantes diurnos (5 por dia) e 8 vigilantes noturnos (4 por dia).	Alta	Recor- rente
G028	Gestão/ operação	Além das atividades previstas ao longo do plano de ação, que eventualmente entrem no cronograma da equipe de vigilância, são atividades básicas realizadas: rondas (a cada 1h, com 12 pontos de checagem/bastão), orientação dos visitantes sobre as regras e proibições do parque, contagem de visitantes, organização de achados e perdidos, prestação de primeiros socorros.	Alta	Recor- rente
G029	Gestão/ operação	Garantir presença permanente de um (01) vigilante nos quatro postos fixos definidos, sendo eles: Guarita, Quadra Poliesportiva, Portaria e Playground.	Alta	Recor- rente

COMUNICAÇÃO VISUAL (CV)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
CV4	Técnica	As placas de identificação das espécies vegetais devem ser submetidas ao Herbário Municipal, para conferência antes da sua produção. Forma, fixação e projeto devem atender aos padrões estabelecidos pela Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade (CGPABI).	Alta	Médio
CV5	Técnica	Informar e sinalizar à população sobre as ações de manejo diferencial adotadas no Parque, como áreas isoladas para recuperação do gramado, áreas isoladas para reprodução dos animais, áreas isoladas devido ao risco de queda de frutos, entre outras.	Alta	Recorrente
CV9	Participativa	Implementar, após consulta junto à comunidade do entorno, sinalização para o campo de futebol visando a memória de "Seu Bene", falecido diretor esportivo do Aristocrata Clube.	Alta	Curto
USO PÚBLICO (UP)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
PROGRAMAÇÃO E PARCERIAS				
UP2	Participativa	Envolver a comunidade para a gestão compartilhada e planejamento de programações culturais e educativas a serem realizadas na área interna do parque.	Alta	Recorrente
EVENTOS				
UP11	Técnica	Por ocasião da realização de eventos, respeitar a configuração da vegetação existente, não se admitindo poda de galhos, fixação de placas, luminárias ou outros equipamentos temporários. As instalações não podem fazer demasiada sombra que prejudique o desenvolvimento natural da vegetação.	Alta	Recorrente
UP12	Técnica	Quando da realização de eventos culturais, educacionais, recreativos e outros, seguir o disposto na Portaria SVMA nº 69 de 2020, no tocante aos regulamentos, obrigações e condições necessários à sua autorização.	Alta	Recorrente
UP13	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, que estabelece os procedimentos para a realização de instalações, produções e eventos que importem em potenciais impactos e/ou distúrbios à fauna silvestre e ornamental dos Parques Municipais.	Alta	Recorrente
EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
UP19	Técnica	As práticas de observação de vida silvestre devem seguir os procedimentos dispostos na Portaria SVMA nº 29 de 2019.	Alta	Recorrente

ENTORNO (EN)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
CONECTIVIDADE				
EN1	Técnica	Promover a conectividade entre parques, praças, unidades de conservação, demais áreas verdes públicas e particulares e a arborização urbana, considerando as diferentes escalas de paisagem, e observado o disposto no Plano Diretor Estratégico, nos Planos Regionais, nos Planos de Bairro e no Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL).	Alta	N/A
EN3	Participativa	Promover a conexão do parque, física e administrativamente, ao sistema de áreas verdes local, facilitando o trânsito da fauna silvestre e reduzindo assim os riscos de erosão genética das populações.	Alta	N/A
EN4	Participativa	Promover a conexão de fragmentos significativos que estejam desconectados através de plantio direto de mudas e de passagens de fauna, ou outras estratégias que possibilitem a movimentação da fauna.	Alta	N/A

Legenda

Desejos de Futuro

10.4. Quadro de ações e monitoramento

SOLO (SO)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
S01	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico de todas as áreas do parque apresentando solo exposto, compactado, com problemas de drenagem ou erosão.	Alta	Curto	
S03	Técnica	Executar o plantio de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas em áreas de topo de morro e áreas com inclinação significativa (aclives e declives), para garantir a estabilidade do solo nos taludes e encostas.	Alta	Curto	
RECURSOS HÍDRICOS (RH)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
RH1	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico dos corpos d'água existentes no Parque, identificando sua natureza e status de conservação, para fins de definição do manejo mais adequado.	Alta	Médio	
RH2	Participativa	Mapear a existência de empoçamentos de água que possam estabelecer criadouros para animais sinantrópicos, evitando assim a proliferação de mosquitos transmissores de doenças como a dengue, por exemplo.	Alta	Curto	
RH3	Participativa	Promover, quando necessário, a infiltração e fitorremediação das águas utilizando técnicas de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) como biovaletas, canteiros pluviais, jardins de chuva, bacias de retenção, dentre outras, incluindo soluções que visem a despoluição do córrego.	Alta	Recorrente	
RH4	Técnica	Delimitar e sinalizar com placas indicativas as nascentes porventura localizadas em área interna do Parque.	Alta	Curto	
RH5	Técnica	Os corpos hídricos, incluso subterrâneos, deverão ser monitorados com relação à qualidade de suas águas, seja para aproveitamento, seja para indicação de medidas mitigatórias visando sua recuperação.	Alta	Recorrente	
RH6	Técnica	Realizar plantio de enriquecimento com espécies nativas em áreas de nascente e cursos d'água para contenção das margens, redução dos riscos de erosão, deslizamento e assoreamento, visando a conservação dos recursos hídricos.	Alta	Recorrente	
RH7	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto incidentes sobre os corpos hídricos e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente	

RH9	Participativa	Limpar e desobstruir os corpos hídricos nos locais onde houver despejo irregular de lixo, entulho, restos de construção ou outros resíduos.	Alta	Recorrente	
RH10	Técnica	Instalar placas informativas sobre a fauna aquática, proibição de depósito de lixo e pesca predatória, assim como estreitar fiscalização onde tais práticas sejam rotineiras.	Alta	Curto	
RH11	Técnica	Instalar placas informativas sobre a qualidade da água, proibição de ingestão e banho, assim como estreitar fiscalização onde tais práticas sejam rotineiras.	Média	Curto	
RH12	Técnica	Avaliar a possibilidade de recuperar afloramento de água previamente existente na lateral do campo de futebol, realizando o plantio de espécies herbáceas e aquáticas no entorno desse afloramento para que este seja preservado e, eventualmente, aumente o fluxo de água, criando um pequeno refúgio aquático para a fauna silvestre neste local.	Média	Médio	
RH13	Técnica	Fazer levantamento hidrogeomorfológico.	Média	Médio	
RH14	Participativa	Estudar Soluções Baseadas na Natureza que possam limpar o córrego.	Alta	Curto	
VEGETAÇÃO (VE)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO					
VE1	Técnica	Realizar o mapeamento e categorização das Áreas de Preservação permanente (ou outras tipologias de áreas protegidas) existentes na área interna do parque, que deverão ser manejadas em conformidade com a legislação vigente.	Alta	Médio	
VE2	Técnica	Realizar o mapeamento de áreas degradadas, especificando ações de manejo para a recuperação – natural ou induzida – dos ambientes naturais que tiveram suas características originais alteradas.	Alta	Curto	
VE3	Técnica	Mapear a existência de áreas úmidas, ciliares, rupestres, campestres, ecotonais ou outras tipologias de vegetação singulares, assim como de vegetação tombada, que devem receber atenção especial quanto à conservação e manejo diferencial.	Alta	Curto	
VE4	Técnica	Realizar o levantamento de espécies significativas, raras, endêmicas ou ameaçadas, e sua área de ocorrência no parque, que deverá ser monitorada visando a mitigação de impactos e restringindo, caso necessário, o livre acesso de pessoas a esses locais.	Alta	Recorrente	

VE5	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto (ex. espécies invasoras, vandalismo, desmatamento, coleta ilegal, incêndios, poluentes, etc.) incidentes sobre a vegetação e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente
VE6	Técnica	Articular a equipe de vigilância do parque e a Guarda Civil Metropolitana – GCM – visando a prevenção e coibição de atividades ilegais que a equipe de vigilância sozinha não tenha condições de resolver (por não ser sua atribuição ou por não dispor das condições para tal), a exemplo de crimes ambientais, como desmatamento, despejo de poluentes e resíduos, construção irregular etc.	Alta	Recorrente
FRAGMENTOS FLORESTAIS				
VE7	Técnica	Realizar levantamento florístico, que deverá ser periodicamente atualizado, sob orientação da equipe técnica do Herbário Municipal.	Média	Recorrente
VE9	Técnica	Realizar plantio direto e/ou estímulo à regeneração natural para promover a recuperação da vegetação nativa do bioma original, multiplicando-se as espécies já existentes e introduzindo-se aquelas não mais ocorrentes na área, visando a ampliação da biodiversidade.	Alta	Recorrente
VE10	Técnica	Priorizar o plantio de espécies da flora em risco de extinção, minimizando a erosão genética das populações e disponibilizando germoplasma para ações futuras de recuperação de hábitat e reintrodução de espécies nos ecossistemas adjacentes.	Alta	Recorrente
ÁRVORES				
VE28	Participativa	Manter todas as árvores do Parque, zelando pela sua integridade, saúde e pleno desenvolvimento.	Alta	Recorrente
VE29	Técnica	Acompanhar a evolução do estado fitossanitário da figueira (<i>Ficus elastica</i>) de grande porte existente junto ao parquinho, uma vez que porção significativa do tronco principal da mesma encontra-se danificada por queimadura.	Alta	Curto
NOVOS PLANTIOS				
VE40	Técnica	Avaliar a possibilidade de criação de um viveiro para produção de mudas herbáceas, arbustivas e arbóreas, especialmente de espécies nativas, para enriquecimento constante das áreas verdes do parque.	Alta	Curto
VE49	Técnica	Realizar o plantio de trepadeiras nativas para encobrimento e sombreamento da área do pergolado, proporcionando conforto térmico aos visitantes além de recursos alimentares para a fauna silvestre. Espécies sugeridas: flor-de-são-miguel (<i>Petrea volubilis</i>), primavera (<i>Bougainvillea spectabilis</i>), cipó-tapiá (<i>Cratylia spectabilis</i>),	Alta	Recorrente

		escova-de-macaco (<i>Combretum fruticosum</i>) e cipó-de-são-jão (<i>Pyrostegia venusta</i>).			
ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS					
VE55	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico das espécies exóticas e/ou invasoras presentes no parque, avaliando seu status populacional, localização e o impacto sobre o meio ambiente, fauna e flora nativas, com o objetivo de desenvolver metodologias de manejo, controle e erradicação destas espécies.	Alta	Recorrente	
VE57	Técnica	Realizar atividades de educação ambiental para sensibilizar a população do entorno do parque para a remoção de plantas exóticas invasoras (cultivadas ou de ocorrência espontânea) em áreas privadas e sua substituição por espécies nativas ou por exóticas não invasoras	Alta	Recorrente	
VE59	Técnica	Elaborar plano de manejo das espécies invasoras, contendo Estudo Ambiental e Projeto de Recuperação Ambiental, conforme orientações da Portaria nº 154/2009, que anexa também a Lista Oficial de Espécies Vegetais Exóticas Invasoras do Município de São Paulo.	Alta	Curto	
VE60	Técnica	Elaborar plano de manejo para as espécies exóticas com potencial invasor presentes no parque: nespereira (<i>Eriobotrya japonica</i>), leucena (<i>Leucaena leucocephala</i>), pau-d'água (<i>Dracaena fragrans</i>), bambu-de-jardim (<i>Phyllostachys aurea</i>), mamona (<i>Ricinus communis</i>) e o recém-plantado capim-do-texas (<i>Pennisetum setaceum</i>).	Alta	Recorrente	
PRAGAS E DOENÇAS					
VE73	Técnica	Realizar manejo de formigas cortadeiras que estão presentes em grande quantidade no parque, inclusive formando caminhos bem-marcados no gramado em diversos pontos.	Alta	Recorrente	
PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS					
VE78	Técnica	Elaborar plano de prevenção de incêndios de acordo com a Lei Municipal nº 14.969 de 2009.	Alta	Curto	
FAUNA (FA)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
FAUNA SILVESTRE					
FA2	Técnica	Realizar inventário periódico da fauna silvestre, residente ou visitante, presente no Parque, sob orientação da equipe técnica da Divisão de Fauna Silvestre (DFS).	Média	Médio	
FA3	Técnica	Realizar o levantamento de espécies significativas, raras, endêmicas ou ameaçadas, e sua área de ocorrência preferencial, que deverá ser monitorada visando à	Média	Médio	

		mitigação de impactos, restringindo, caso necessário, o livre acesso de pessoas a esses locais.		
FA4	Técnica	Avaliar a possibilidade de incluir elemento hídrico (fontes, lagos ou bebedouros), caso inexistente, para atração de uma maior diversidade de insetos, espécies florestais e também aquelas características de ambientes aquáticos.	Média	Médio
FA5	Técnica	Avaliar a possibilidade de incluir telhado verde, calçadas verdes e outras infraestruturas verdes em pequena escala como forma de atenuar a presença das edificações como elemento de bloqueio à fauna.	Média	Médio
PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS				
FA30	Técnica	Articular e sensibilizar a população residente no entorno do parque sobre a importância da fauna silvestre e seus mecanismos de proteção previstos em lei, visando minimizar impactos de origem antrópica. Aves e pequenos mamíferos, assim como os não tão carismáticos insetos, aracnídeos, anfíbios e répteis, todos possuem sua importância nas cadeias tróficas, interações ecológicas e equilíbrio funcional dos ecossistemas. É preciso estabelecer metas para que a população possa conviver de forma segura e harmônica com a fauna urbana.	Alta	Recorrente
PREVENÇÃO DE ACIDENTES				
FA31	Técnica	Treinar os funcionários e prestadores de serviço para o manejo de conflitos e prevenção de acidentes que possam envolver a fauna silvestre, sinantrópica ou doméstica existente no parque.	Alta	Médio
FA32	Participativa	Instalar placas informativas (permanentes ou não), sobre as espécies da fauna existentes no parque, especialmente aquelas que possam estabelecer conflitos com pessoas e animais domésticos, assim como seus locais preferenciais de ocorrência, visando a prevenção de acidentes.	Média	Médio
FA34	Técnica	Disponibilizar equipamentos de proteção individual e demais ferramentas necessárias para a segura captura dos animais, assim como abrigos onde os mesmos poderão aguardar, e gaiolas ou caixas de transporte para encaminhamento.	Alta	Recorrente
ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS				
FA41	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico das espécies exóticas e/ou invasoras presentes no parque, avaliando seu status populacional, localização e o impacto sobre o meio ambiente, fauna e flora nativas, com o objetivo de desenvolver metodologias de manejo, controle e erradicação destas espécies.	Alta	Recorrente

ACESSOS E CERCAMENTOS (AC)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
PORTÕES E PORTARIA					
AC2	Técnica	Estudar a possibilidade de criação de um novo portão de acesso, portaria e praça pública com a incorporação de Nova Área que permita a criação de uma passagem pública formal.	Alta	Curto	
GRADIL					
AC3	Técnica	Estudar a readequação do gradil junto à saída do córrego a fim de inibir a entrada de pessoas e animais indevidamente.	Média	Médio	
FUNDOS DE LOTE					
AC4	Gestão/ operação	Solicitar a regularização da situação de portas e janelas existentes nas residências/comércios do entorno, que dão acesso/visualização à área interna do parque.	Alta	Médio	
AC5	Técnica	Realizar ações que amenizem a presença dos muros de fundo de lote na paisagem do parque, como a instalação de painel em <i>graffiti</i> ou vegetação.	Alta	Curto	
CAMINHOS (CA)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
PASSEIOS					
CA1	Técnica	Revisar periodicamente as pistas de caminhada e/ou corrida onde haja processos erosivos, que devem ser contidos.	Alta	Recorrente	
CA3	Técnica	Estudar a possibilidade de acesso universal direto entre o Portão 1 e a Quadra de Futebol a partir da Nova Área a ser incorporada ao parque.	Alta	Curto	
CA4	Participativa	Estudar a criação de caminho interno de serviços no parque.	Média	Médio	
TRILHAS					
CA5	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto porventura incidentes na trilha (como erosão e compactação do solo, danos à vegetação e fauna) e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente	
CA7	Participativa	Realizar a limpeza e desobstrução periódicas de trilha existente, assim como regularização da estrutura do piso e corrimão, visando permitir a passagem livre e segura dos visitantes.	Alta	Recorrente	

CA8	Técnica	Incluir a Trilha em atividades vinculadas ao programa de Visitação Pública, Programação Permanente e Educação Ambiental, como, por exemplo, trilha educativa.	Alta	Curto	
EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO (EM)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
ESPORTE E GINÁSTICA					
EM6	Participativa	Estudar a possibilidade de implantação de guarda-corpo entre a parte alta do parque e a área da arquibancada.	Alta	Curto	
EM8	Gestão/ operação	Instalar tela junto à parte baixa do gradil para inibir a entrada de cachorros.	Alta	Curto	
EM9	Participativa	Avaliar a possibilidade de implementar ciclovia no parque.	Alta	Médio	
INFANTIL E LÚDICO					
EM11	Participativa	Avaliar a possibilidade de ampliar os brinquedos existentes na área do Parque Infantil.	Alta	Médio	
EM12	Participativa	Avaliar a possibilidade de instalar escorregador no Parque Infantil.	Alta	Médio	
EM14	Participativa	Avaliar a possibilidade de implantação de fonte interativa de água ou praça molhada.	Alta	Curto	
EM15	Participativa	Instalar tela ou cercamento na área da caixa de areia, impedindo o acesso de animais domésticos e minimizando o risco de transmissão de doenças.	Alta	Curto	
EM16	Participativa	Avaliar a possibilidade de implantação de área coberta/sombreada destinada ao público infantil, como uma brinquedoteca.	Alta	Médio	
CULTURA E MULTIUSO					
EM17	Técnica	Incluir o Espaço Multiuso em atividades vinculadas ao programa de Visitação Pública, Programação Permanente e Educação Ambiental, como palestras e rodas de conversa educativas e apresentações musicais e teatrais, considerando a possibilidade de parcerias com outras secretarias municipais, como a Secretaria Municipal de Cultura (SMC).	Alta	Curto	
ESTAR E DESCANSO					
EM19	Técnica	Avaliar a possibilidade de instalar novas mesas para piquenique junto às mesas existentes feitas de resíduos de poda.	Alta	Médio	
EM20	Participativa	Avaliar a possibilidade de ampliar mobiliário de descanso existente em todo o parque.	Alta	Curto	
EM21	Participativa	Avaliar a possibilidade de instalar área de Redário no parque.	Alta	Curto	
EM22	Participativa	Avaliar a possibilidade de instalar estrutura de tenda fixa para atividades que necessitem de sombreamento.	Urgente	Curto	



ESPAÇO PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS					
EM23	Participativa	Solicitar implementação de espaço para <i>pets</i> (cachorródromo).	Alta	Médio	
EM24	Técnica	Realizar ações e parcerias que visem o melhor convívio do parque com os animais soltos da região.	Alta	Curto	
EDIFICAÇÕES (ED)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
ED1	Técnica	Incluir o Quiosque em atividades vinculadas ao Programa de Visitação Pública, Programação Permanente e Educação Ambiental, como brincadeiras com o público infantil e oficinas.	Alta	Curto	
ED2	Técnica	Cuidado permanente para a presença de plantas trepadeiras no pergolado que garantam características de sombreamento neste equipamento.	Alta	Recorrente	
ED3	Participativa	Adaptar os banheiros para as necessidades de bebês e primeira infância, incluindo a instalação de trocador/fraldário no banheiro.	Alta	Curto	
ED4	Gestão/operação	Solicitar a substituição das atuais guaritas por novas, adequadas ao conforto térmico das equipes.	Alta	Curto	
ED5	Gestão/operação	Estudar a possibilidade de implantação de Novo Banheiro junto à área da Quadra Poliesportiva.	Alta	Curto	
ED6	Gestão/operação	Solicitar a instalação de espaço e vestiário próprios para a equipe de Manejo e Jardinagem.	Alta	Curto	
ED7	Participativa	Adquirir mobiliário para a sala administrativa (mesa).	Alta	Curto	
ED8	Participativa	Estudar a possibilidade de implantação de novos banheiros junto à quadra poliesportiva e espaço multiuso.	Alta	Médio	
ED9	Participativa	Avaliar a possibilidade de transformar um dos sanitários próximo à administração em banheiro-família, com instalação de trocador.	Alta	Médio	
ILUMINAÇÃO E REDE ELÉTRICA (IL)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
IL1	Técnica	Solicitar, junto à concessionária responsável, a avaliação da rede de energia elétrica (existente na área interna e entorno do parque) visando a aplicação de medidas preventivas e mitigatórias para minimizar a ocorrência de acidentes elétricos envolvendo animais silvestres.	Alta	Recorrente	
IL3	Técnica	Realizar a substituição imediata de pontos de iluminação danificados.	Urgente	Curto	
IL4	Participativa	Estudar sistemas de energia ecoeficientes e que promovam economia de energia para o parque.	Alta	Recorrente	

ÁGUA E SANEAMENTO (AS)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
AS1	Técnica	Elaborar programa para a gestão dos recursos hídricos, assim como de plano de ação visando o consumo consciente pelos frequentadores do parque.	Alta	Curto	
AS2	Técnica	Ampliar a racionalização do uso de água: captação e aproveitamento de água da chuva e/ou de equipamentos de refrigeração e bebedouros para abastecer reservatórios que poderão ser utilizados para rega, limpeza de pátios e quadras esportivas, ou mesmo no sistema de descarga dos sanitários.	Alta	Médio	
AS4	Técnica	Garantir pontos de água, torneiras e mangueiras para a realização de rega periódica em todas as áreas ajardinadas do parque.	Alta	Curto	
AS6	Participativa	Instalar mais bebedouros no parque.	Urgente	Curto	
RESÍDUOS (RE)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
RE2	Técnica	Elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme legislação pertinente, a ser apresentado e aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.	Alta	Recorrente	
RE4	Técnica	Segregar os resíduos em três porções: secos, orgânicos e rejeitos, sendo recomendável que os secos sejam subdivididos em categorias.	Alta	Recorrente	
RE13	Técnica	Implantar, se necessário, novas lixeiras nos locais com maior concentração de pessoas e manter as lixeiras do Parque disponíveis para receberem novos resíduos, impedindo o acesso de animais silvestres, domésticos e sinantrópicos a estes dispositivos.	Alta	Recorrente	
RE15	Técnica	Os resíduos retirados das lixeiras devem ser acondicionados em caçambas fechadas, de preferência sobre estrado (para que não fiquem diretamente em contato com o solo), até sua destinação final, e esse ambiente deve passar por limpeza e inspeção periódicas.	Alta	Recorrente	
RE16	Técnica	Evitar deixar entulho como caixas, tambores, buracos ou vãos em paredes ocas, pneus velhos, armários, sofás e outros tipos de móveis ou qualquer material que possa servir de abrigo para animais sinantrópicos.	Alta	Recorrente	
RE21	Participativa	Instalar lixeiras com separação de materiais recicláveis.	Urgente	Curto	
RE22	Gestão/ operação	Disponibilizar apoio/maquinário para retirada de grandes entulhos presentes no parque, ou pensar em solução alternativa - como, por exemplo, realizar dinâmica com as crianças do CEU, para ressignificação dos entulhos e educação ambiental.	Alta	Recorrente	

GESTÃO E OPERAÇÃO (GO)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
GO4	Técnica	Promover o Planejamento Participativo, envolvendo a comunidade para além do Conselho Gestor.	Alta	Recorrente	
GO5	Gestão/ operação	Realizar curso/treinamento na área de educação ambiental (para gestores e colaboradores) com a UMAPAZ, focado na gestão dos parques.	Alta	Recorrente	
GO9	Participativa	Articulação com Sabesp e Guarda Ambiental para verificar se há descarte irregular de esgoto ou se no entorno há ausência de rede.	Alta	Recorrente	
GO10	Participativa	Realizar o treinamento básico de todas as equipes em Primeiros Socorros e manter no parque um kit de assistência a Primeiros Socorros.	Alta	Recorrente	
GO11	Gestão/ operação	Realizar parceria ou a contratação de profissional da saúde para atividades de ginástica laboral, no início das jornadas de trabalho, visando a prevenção de acidentes de trabalho e a melhoria das condições de saúde das equipes.	Alta	Curto	
GO12	Gestão/ operação	Garantir condições de trabalho adequadas à todas as equipes, inclusive o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), uniformes e ferramentas eventualmente necessários ao correto desempenho de suas atividades.	Alta	Recorrente	
GO13	Gestão/ operação	Garantir instalações e/ou local adequado para guarda de materiais, insumos e ferramentas utilizados pelas equipes operacionais.	Alta	Curto	
GO14	Gestão/ operação	Garantir infraestrutura de copa, banheiros, vestiários, armários de uso pessoal e demais instalações que se fizerem necessárias pelas equipes operacionais.	Alta	Curto	
MANUTENÇÃO					
GO15	Gestão/ operação	Garantir que as atividades de manutenção, realizadas sob demanda (por ordem de serviço), sejam efetivas, com a mínima burocracia possível e dentro de prazo aceitável para manter as instalações, equipamentos e edificações do parque em correto funcionamento.	Alta	Curto	
EQUIPE DE ZELADORIA					
GO18	Gestão/ operação	Avaliar a possibilidade de aumentar a equipe com a contratação de mais (02) zeladores por turno para a zeladoria e limpeza do Novo Banheiro .	Alta	Curto	
EQUIPE DE MANEJO E JARDINAGEM					
GO20	Gestão/ operação	Instalar espaço para guarda (de equipamentos, ferramentas e insumos), assim como vestiários próprios para a equipe de Manejo e Jardinagem.	Alta	Curto	

G021	Gestão/ operação	Adquirir mangueiras maiores e realizar a instalação de novos pontos de água para rega e manutenção da Composteira .	Alta	Médio	
G023	Gestão/ operação	Avaliar a possibilidade de aumentar a equipe de Manejo e Jardinagem com a contratação de mais dois (02) ajudantes, tendo em vista o crescimento das árvores do parque a médio e longo prazo e a abertura do Campo de Futebol.	Alta	Recorrente	
EQUIPE DE VIGILÂNCIA					
G025	Gestão/ operação	Realizar a formação integral de toda a equipe de vigilância do parque como brigadistas e fornecer todo o material necessário para a prevenção de incêndios.	Alta	Curto	
G027	Participativa e Gestão/ operação	Avaliar a possibilidade de aumentar a equipe de vigilância, especialmente aos finais de semana, e estabelecer parceria com a GCM, garantindo assim a segurança dos visitantes e transeuntes.	Alta	Médio	
G030	Gestão/ operação	Avaliar a possibilidade de adicionar um novo posto fixo junto ao Vestiário, tendo em vista a abertura e usos do Campo de Futebol.	Média	Médio	
G031	Gestão/ operação	Avaliar a possibilidade de trocar as atuais guaritas por novas adequadas ao conforto térmico das equipes.	Alta	Médio	
EQUIPE DE VISITAÇÃO, PROGRAMAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL					
G032	Técnica	Contratar equipe técnica especializada para a realização de atividades culturais, esportivas e de educação ambiental com os usuários do parque, frequentadores de escolas ou outros parceiros existentes no entorno.	Alta	Curto	
G033	Participativa	Realizar atividades de formação de equipe e palestras conscientização sobre as consequências do uso de substâncias tóxicas e ilícitas em parceria com instituições.	Alta	Médio	
G034	Participativa	Implementar equipe própria e multidisciplinar do parque para realizar atividades relativas ao atendimento e à recepção dos públicos visitantes, realizando a ativação dos equipamentos culturais, ambientais e esportivos, assim como a realização de atividades de educação ambiental, priorizando a parceria entre divisões da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) e outras secretarias municipais.	Alta	Médio	
COMUNICAÇÃO VISUAL (CV)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
CV1	Técnica	Elaborar plano de comunicação visual para que todos os frequentadores conheçam a unidade, sua importância para a sociedade e para a biodiversidade, mas também para indicar informações antes, durante e após a visita que melhorem a experiência durante a estadia no parque.	Alta	Médio	

CV2	Técnica	<p>Criar um plano de comunicação que atenda eixos específicos, como quem busca pelo avistamento de fauna, contemplação de paisagens ou esportes de aventura, mas também temas amplos que interessam a todos, como educação ambiental, história e cultura local e serviços ambientais oferecidos pelo parque, como controle de enchentes, fornecimento de água potável, entre outros.</p>	Alta	Médio	
CV3	Participativa	<p>Avaliar a possibilidade de instalar placas de identificação de espécies vegetais, especialmente aquelas nativas, de grande valor cultural e/ou paisagístico, além de placas informativas sobre o bioma regional, corpos hídricos, paisagens significativas e fauna silvestre presentes no parque.</p>	Alta	Médio	
CV6	Técnica	<p>Elaborar cartilhas educativas a respeito das instalações e equipamentos do Parque, assim como dos principais ecossistemas, recursos hídricos, elementos paisagísticos, fauna e flora existentes, e os regramentos voltados à sua conservação.</p>	Alta	Curto	
CV7	Técnica	<p>Extrapolar as iniciativas de comunicação para além dos espaços físicos do parque, utilizando-se endereços eletrônicos, redes sociais e comércio do entorno, por exemplo, de forma a alcançar não somente quem já frequenta o local, mas engajando todos os demais que ainda não tiveram a oportunidade de fazer uma visita.</p>	Alta	Curto	
CV8	Participativa	<p>Implementar sinalização e comunicação visual do parque com de mapas de localização.</p>	Alta	Curto	
CV10	Gestão/ operação	<p>Instalar placas de indicação das normas a serem seguidas pelos usuários dentro do projeto de Comunicação Visual em todo o parque.</p>	Alta	Curto	
USO PÚBLICO (UP)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
VISITAÇÃO					
UP1	Técnica	<p>Permitir e incentivar as atividades desenvolvidas ao ar livre, como passeios, caminhadas, contemplação, fotografias, pinturas, piqueniques, desde que não incorram em perturbação/impacto ao solo, fauna, flora e ambiente natural do parque.</p>	Alta	Recorrente	
PROGRAMAÇÃO E PARCERIAS					
UP3	Participativa	<p>Avaliar a possibilidade de realização de bazares solidários para troca de roupas, livros e brinquedos entre a comunidade do entorno.</p>	Alta	Recorrente	
UP4	Participativa	<p>Avaliar a possibilidade de incluir a realização de aulas de capoeira na Programação Permanente do parque.</p>	Alta	Curto	
UP5	Participativa	<p>Avaliar a possibilidade de incluir a realização de aulas de música na Programação Permanente do parque.</p>	Alta	Curto	

UP6	Técnica	Buscar parcerias com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEME) e Secretaria Municipal de Cultura (SMC) para a realização de atividades na Programação Permanente do parque, como aulas de capoeira e música.	Alta	Curto
UP7	Participativa	Realizar palestras periódicas sobre a história do Aristocrata Clube.	Alta	Recorrente
UP8	Gestão/ operação	Estudar a instalação de Biblioteca Móvel e Bosque de Leitura com atividades incluídas no programa de Visitação Pública, Programação Permanente e Educação Ambiental do parque, priorizando parcerias com a Secretaria Municipal de Cultural (SMC) e equipamentos de cultura próximos.	Alta	Médio
UP9	Técnica	Criar oficinas, aulas e eventos que resgatem a memória do Parque enquanto ponto de encontro da cultura negra.	Alta	Recorrente
EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
UP14	Técnica	Elaborar programa de Educação Ambiental para parque baseado no Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA), que seja pautado sob a ótica da diversidade, utilizando-se linguagem inclusiva e iconografia didática, atendendo as demandas dos mais diversos grupos sociais, para que sua experiência no parque seja a melhor e mais igualitária possível.	Alta	Curto
UP15	Técnica	Promover atividades de sensibilização frente às necessidades prioritárias de conservação e preservação da fauna, flora e meio ambiente, incentivando a participação efetiva dos diversos atores da sociedade.	Alta	Recorrente
UP16	Técnica	Sediar e promover palestras, oficinas, eventos e cursos de temática ambiental para os usuários do Parque, com temas como jardinagem, paisagismo, produção de mudas, compostagem, reconhecimento de espécies da fauna e flora, entre outros.	Alta	Recorrente
UP17	Técnica	Sediar e promover atividades relacionadas à biodiversidade, como mutirões de plantio e manutenção das áreas verdes, feiras de troca de mudas e sementes, práticas em agroecologia e permacultura, dentre outros.	Alta	Recorrente
UP18	Técnica	Estruturar uma rede de trilhas e roteiros, guiados ou não, na área interna do parque que facilitem a observação de aves e outros elementos da fauna, observação de espécies significativas, de formações vegetais singulares, conjuntos de importância paisagística e/ou histórica, dentre outros atrativos naturais existentes.	Alta	Curto
UP20	Técnica	Implantar, caso possível, jardins temáticos (sensorial, rochoso, orquidário, representativo dos biomas, mandala de flores/ervas medicinais/PANCs), oferecendo aos usuários mais opções de lazer, desfrute da natureza e educação ambiental.	Médio	Médio

UP21	Participativa	Implantar, caso possível, estruturas como meliponário, borboletário, horta comunitária, viveiro de mudas, centro de compostagem e coleta seletiva, dentre outros locais onde os visitantes possam ter participação ativa, interativa e imersiva, estreitando assim sua relação com o parque e meio ambiente.	Médio	Médio	
UP22	Técnica	Implantar, caso possível, jardim temático na área ensolarada através do plantio de espécies campestres da flora nativa do município, visando reconstituir essa fisionomia ecologicamente tão significativa na cidade (Campos de Piratininga) e descrita no PMMA (Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica) como relictos do bioma Cerrado (ilhas dispersas no bioma Mata Atlântica).	Alta	Médio	
ENTORNO (EN)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
CONECTIVIDADE					
EN2	Técnica	Solicitar a arborização viária nas ruas do entorno, com a inclusão de espécies arbóreas nativas (melíferas, floríferas e frutíferas), de maior porte possível, de acordo com Manual Técnico de Arborização Urbana da SVMA, promovendo sua capacidade de funcionar como corredores/trampolins ecológicos e maximizando os serviços ecossistêmicos prestados.	Média	N/A	
EN5	Técnica	Estabelecer estratégias de conectividade entre as áreas verdes do parque e a área florestal adjacente (que está em processo de incorporação ao parque).	Alta	N/A	
INTEGRAÇÃO					
EN6	Técnica	Solicitar a criação de uma Portaria Intersecretarial, no âmbito da Prefeitura de São Paulo, que estabeleça a formalização da Rede Socioambiental, instância de cogestão e planejamento entre os diferentes equipamentos delimitados pela área de influência do parque (Território-Parque), de maneira a articular, sob a participação direta da gestão e do conselho gestor do parque, diferentes secretarias municipais presentes no território	Alta	N/A	
EN7	Técnica	Elaborar estudo sobre a posição da passagem pública existente sem a necessidade de interrupção do horário do parque.	Alta	N/A	
EN8	Técnica	Requalificar áreas externas vinculadas à passagem pública.	Alta	N/A	



DADOS E MAPAS				
EN9	Técnica	Atualizar os mapas sobre Uso do solo predominante (Mapa 2) e Cortiços, favelas e loteamentos irregulares (Mapa 3) na área de influência, e as descrições correspondentes, quando o portal Gesosampa atualize sua base de dados com o Censo 2022.	Média	N/A

Legenda:

Desejos de Futuro

10.5. Planos, programas e projetos

O Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL) de 2022, instituído pelo Plano Diretor Estratégico (PDE), é composto por diversos parques urbanos e lineares, além de outras áreas, sejam elas edificadas ou não, públicas ou privadas. Seus objetivos são:

- I. Proteger a biodiversidade;
- II. Conservar áreas que prestam serviços ambientais;
- III. Proteger e recuperar remanescentes de Mata Atlântica;
- IV. Qualificar áreas verdes públicas;
- V. Incentivar a conservação de áreas verdes de propriedade particular;
- VI. Conservar e recuperar corredores ecológicos em escalas municipal e metropolitana;
- VII. Cumprir as disposições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Entre as diretrizes do SAPAVEL, além do incentivo às parcerias entre os setores público e privado, destacam-se a ampliação da oferta de áreas verdes públicas, a recuperação de áreas degradadas e a conservação e proteção de solos permeáveis, da cobertura vegetal e das áreas de preservação permanente.

Nesse sentido, ressalta-se que os planos e programas municipais se configuram sob esse guarda-chuva afim de proporcionar uma visão de longo prazo para a gestão ambiental da cidade. Esses, a partir de ações coordenadas, facilitam a coordenação entre diferentes setores da administração municipal garantindo que as ações ambientais sejam integradas e complementares.

Os planos ambientais e setoriais do município de São Paulo são instrumentos de planejamento que orientam a política pública e a gestão ambiental da cidade. Estes planos são elaborados com base em diretrizes legais, como o PDE e outras normativas municipais, estaduais e federais. Eles servem como guias para a implementação de ações, programas e projetos voltados à sustentabilidade e ao desenvolvimento urbano equilibrado.

Buscou-se elencar os planos que possuem relação direta ou indireta com os parques urbanos, pois estão voltados à conservação de recursos naturais (proteção de áreas verdes e da



biodiversidade urbana); à mitigação de impactos ambientais, no controle da poluição do ar, água e solo e gestão de resíduos; à adaptação às mudanças climáticas, aliando ações de resiliência urbana para enfrentar efeitos das mudanças do clima e soluções baseadas na natureza; e ao engajamento e participação social, dado que alguns parques possuem o potencial de promover o ecoturismo local, a educação ambiental e a participação comunitárias em diferentes práticas e projetos sustentáveis.

Tabela 12 - Planos e programas ambientais e setoriais pertinentes

Planos
Plano Municipal de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais
Cadernos de priorização de obras de drenagem das Subprefeituras
Planos Regionais das Subprefeituras – PRS
Plano Municipal de Habitação – PMH
Plano de Melhoramentos Municipais Viários e Cicloviários
Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMSP - PDUI-RMSP
Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PMDRSS
Plano Municipal de Saneamento Básico
Plano Municipal de Ordenamento e Proteção da Paisagem
Plano Municipal de Educação/ Currículo da Cidade, destinado ao Ensino Fundamental, a partir da Base Nacional Comum Curricular e Plano Municipal de Educação (Lei 16.271/2015);
Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGRIS)
Plano de Mobilidade Urbana do Município de São Paulo 2015 - PlanMob SP 2015 (Decreto 56.834/2016);
Plano Municipal de Políticas para Mulheres
Plano Municipal de Segurança Alimentar
Plano Municipal da Primeira Infância
Planos de Ecoturismo: Geral e Cantareira
Plano Estadual de Recursos Hídricos
Programas
Programa Córrego Limpo - Sabesp e PMSP (Decreto 50.755/2009)
Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos do Município de São Paulo 2014/2033 (Decreto 55.747/2014)
Programa Escolas Sustentáveis 2019-2020
Programa Nascentes do Estado de São Paulo (Decreto Estadual 60.521/2014)
Programa Pomar Urbano
Projeto Hortas e Viveiros Urbanos, do Programa Operação Trabalho (Lei 13.689/2003)

Fonte: ONU-Habitat



Tabela 13 - Planos ambientais transversais SVMA/PMSP

Plano de Ação Climática - PlanClima
Plano Municipal de Arborização Urbana - PMAU
Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres - Planpavel
Plano de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais – PMSA
Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA)

Fonte: ONU-Habitat

Estes planos constituem as políticas públicas mais relevantes para os parques da cidade e procuram que o desenvolvimento da cidade ocorra de maneira sustentável e integrada. Destes planos se desprendem programas que têm, como finalidade, a implementação das políticas públicas. Alguns destes programas são implementados nos parques da cidade. Estes são:

Programa de Lixo Zero em Parques Municipais

Este programa orienta e cria soluções para que os resíduos sólidos sejam reaproveitados e reutilizados corretamente com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e de maneira integrada ao PGRIS Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos (PEACS) e o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). De maneira complementar, o Programa segue o Projeto de Comunicação Visual da SVMA.

Programa Sampa Saúde em Movimento

Este programa leva, profissionais da educação física e nutricionista aos parques de São Paulo para que tracem planos de exercícios e de reeducação alimentar. Esses profissionais são capacitados para atendimento e orientação necessária para alertar sobre o sedentarismo e promover as atividades físicas.

Programa Vamos Trilhar

Este programa da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME) e da SVMA, desde 2024, estimula a visita aos parques naturais municipais de São Paulo com transporte gratuito e entregando um kit com camiseta, água e lanche.

Projeto Pedal Sampa¹²

Este projeto proporciona atividades e ações voltadas ao esporte educacional, visando a inclusão social das crianças, jovens e pessoas idosas, destinadas a promover o uso da bicicleta como meio de transporte sustentável, saudável e acessível na cidade. O programa visa incentivar a mobilidade urbana por bicicletas, reduzindo o uso de veículos motorizados, melhorando a qualidade de vida das pessoas e contribuindo para um ambiente urbano mais sustentável.

Através da expansão da infraestrutura cicloviária, atividades pedagógicas e de apoio aos ciclistas, o programa busca criar uma cidade mais conectada e ambientalmente responsável.



É um programa que poderia funcionar em parceria com o Programa Vamos Trilhar em parques urbanos municipais.

Programa Operação Trabalho (POT)

Este programa tem como objetivo de conceder atenção especial às pessoas trabalhadoras desempregadas, residentes no município de São Paulo, pertencentes a famílias de baixa renda, visando estimulá-las à busca de ocupação, bem como à sua reinserção no mercado de trabalho.

O Programa hoje abrange diversas frente de trabalho incluindo o “POT Parques” com atividades voltadas à manutenção e preservação de parques municipais e oferecendo também um curso de educação ambiental e jardinagem para os trabalhadores do parque.

Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável

Este programa promove a qualidade de vida, a autonomia e o bem-estar das pessoas idosas. Ele visa estimular a participação social, a prática de atividades físicas, o aprendizado contínuo e a sociabilidade entre pessoas idosas - contribuindo para um envelhecimento ativo e saudável.

Este programa, nos parques urbanos municipais, poderia estar vinculado a entidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde (UBS, CECCO) e contemplar terapias comunitárias integrativas, horticultura e outras atividades relevantes, a partir do preconizado no Programa São Paulo Amigo do Idoso (programa do Governo do Estado) e Estratégia Brasil Amiga da Pessoa Idosa (Governo Federal).

Programa Fogo Zero

A parceria entre a SVMA e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) tem o objetivo de agilizar o atendimento e o combate ao fogo em áreas de proteção ambiental e parques, além de proteger toda a diversidade de fauna e flora. A implementação de um programa abrangente para proteção, fiscalização e combate a incêndios em parques urbanos serve à preservação do meio ambiente e à segurança dos visitantes. Esse programa combina esforços de prevenção, infraestrutura adequada, monitoramento constante, resposta rápida e recuperação eficaz para minimizar os impactos dos incêndios e promover a sustentabilidade dos parques urbanos.

10.6. Parcerias

A gestão do parque pode promover parcerias com diferentes entidades, públicas e privadas, para implementar este plano de gestão.

As parcerias privadas devem ser formalizadas conforme a Portaria nº 29/SVMA/2021, que estabelece procedimentos administrativos internos para protocolo de parcerias junto à SVMA. Elas podem ser com o setor privado ou com entidades sem fins lucrativos e devem atender os seguintes critérios:



- Parcerias com empresas: atendem o estabelecido na Lei Municipal nº 14.223/2006: "Cidade Limpa", que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo; podem ser firmados termos de cooperação de 36 meses que regulam a exposição da marca.
- Parcerias com o terceiro setor: seguem o estabelecido na Lei Municipal nº 13.019/2014, que institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

As parcerias com órgãos públicos são estabelecidas por meio de convênio. A gestão do parque pode propor este tipo de parcerias à Direção da DGPU, para que seja analisada de forma centralizada na SVMA.

11. Sistema de monitoramento e avaliação

O Plano de Gestão conta com um sistema de monitoramento e avaliação com dois objetivos: a) gerar informação com indicadores gerais para todos os parques da cidade que permitem ler e avaliar os principais aspectos do parque e b) assegurar a efetividade na implementação do próprio plano.

A gestão do parque é responsável pela coleta das informações e alimentação do sistema de monitoramento. Esta informação é apresentada uma vez ao ano durante a última sessão ordinária anual do conselho gestor do parque (ou do CADES regional, caso não esteja constituído o conselho gestor), com a finalidade de prestar contas à sociedade. Para este fim, a gestão deve preparar uma apresentação com todas as informações deste sistema de monitoramento e avaliação, as gerais e as específicas do plano de gestão. Nesta sessão, é feito um balanço da gestão e elaborada uma proposta de próximos passos para uma implementação eficiente e efetiva do plano de gestão.

Em paralelo à prestação de contas ao conselho gestor, a gestão do parque deve apresentar as informações coletadas, periodicamente, à coordenação regional e à direção da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU) da SVMA, conforme o calendário e os procedimentos estabelecidos internamente.

O processo de monitoramento e avaliação tem o princípio pedagógico para a comunidade do parque, bem como auxiliar os processos de tomadas de decisão, as ações estruturadas, as solicitações por recursos ou obras e todas as demais medidas do conselho gestor e da gestão do parque.



11.1. Monitoramento geral dos principais aspectos do parque

Dentre os principais aspectos do parque que necessitam de indicadores de monitoramento e avaliação, observaram-se cinco eixos temáticos, que buscam abarcar as principais características socioambientais, físicas e de gestão que um parque deve oferecer para a sociedade. São eles os eixos Social, Biodiversidade, Mudanças Climáticas, Estrutura do Parque e Governança.

A gestão do parque deve monitorar e divulgar os resultados periódicos básicos, apoiados nesses eixos, a fim de demonstrar a efetividade do parque como espaço público específico, ou de apontar a necessidade de ajustes de conduta, de políticas, de contratos e de atividades.

Alguns dos indicadores adotados devem ser produzidos sazonalmente pela gestão do parque. Outros são produzidos pelos sistemas de indicadores já instituídos na SVMA. São eles a publicação anual Indicadores de Parques Urbanos, produzido pela parceria entre a gestão municipal e a Fundação Aron Birmann e a publicação anual Biosampa. Esta última tem como base a *Convention on Biological Diversity* (CBD, em português Convenção Sobre Diversidade Biológica), tratado cujo Brasil é signatário e a SVMA utiliza suas definições para monitoramento e avaliação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos do território municipal.

Destaca-se que a boa organização do processo de coleta de dados é essencial para garantir a qualidade e a precisão das informações obtidas. Para isso, é fundamental o treinamento das pessoas coletadoras e a utilização de questionários (quando for o caso) com questões fechadas e objetivas. Idealmente, a aplicação deve ser realizada de forma online, o que torna o processo mais ágil e acessível, além de facilitar a sistematização e o armazenamento dos dados coletados.

I. Indicador social

O indicador do eixo social é composto pelos dados coletados dentro dos limites do parque, necessários para a avaliação da efetividade do espaço público quanto a se tornar um destino atrativo à população. Ou seja, um dos princípios fundamentais de um parque inserido no tecido urbano é ser frequentado, visitado e usado pela população como um todo, em todos os horários, em atividades estruturadas ou livres.

Se faz fundamental saber, também, qual a diversidade da população que frequenta o parque e quais os horários. Assim, a finalidade principal será de entender, ao longo do tempo, o estado da visitação e o quanto os espaços do parque estão democratizados.

As partes envolvidas na coleta de informação e alimentação deste indicador são: a gestão do parque, as pessoas funcionárias de vigilância e manutenção do parque, as divisões relevantes da SVMA.

A coleta de dados sobre a população que circula no parque deverá ser feita a partir de uma contagem, fornecendo as seguintes informações:



- Se o parque está sendo frequentado;
- Quais os grupos sociais que frequentam (por idade, gênero, cor, deficiência);
- Quais os horários que frequentam.

A coleta dos dados deve ser realizada pela gestão do parque, em **quatro épocas do ano**, fora de período de férias e fora de finais de semana, em dia ensolarado, da seguinte forma:

Tabela 14 - Distribuição anual dos períodos de coleta

coleta	mês	dia	horário
1	janeiro	Dia útil	Entre 6h e 18h
2	janeiro	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
3	abril	Dia útil	Entre 6h e 18h
4	abril	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
5	julho	Dia útil	Entre 6h e 18h
6	julho	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
7	outubro	Dia útil	Entre 6h e 18h
8	outubro	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h

Fonte: ONU-Habitat

Coletas 1, 3, 5, e 7: uma pessoa funcionária deve se posicionar em cada acesso do parque, com contador estatístico, registrando a entrada de todas as pessoas visitantes no período de coleta.

Coletas 2, 4, 6 e 8: uma pessoa funcionária deve circular pelo parque com a ficha de pesquisa e entrevistar um número de pessoas definidos a partir de critérios de amostragem, a serem definidos pela DGPU.

Os dados dos contadores devem ser registrados em relatório específico no mesmo dia da contagem. Os dados das fichas de pesquisa devem ser dispostos em relatório específico, produzidos em até 24 horas após o dia da coleta. As fichas de pesquisa devem ser arquivadas na administração do parque, devem ser digitalizadas e compor o relatório como anexo. A periodicidade de publicação deste indicador é anual.

As respostas das fichas de pesquisa devem ser tabuladas, resumidas e registradas em planilha disponibilizada pela gestão do parque à DGPU da SVMA.

Pontuação: se mede a variação entre um ano e o seguinte, sendo o ano 0 a linha de base com a coleta realizada nas quatro épocas do primeiro ano; o ano 1 corresponde à coleta nas quatro épocas do ano seguinte. O cálculo final do indicador social anual é feito pela média aritmética da pontuação alcançada pelas 11 variáveis.

Tabela 15 - Distribuição dos valores coletados em campo, normalizados pela variação e pela pontuação atribuída.

Variável:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	TOTAL média aritmética entre as 11 variáveis
ano	visitação diária total (média entre coletas 1, 3, 5, 7)	visitação por grupo										TOTAL média aritmética entre as 11 variáveis
		Crianças 0 a 14 anos			Jovens 15 a 24 anos			Idosos 60+			PCD	
		total	Gênero feminino		total	Gênero feminino		total	Gênero feminino			
		man hã	noite		man hã	noite		manh ã	noite			
Ano 0 – linha base												
Ano 1												
Variação (1 - 0) / 1 %												
Pontuação												
Ano 2												
Variação (2 - 1) / 2 %												
Pontuação												

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 16- Pontuação dos dados coletados pela variação anual

Varição anual	pontuação
< 0	-1
0	0
0 – 5%	1
5% – 10%	2
> 10%	4

Fonte: ONU-Habitat

- Resultados da análise e avaliação dos dados processados

A análise de dados deve descrever as variações entre as variáveis individualmente e do valor final da pontuação do indicador. Pode produzir gráficos, exibir imagens de campo, descrever situações esporádicas no parque que justifiquem eventuais variações abruptas, entre outras informações que demonstrem detalhes importantes para constatar algum argumento ou hipótese da análise.



- Recomendações à gestão do parque e à gestão central e aprendizagem obtida a partir do processo e dos resultados

O indicador, suas variáveis e sua comparação com anos anteriores podem indicar a necessidade de melhorias físicas no parque, podem indicar o sucesso de atividades esporádicas, condições que, na visão da gestão, possam melhorar o desempenho deste indicador. Podem descrever, também, as condições da coleta, dificuldades e experiências das equipes de campo e sugestões de alterações metodológicas.

Este sistema de monitoramento deverá ser substituído no futuro por um sistema baseado num plano amostral.

II. Indicador de biodiversidade

O parque deve ser um ambiente que oferece abrigo à fauna e que apresenta flora nativa diversa e sadia. A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores de biodiversidade do Biosampa correspondentes ao parque. As informações de biodiversidade devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.

III. Indicador de mudanças climáticas e serviços ecossistêmicos

O parque deve ser um importante instrumento para adaptação e mitigação climática. A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores do Biosampa referentes à área refrescante, estoque de carbono, percentagem (%) de área permeável, correspondentes ao parque. As informações coletadas devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.

IV. Indicador de gestão da estrutura do parque

O parque deve oferecer conforto e serviços básicos às pessoas usuárias. Uma vez publicado o relatório anual do Indicador de Parques de São Paulo, elaborado pela Fundação Aaron Birman em parceria com a SVMA, a gestão do parque deve coletar a informação e incluir elas na apresentação para a sessão anual de prestação de contas do conselho gestor do parque.

V. Governança

O parque deve contar com uma gestão participativa e transparente. A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores do Biosampa referentes aos indicadores de governança, correspondentes ao parque. As informações coletadas devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.



11.2. Monitoramento da implementação das ações do plano de gestão

Para alcançar seus objetivos, o Plano de Gestão contém o Plano de Ação, apresentado no item 10, que representa o resultado propositivo de todo seu processo de elaboração, diverso e participativo. A implementação do Plano de Gestão implica a transformação das diretrizes em ações efetivas.

O Quadro de Diretrizes, apresentado no item 10.3, agrupa diretrizes que são orientativas e expressam considerações importantes na gestão do parque. Este grupo de diretrizes não é mensurável e não se inclui no quadro de monitoramento.

O Quadro de Ações e Monitoramento, apresentado no item 10.4, é composto pelas ações concretas e mensuráveis. Assim, de maneira a se transformar em ferramenta ágil de consulta, execução e conferência, essas ações contidas neste segundo quadro estão dispostas em forma de *checklist*, sobre o qual a gestão poderá apontar com facilidade as ações já executadas e o conselho gestor, a SVMA e quem mais de interesse, possa rapidamente se apropriar como está a evolução destes pontos na gestão deste parque.

Assim, o Quadro de Ações e Monitoramento poderá ser usado pela gestão do parque como ferramenta de monitoramento do avanço na implementação do Plano de Gestão, de forma a prestar contas periodicamente ao Conselho Gestor e à Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU) da SVMA.



12. Referências Bibliográficas

ALEGRE Escorza, M., RODRÍGUEZ Garabot, E., ALATA Ninapaytan, M. P., Nogales Fernández-Blanco, L., Quispe Mogrojevo, S., Velarde Herz, F., & De La Cruz Chaupiz, L. (2022). Guia de intervenciones en espacios públicos. Disponível em:

<https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2015>. Acesso em: ago. 2024.

ARAGÃO, J. A. C. Governança e Administração Pública: Um Estudo de Caso no Contexto do Serviço Público Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

BRASIL. Lei nº 10.385, de 1987.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 dez. 2009. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 dez. 2006. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 maio 2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria MMA nº 148, de 07 de junho de 2022. Altera os Anexos da Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, da Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, e da Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, referentes à



atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 74, 08 jun. 2022.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BANCO DE DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA E CARIBE (CAF). Guía de Intervenciones en espacios públicos. [Tradução: Guia de intervenções em espaços públicos]. 2023. Disponível em: <https://www.caf.com/documento>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano. 1. ed. São Paulo: Vozes, 1980.

CITES – CONVENTION ON INTERNATIONAL TRADE IN ENDANGERED SPECIES OF WILD FAUNA AND FLORA. Appendix II. Geneva: 2022. Disponível em: <https://www.cites.org/eng/app/appendices.php>. Acesso em: dezembro 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, p. 139-167, 1989.

Dado secundário SVMA (arquivo "Lista da flora 2023").

EBIRD. eBird: An online database of bird distribution and abundance [web application]. eBird, Cornell Lab of Ornithology, Ithaca, New York. Disponível em: <http://www.ebird.org>. Acesso em: junho de 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GEOSAMPA. Mapa Digital da Cidade de São Paulo. Disponível em: <https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em fev. 2024.

GEOSAMPA. Metadados. Disponível em: <https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/fa7525ad-a831-4167-b096-7f5550f18b0f>. Acesso em: 14 ago. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPT). Relatório da Carta Geotécnica do Município de São Paulo. São Paulo: IPT, 1992. Disponível em: https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/intranet/api/records/a14e407e-b0d9-4f4c-a1ae-805e83f99382/attachments/relatório%20CG_1993.pdf. Acesso em: 9 de dezembro de 2023.

ISA. Parques urbanos municipais de São Paulo: subsídios para gestão. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

KLIASS, Rosa G. Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade. São Paulo: PINI, 1993.

LIMA, Fernanda L. Parques para pessoas: ideias e estratégias adotadas na fundação e na gestão dos parques urbanos municipais de São Paulo. Dissertação (Mestrado). Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

LOSS, S., WILL, T. & MARRA, P. The impact of free-ranging domestic cats on wildlife of the United States. Nat Commun 4, 1396, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/ncomms2380>. Acesso em: outubro de 2022.



LOWE, S., BROWNE, M. & BOUDJELAS, S. 100 of the World's Worst Invasive Alien Species: a Selection from The Global Invasive Species Database (Invasive Species Specialist Group, International Union for Conservation of Nature, 2000).

MEA. Avaliação do Ecossistema do Milênio. Ecossistemas e bem-estar humano: síntese. Washington, D.C.: Island Press, 2005.

ONU (2005). IOM: Full Glossary of Terms to describe sexual orientation, gender identity, gender expression and sex characteristics. United Nations Network on Migration, 2020. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ONU (2007). Online Forum. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ONU (2022). Virtual Workshop on the Promotion of Intergenerational Equity for Sustainable Development. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ONU (2024). Cities - United Nations Sustainable Development Action 2015. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ONU-Habitat. Cidade Dela. Disponível em: <https://unhabitat.org>. Acesso em: novembro de 2023.

PACHECO, R. T. B.; RAIMUNDO, S. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, V. 1, N. 3, 2014.

PBMC – Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Mudanças Climáticas e Cidades. Relatório Especial. RIBEIRO, S.K.; SANTOS, A. S. (Eds.). Rio de Janeiro: COPPE-UFRJ, 2016.

PDE. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/texto-da-lei-2/>. Acesso em fev. 2024.

PDE, 2014. Plano Diretor Estratégico. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/texto-da-lei-2/>. Acesso em: outubro de 2023.

PLANCLIMA. Plano de Ação Climática do Município de São Paulo. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/PlanClimaSP_BaixaResolucao.pdf. Acesso em: junho de 2014.

PLANPAVEL. PLANPAVEL-VERSÃO COMPLETA. Disponível em: <http://prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2024.

PMMA - Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Município de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/PMMA_final_8_jan%20ok.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

PMSA. Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais Disponível em: < [PLANO DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - Prefeitura \(capital.sp.gov.br\)](http://www.capital.sp.gov.br)>. São Paulo: SVMA, 2020.

PMSP. Cadernos das subprefeituras. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em fev. 2024.



PMSP. Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz - CADES REGIONAIS. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Disponível em: <http://prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2024.

PMSP. Plano Diretor de Drenagem e Cadernos de Drenagem. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/obras_de_drenagem/index.php?p=230496. Acesso em fev. 2024.

PMSP. Plano Regional Sapopemba. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>. Acesso em: outubro de 2023.

ProEEA. Pré-Minuta do Programa de Educação Ambiental elaborado pelo Governo do Estado/SP, 2022.

SANTOS, Milton. O espaço público. São Paulo: Nobel, 1996.

SÃO PAULO (CIDADE). 1987. Lei nº 10.365 de 22 de setembro de 1987. Disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no município de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 22 de setembro de 1987.

SÃO PAULO (CIDADE). Índice BIOSAMPA 2021: 23 indicadores da biodiversidade paulistana, serviços ecossistêmicos e governança relacionada / Coordenação: DOS SANTOS, Rodrigo Martins; SOUSA, Mariana Mendes de. São Paulo: SVMA, 2022.

SÃO PAULO (CIDADE). Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo. 2022. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Diversos/Inventario%20da%20Fauna%20Silvestre%20do%20Municipio%20de%20SP%20-%202022.xlsx. Acesso em: 20 jan. 2024.

SÃO PAULO (CIDADE). Lei Municipal nº 16.050, que institui a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, de 31 Jun. 2014.

SÃO PAULO (CIDADE). Lei Municipal nº 16.402. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação no Município de São Paulo de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 Jul. 2014.

PMSP. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Mapa Digital da Cidade de São Paulo (GeoSampa). Camada Meio Físico: Topografia: Declividade. Disponível em: https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: dezembro 2023.

PMSP. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Mapa Digital da Cidade de São Paulo (GeoSampa). Camada Verde / Recursos Naturais: Mapeamento da Cobertura Vegetal 2020. Disponível em: https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: dezembro 2023.

PMSP. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Mapa Digital da Cidade de São Paulo (GeoSampa). Camada Verde / Recursos Naturais: Plano Municipal da Mata Atlântica: Remanescentes do Bioma. Disponível em: https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: dezembro 2023.

RENTAS - Rede Nacional Contra o Tráfico de Animais Silvestres. Primeiro Relatório Nacional sobre o Tráfico de Animais Silvestres no Brasil. RENTAS: Brasília, 2001.



SÃO PAULO (CIDADE). 1987. Lei nº 10.365 de 22 de setembro de 1987. Disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no município de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 22 de setembro de 1987.

SÃO PAULO (CIDADE). Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo. 2022.

SÃO PAULO (CIDADE), Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente / Coordenação de Planejamento Ambiental. Índice BIOSAMPA 2021: 23 indicadores da biodiversidade paulistana, serviços ecossistêmicos e governança relacionada / Coordenação: DOS SANTOS, Rodrigo Martins; SOUSA, Mariana Mendes de. São Paulo: SVMA, 2022.

SÃO PAULO (ESTADO). 1989. Decreto Estadual nº 30.443 de 23 de setembro de 1989. Considera patrimônio ambiental e declara imunes de corte, exemplares arbóreos situados no Município de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo. São Paulo, SP, v.99, n.177, 21 set. 1989. Seção 1, p. 1.

SÃO PAULO (Município). Plano Diretor do Parque Jardim Felicidade. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2024. Disponível em: <[Minuta Plano Diretor do Parque Jardim Felicidade \(prefeitura.sp.gov.br\)](http://www.prefeitura.sp.gov.br)>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 14.982, de 8 de abril de 2013. Dispõe sobre a proteção e restauração da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica no Estado de São Paulo. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 9 abr. 2013. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2013/lei-14982-08.04.2013.html>. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

SILVA, F. P. A reiteração do provisório: considerações sobre o Auxílio Aluguel na cidade de São Paulo. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. v. 22, E202030pt, 2020.

SILVA, Maria. Princípios de Conservação Ambiental. 2. ed. São Paulo: Editora Verde, 2020.

SILVA, L. J. M. Parques urbanos: a natureza na cidade: uma análise da percepção dos atores urbanos. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentado. UNB Centro de Desenvolvimento Sustentado, Brasília, 2003.

SÃO PAULO (CIDADE). Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Herbário Municipal. Relatório de Vistoria: Caracterização de Flora do Parque Linear Aristocrata. São Paulo, dezembro de 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). Resolução SMA nº 57, de 05 de junho de 2016 – Publica a segunda revisão da lista oficial das espécies da flora ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo: seção 1: pág. 55/57, 30 jun 2016.

SÃO PAULO (CIDADE). Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Divisão da Fauna Silvestre. Caracterização da Fauna Silvestre do Parque Municipal Linear Aristocrata. São Paulo, março de 2021.

SÃO PAULO (CIDADE). Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Parque Linear Aristocrata. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_sul/index.php?p=353972. Acesso em dezembro de 2023.

PBMC – Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Mudanças Climáticas e Cidades. Relatório Especial. RIBEIRO, S.K.; SANTOS, A. S. (Eds.). Rio de Janeiro: COPPE-UFRJ, 2016.



SÃO PAULO (CIDADE). Lei Municipal nº 16.050, que institui a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, de 31 Jun. 2014.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei Estadual nº 13.579. Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings - APRM-B, de 13 de julho de 2009.

Bibliografia específica:

SÃO PAULO (CIDADE). Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Herbário Municipal. Relatório de Vistoria: Caracterização de Flora do Parque Linear Aristocrata. São Paulo, dezembro de 2019.

SÃO PAULO (CIDADE). Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Divisão da Fauna Silvestre. Caracterização da Fauna Silvestre do Parque Municipal Linear Aristocrata. São Paulo, março de 2021.

SÃO PAULO (CIDADE). Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Parque Linear Aristocrata. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_sul/index.php?p=353972. Acesso em: dezembro de 2023.



Anexo I: Processo participativo do Plano de Gestão

1. Introdução

O presente anexo integra o **Plano de Gestão do Parque Linear Aristocrata** e visa apresentar o processo de participação social promovido em abril de 2024, através das *Oficinas participativas do Plano de Gestão do Parque Linear Aristocrata*, com o envolvimento da sociedade civil e diversos setores relacionados ao parque. Além de ter como objetivo estabelecer o registro e o memorial das atividades realizadas, este documento trata da metodologia e ferramentas aplicadas, bem como apresenta os resultados das oficinas.

Foram realizadas duas oficinas no Parque Linear Aristocrata, uma voltada ao público em geral e outra desenvolvida com a equipe escolar e as crianças do CCA AMAI I. Ambas aconteceram em formato presencial e contaram com 7 e 15 participantes, respectivamente, além da equipe de facilitação e apoio do ONU-Habitat. A atividade realizada com o público em geral ocorreu em 13 de abril de 2024, das 10:00 às 13:00 no Centro de Promoção Social Bororé (Rua Giuseppe Benito Pegoraro 93, Jardim Lucélia) e a voltada às em 18 de abril de 2024, das 08:30 às 10:30 no próprio Parque Linear Aristocrata (Rua Cultura Popular, Jardim Lucélia).

As atividades aconteceram no âmbito da iniciativa “Viva o Verde SP” para o desenvolvimento dos Planos de Gestão de oito parques do município de São Paulo: Água Podre – Ypueira, Alto da Boa Vista, Aristocrata, Augusta, Córrego do Bispo, Fazenda da Juta, Jardim Apurá – Búfalos e Paraisópolis. Ao todo, foram conduzidas 12 oficinas, das quais oito foram destinadas ao público em geral e quatro direcionadas especificamente para crianças e adolescentes. No total, as oficinas reuniram 253 pessoas participantes, sendo 107 crianças e adolescentes e 146 adultas representando o público geral (mulheres transgênero, mulheres cisgênero, homens transgênero, homens cisgênero, pessoas não binárias, pessoas indígenas, brancas, pretas, pardas e/ou amarelas). Foram coletadas 540 contribuições referentes aos problemas, causas, soluções e desejos de futuro para cada parque.

As oficinas voltadas ao público em geral dos oito parques aconteceram aos finais de semana (sábado ou domingo), nos períodos da manhã ou tarde. As datas, período e local para realização das atividades foram definidos em reuniões com os diversos conselhos relacionados a cada parque contemplado pela iniciativa. A maior parte dos conselhos consultados sugeriu que as oficinas ocorressem em outros locais que não o parque, mas nas suas mediações em algum equipamento público ou comunitário. Isso ocorreu previsivelmente nos parques em implantação, dado que os espaços não possuíam, ao longo do desenvolvimento do presente trabalho, uma infraestrutura que recebesse as pessoas participantes. Também sucedeu em alguns parques implantados pelos seguintes argumentos: 1. Os parques são recém implantados e ainda não tão conhecidos ou frequentados pelas pessoas do território; 2. Os parques implantados não possuem fácil acesso de transporte público ou não possuem um espaço percebido pelos participantes do Conselho como adequado para realização das dinâmicas pretendidas.

Para a definição das datas, horário e local das oficinas direcionadas às crianças e adolescentes foram consultadas instituições de ensino e assistência social que já realizam



atividades nos parques ou possuem algum vínculo com os territórios. A articulação com os equipamentos ocorreu com o apoio das gestoras e gestores dos parques, além da Secretaria Municipal de Educação (SME) e pessoas funcionárias dos Centros para Crianças e Adolescentes. As atividades aconteceram em conformidade com a grade curricular, no horário de aula.

Desse modo, a metodologia foi desenvolvida considerando as diversas situações que foram observadas e manifestadas pelas partes envolvidas, tal como será apresentado no item a seguir.

As fotos apresentadas neste documento foram tiradas pela equipe do Viva o Verde SP, salvo exceções, nas quais será indicada a pessoa que fotografou. As tabelas e gráficos foram elaborados com base nos resultados as ferramentas e questionários aplicados ao longo das atividades.

2. Metodologia

A metodologia foi elaborada de acordo com a situação do parque (implantado ou em implantação) e perfil do público-alvo (geral ou crianças e adolescentes). Dessa forma, foram estruturados quatro tipos de oficinas, as quais poderiam acontecer nos parques ou em algum equipamento próximo:

- Oficina no Parque I: voltada ao público em geral;
- Oficina no Parque II: voltada a crianças ou adolescentes;
- Oficina no Bairro: voltada ao público em geral; e
- Oficina na Escola: voltada a crianças ou adolescentes

Figura 26 – Tipos das oficinas



Fonte: ONU-Habitat



Cada oficina contou com duas partes: um momento introdutório (M1) com a apresentação do projeto e dos objetivos da oficina, seguido por um segundo momento (M2) onde foram realizados o levantamento inicial dos temas do parque, uma roda de sensibilização com perspectiva de gênero, o reconhecimento do parque e problematização do espaço público e por fim, o levantamento de problemas, causas, soluções e desejos de futuro para o parque.

As oficinas destinadas ao público em geral foram previstas com três horas de duração e as oficinas direcionadas às crianças ou adolescentes foram previstas, em média, com duas horas e meia de duração. No Parque Linear Aristocrata o formato adotado para a oficina direcionada ao público em geral foi a "Oficina no Bairro", enquanto para a oficina voltada às crianças foi a tipologia "Oficina no Parque".

O tópico a seguir apresentará as ferramentas aplicadas associadas a uma leitura dos resultados obtidos em cada oficina. Serão apresentados primeiro as ferramentas e resultados referentes à oficina desenvolvida com o público em geral e na sequência, serão apresentadas as oficinas realizadas com as crianças do CCA AMAI I.

3. Ferramentas aplicadas e resultados¹⁵ – oficina público geral

As ferramentas serão apresentadas na ordem em que foram aplicadas na oficina.

3.1 Perfil das pessoas participantes

3.1.1 Formulário de inscrição

Junto aos convites para as oficinas foi disponibilizado um formulário de inscrição para preenchimento online, com o objetivo de estimar a quantidade de pessoas interessadas em participar da atividade, assim como seu vínculo e proximidade com os parques e a frequência com que os visitam. Através do formulário foi possível coletar o nome da pessoa participante; a organização (ou conselho) a qual pertence, se pertinente; qual oficina teria o interesse em participar e com qual frequência visita o parque em questão.

O formulário de inscrição do Parque Linear Aristocrata obteve quatro pessoas inscritas, sendo duas delas (50%) membros do Conselho Gestor.

Tabela 17 - Frequência de visitação das pessoas inscritas

Uma ou duas vezes por semana	25,00%
Três ou quatro vezes por semana	25,00%
Cinco ou mais vezes por semana	25,00%
Eventualmente	25,00%
Raramente	0,00%

¹⁵As ferramentas foram desenvolvidas com inspiração nas seguintes referências: [Handbook for Gender-Inclusive Urban Planning and Design \(World Bank Group\)](#); [Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género \(Col·lectiu Punt 6\)](#); [Caderno de Oficinas Cidade Mulher \(ONU-Habitat\)](#); Metodologia Árvore dos Sonhos (Instituto Socioambiental).

3.1.2 Lista de presença

A lista de presença foi disponibilizada no dia da atividade e foi solicitada a assinatura de cada pessoa participante, indicando sua instituição e cargo, quando aplicável.

Foram registradas sete pessoas, sendo a maioria de Organizações da Sociedade Civil (OSC). O segundo grupo majoritário foram as pessoas que se identificaram como funcionárias públicas.

Tabela 18 - Presença dos diferentes grupos de pessoas participantes registradas na lista de presença (em porcentagem)

Visitante/Morador(a)	0,00%
Conselho gestor	14,29%
Funcionário(a) público(a)	28,57%
Equipe operacional	0,00%
OSC	57,14%

3.1.3 Questionário de perfilação

Instrumento distribuído na recepção das pessoas participantes, para preenchimento anônimo, contendo um questionário de perfilação com o objetivo de identificar os grupos representados pelos dados coletados na oficina, sobretudo relacionado a questões de gênero, etnia, raça e sexualidade.

Foram obtidas apenas duas respostas do questionário, sendo uma mulher que se autodeclarou como pessoa parda e uma pessoa que não respondeu o gênero, a qual se autodeclarou como pessoa indígena.

Figura 27 – Parte das pessoas participantes da oficina e equipe facilitadora



Fonte: Desconhecido / ONU-Habitat



3.2 Nuvem de palavras

A atividade foi realizada no primeiro momento (M1) da oficina, após a apresentação de introdução ao projeto, com o objetivo de identificar os temas geradores e questões relevantes que as pessoas identificam no parque.

Em formato de roda, cada pessoa se apresentou brevemente e respondeu, com uma ou poucas palavras, à pergunta: "Qual é a importância desse parque para você?". As respostas foram escritas em um painel, o qual ficou disponível ao longo da oficina como registro e nuvem de palavras que poderiam ser retomadas ao longo das discussões abordadas na oficina.

Figura 28 – Nuvem de palavras formada com as respostas para a pergunta "Qual é a importância desse parque para você?"



Fonte: ONU-Habitat

3.3 Diagrama de estrela

Instrumento utilizado para promover uma compreensão coletiva da importância da perspectiva de gênero no planejamento urbano e para avaliar a sensação de segurança e conforto em diferentes partes do parque ou seu entorno.

No primeiro momento (M1) da oficina, as pessoas participantes indicaram no diagrama, de forma individual e anônima, suas percepções envolvendo diversos temas relacionados aos espaços de lazer ao ar livre. Ao término da atividade, a equipe facilitadora estimulou reflexões acerca das diversas perspectivas que devem ser consideradas ao se pensar a cidade.

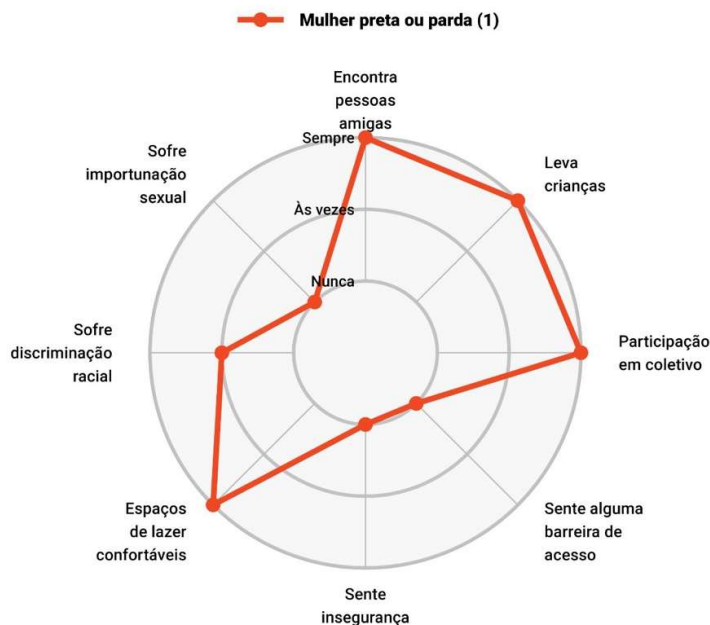
As perguntas apresentadas no instrumento ofereciam as opções de resposta "Sempre", "Às Vezes" ou "Nunca" e foram as seguintes:

1. Com que frequência você leva crianças para passear no parque ou próximo a ele?;
2. Com que frequência você sente alguma barreira de acesso no parque ou próximo a ele?;
3. Com que frequência você sente insegurança no parque ou próximo a ele?;
4. Com que frequência você sofre importunação sexual no parque ou próximo a ele?;
5. Com que frequência você sofre discriminação racial no parque ou próximo a ele?;
6. Com que frequência você participa de coletivos, movimentos e/ou organizações que tratam do parque ou do seu bairro?;
7. Com que frequência você sente que os espaços de lazer ao ar livre do parque ou próximos a ele são confortáveis?; e
8. Com que frequência você encontra pessoas amigas no parque ou próximo a ele?

Foi obtida somente 1 resposta do diagrama no Parque Linear Aristocrata. A Figura 25 apresenta o resultado da ferramenta aplicada, onde é possível observar a sobreposição das percepções relacionadas à gênero, e o cruzamento com as informações étnico-raciais. O número indicado entre parênteses na legenda do gráfico indica a quantidade de pessoas que responderam ao diagrama.

A Figura 29 apresenta que a mulher negra (preta ou parda) respondente encontra com frequência pessoas amigas no parque ou próximo a ele, bem como leva crianças para passear no parque ou próximo a ele e participa de coletivos, movimentos e/ou organizações que tratam do parque ou do bairro. Por outro lado, indica que às vezes sofre discriminação racial no parque ou próximo a ele e nunca sente insegurança no parque ou próximo a ele.

Figura 29 – Diagrama de estrela - gênero e étnico racial



Fonte: ONU-Habitat

A duração prevista para realização da atividade foi de 20 minutos. O resultado dessa ferramenta foi incorporado no capítulo referente aos programas e projetos do Plano de Gestão.

3.4 Mapeamento afetivo

No segundo momento da oficina (M2), foi sugerida a formação de grupos entre as pessoas participantes para discussão coletiva das percepções acerca do território, com base no mapa do parque em formato A3, no qual poderiam ser colados adesivos com pictogramas em relação a elementos do parque percebidos com frequência (usos, pessoas, normas, segurança, patrimônio, natureza e desejos de futuro). Além de preparar para a próxima dinâmica, o propósito desta atividade foi fornecer informações para a proposta de setorização do parque. A duração prevista para realização da atividade foi de 20 minutos.

O resultado dessa ferramenta foi incorporado nos capítulos referentes ao plano de ação e setorização do Plano de Gestão.

Figura 30 – Registro da atividade “Mapeamento Afetivo”



Fonte: Laura Figueiredo / ONU-Habitat

3.5 Árvore dos sonhos

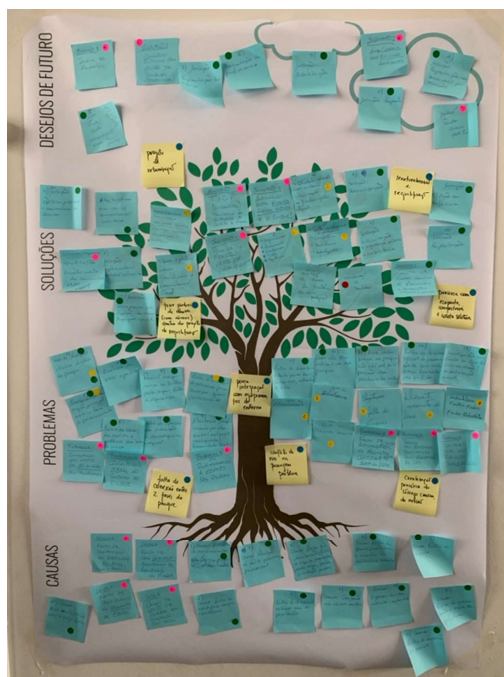
O objetivo da última ferramenta aplicada na oficina foi o desenvolvimento da base para a elaboração do plano de ação e diretrizes para o Plano de Gestão. Com a mesma formação de grupos da atividade anterior, as pessoas participantes foram incentivadas a debater sobre os problemas do parque e a partir daí pensar em suas causas, nas possíveis soluções e desejos de futuro.



Cada contribuição foi colocada na Árvore dos Sonhos pela equipe facilitadora, por meio de notas adesivas, na localização correspondente – raiz para as causas, tronco para os problemas, folhas para as soluções e céu para os desejos de futuro. Para as questões que poderiam ser organizadas no território foi identificada sua localização no mapa do parque. Para instigar os sonhos, foram apresentadas algumas imagens de referência nas mesas para contribuir na ampliação de repertório das pessoas participantes. A duração prevista para realização da atividade foi de uma hora e 30 minutos.

O resultado dessa ferramenta foi incorporado nos capítulos referentes ao plano de ação e diretrizes do Plano de Gestão.

Figura 31 – Imagem ilustrativa da ferramenta “Árvore dos sonhos”



Fonte: Jordi Sánchez / ONU-Habitat



Figura 32 – Registros da atividade “Árvore dos sonhos”



Fonte: Laura Figueiredo / ONU-Habitat

4. Ferramentas aplicadas e resultados¹⁶ – oficina com crianças

As ferramentas serão apresentadas na ordem em que foram aplicadas na oficina.

4.1 Perfil das pessoas participantes

Participaram da oficina, ao todo, 15 crianças do CCA AMAI I, sendo 8 meninas e 7 meninos com idades entre 11 e 14 anos.

Figura 33 – Pessoas participantes da oficina e equipe facilitadora



Fonte: Desconhecido / ONU-Habitat

¹⁶ As ferramentas foram desenvolvidas com inspiração nas seguintes referências: [Guia de reconhecimento urbano con perspectiva de género \(Col·lectiu Punt 6\)](#); [Caderno de Oficinas Cidade Mulher \(ONU-Habitat\)](#); [Desenho de Espaços Públicos na Fronteira - Caderno Conexões Urbanas \(ONU-Habitat\)](#).



4.2 Roda de sensibilização

As crianças foram recebidas pela equipe facilitadora com uma atividade de aproximação e "quebra-gelo", onde foi possível observar algumas percepções espontâneas com relação ao parque. Em formato de roda, foram feitas perguntas, estimulando a serem respondidas com base nos cinco sentidos, tais como "Qual é a primeira coisa que você vê quando entra no parque?", ou "Qual é a primeira coisa que você ouve quando entra no parque?", dentre outras.

As respostas das crianças à atividade foram reunidas na nuvem de palavras da Figura 30.

Figura 34 – Nuvem de palavras da atividade "Roda de Sensibilização"



Fonte: ONU-Habitat

4.3 Caminhada perceptiva

Após o momento inicial (M1) com a roda de conversa sobre o projeto, as crianças foram convidadas a percorrer o parque com o objetivo de apontar as percepções do trajeto, levantando questões relativas à problematização do parque e do espaço público. As caminhadas buscaram coletar das crianças o seu conhecimento como frequentadoras dos espaços e os apontamentos sobre melhorias e usos consolidados do parque.

As crianças receberam pranchetas contendo um mapa do parque em formato A4 e um formulário para orientar sua avaliação com relação aos espaços do parque, incluindo temas

como normas necessárias, usos que devem ou não ser permitidos, quais locais precisam de mais manutenção, dentre outros.

Figura 35 – Registros da atividade “Caminhada Perceptiva”



Fonte: Laura Figueiredo / ONU-Habitat

4.4 Nuvem de necessidades e chuva de ideias

Após a caminhada as crianças foram convidadas a discutir e escrever os problemas e desafios relacionados ao parque. Os problemas foram desenhados e escritos em um cartaz denominado "Nuvem de Necessidades". Depois, foi sugerida discussão de soluções para os problemas apontados no exercício anterior, as quais foram desenhadas e escritas em um cartaz nomeado como "Chuva de Ideias". Foram apresentadas algumas imagens de referência nas mesas para contribuir na ampliação de repertório das pessoas participantes. Cada grupo apresentou os cartazes para as pessoas presentes.

Figura 36 – Registros da atividade "Nuvem de necessidades e chuva de ideias"



Fonte: Laura Figueiredo / ONU-Habitat